



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA

**ISRAEL DE PAULA MAIA**

**O PROCESSO DE (DES) CONTINUIDADE SOCIOTERRITORIAL NO PROJETO  
DE ASSENTAMENTO IRMÃ ADELAIDE, MIRACEMA DO TOCANTINS – TO**

Porto Nacional - TO  
2018

**ISRAEL DE PAULA MAIA**

**O PROCESSO DE (DES) CONTINUIDADE SOCIOTERRITORIAL NO PROJETO  
DE ASSENTAMENTO IRMÃ ADELAIDE, MIRACEMA DO TOCANTINS – TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Roberto de Souza Santos

Porto Nacional – TO  
2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- M217p Mala, Israel de Paula.  
O PROCESSO DE (DES) CONTINUIDADE SOCIOTERRITORIAL NO PROJETO DE ASSENTAMENTO IRMÃ ADELAIDE, MIRACEMA DO TOCANTINS-TO. / Israel de Paula Mala. – Porto Nacional, TO, 2018.  
106 f.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia, 2018.  
Orientador: Roberto Souza Santos  
1. Geografia. 2. P.A Irma Adelaide. 3. Canponeses. 4. Reforma Agrária. I. Título

**CDD 910**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ISRAEL DE PAULA MAIA

**O PROCESSO DE (DES) CONTINUIDADE SOCIOTERRITORIAL NO  
PROJETO DE ASSENTAMENTO IRMÃ ADELAIDE, MIRACEMA DO  
TOCANTINS/TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Porto Nacional, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 28 de março de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Roberto de Souza Santos (Orientador)  
Universidade Federal Tocantins - UFT



Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira  
Universidade Federal Tocantins - UFT



Profa. Dra. Gleys Ially Ramos dos Santos  
Universidade Federal Tocantins - UFT

Porto Nacional - TO  
2018

*A todos que lutam diuturnamente pela causa camponesa no Estado Tocantins, e aos que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, em especial a minha mãe Paula, minha esposa Albânia, e a meu filho Rafael.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Campus Colinas do Tocantins que me proporcionou o afastamento integral para capacitação, acreditando no meu crescimento intelectual.

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) pela oferta dessa programa de Mestrado.

Ao Professor, amigo e orientador, Roberto Souza Santos, pela paciência e pela seriedade em que conduziu todo esse processo.

Aos técnicos do INCRA que sempre estiveram a disposição para qualquer informação ou obtenção de dados para a pesquisa.

Aos assentados do P.A Irmã Adelaide ajudaram na construção deste trabalho, principalmente participando ativamente dos questionários e das entrevistas.

Ao professor Elizeu Ribeiro Lira, pelo exemplo de militância das questões da terra, sempre comprometido e atuante nas causas dos camponeses.

As professoras Marcileia Bispo, e Gleys Ially, que estiveram presentes desde a aprovação do projeto de pesquisa, contribuindo com sugestões valiosas para o resultado desta pesquisa.

Aos colegas de Mestrado, Laurecy, Claudiney, Silvaldo, Jobherlane, Edinalra, Shyrlei e Luiz, que juntos dividimos angustias, alegrias, confraternizações que com certeza contribuíram para nosso crescimento enquanto pessoas.

A colega Maria Jozeane Nogueira, pela contribuição e sugestões para o desenvolvimento do trabalho.

A coordenadora do programa de Mestrado em Geografia da UFT, professora Carolina Buch, pelo empenho e dedicação a frente da pós-graduação.

A todos os professores do programa de Mestrado em Geografia da UFT, por ajudarem nos debates e nas discussões sobre temas relevantes a Geografia.

As minhas irmãs, Elaine, Thais e Thalia, por sempre estarem do meu lado e acreditarem no meu potencial.

Ao NURBA, pelo engajamento nas discussões do ponto de vista de colocar em prática as idéias, e trazer a sociedade para o debate dentro da universidade.

Ao Francisco meu padrasto que sempre me socorreu quando precisei que ficasse com meu filho para que eu pudesse participar das aulas do programa.

Aos meus alunos que são fonte de inspiração para eu continuar me qualificando e aprendendo muito mais.

A toda minha família que conhecem de perto as dificuldades que encontrei para a realização de um sonho.

## EPÍGRAFE

“Portanto, a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entendesse a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil”

*Ariovaldo Umbelino de Oliveira*

## RESUMO

Este trabalho de dissertação tem como objetivo analisar a dinâmica de continuidade socioterritorial e econômica, dos camponeses do P.A Irmã Adelaide, bem como entender a situação socioeconômica das famílias observando as possibilidades e expectativas de continuidade socioterritorial perante as contradições do modo de produção capitalista. Para realização da análise baseou-se em uma revisão bibliográfica e leituras conceituais referentes ao tema da pesquisa, foram coletadas informações acerca de fonte(s) de renda e através de trabalhos de campo, aplicação de questionários e entrevistas, a respeito do cultivo nos lotes, número de membros das famílias residentes no P.A e fora dele, motivos que levaram à migração, dificuldades encontradas pelas famílias que permanecem. O P.A Irmã Adelaide faz parte do município de Miracema do Tocantins - TO, conta com 106 famílias assentadas, foi criado em 1998, e seu nome é uma homenagem a freira militante Irmã Adelaide, assassinada em 1985 em virtude de estar ligada às questões de disputas por terras e conflitos no sul do estado do Pará sempre defendendo o trabalhador camponês. Dentro do contexto histórico de formação do movimento que lutou pela criação do P.A Irmã Adelaide, podemos destacar a participação direta de pessoas que vieram de vários cantos do Brasil. No entanto a maioria dos trabalhadores é de origem do próprio município de Miracema do Tocantins – TO. A presença de trabalhadores de outras regiões nos faz acreditar como é alta a demanda de trabalhadores sem terra também nos outros estados brasileiros. A realidade do projeto de assentamento Irmã Adelaide não é diferente da maioria dos assentamentos existentes no Tocantins, guardada suas devidas especificidades do cotidiano e da luta por permanecer na terra. Observou-se que no assentamento predomina as culturas de ciclos curtos, como é o caso do milho, da mandioca, do feijão e do arroz, para o sustento familiar. A renda da pequena produção agrícola e da pecuária no P.A Irmã Adelaide pode se aproximar ao valor de um salário mínimo ou mais, Foi identificado a predominância de problemas sociais ainda não solucionados, e que devem ser superados, como reforma das habitações, atendimento médico no posto de saúde, a busca por créditos bancários para que possam investir no cultivo da produção. Diante disso as perspectivas dos assentados são de continuar no Projeto de Assentamento tendo em vista que esperam serem atendidos pelas políticas de Reforma agrária do governo federal.

**Palavras-Chave:** P.A irmã Adelaide, Camponeses, Reforma Agrária.

## ABSTRACT

This work of dissertation had as objective to analyze the dynamics of socioterritorial and economic continuity, of the peasants of P.A Sister Adelaide; as well as to understand the socioeconomic situation of families observing the possibilities and expectations of socio-territorial continuity in the face of the contradictions of the capitalist mode of production. The analysis was based on a bibliographical review and conceptual readings related to the research theme, information was collected about income source (s) and through fieldwork, application of questionnaires and interviews, regarding the cultivation in the lots ; number of family members residing in and outside Brazil, reasons that led to the migration, difficulties encountered by the families that remain. FrA. Adelaide is part of the municipality of Miracema do Tocantins - TO, has 106 families settled, was created in 1988, its name is a nun tribute militant Sister Adelaide. Murdered in 1985 for being always linked to issues of disputes over land and conflict in the southern state of Pará. Within the historical context of formation of the movement that fought for the creation of PA Sister Adelaide, we can highlight the direct participation of people who came from several corners of Brazil. Most of the workers are from the municipality of Miracema do Tocantins - TO. The presence of workers from other regions makes us believe how high the demand for landless workers is also high in other Brazilian states. The reality of the Sister Adelaide settlement project is no different from most of the existing settlements in Tocantins, preserving their proper specificities of daily life and the struggle to remain on earth. It was observed that short-cycle crops predominate in the settlement, as is the case of maize, cassava, beans and rice, for family sustenance. The income of small-scale agricultural and livestock production in Sister Adelaide PA can approach a minimum wage value or more, it has been identified, the predominance of social problems still unresolved, such as that must be overcome, such as housing reform, care doctor in the health clinic, and bank credit so that they can invest in the cultivation of the products, the prospects of the settlers are to continue in the PA and that they are attended by the agrarian Reform policies.

**Key - Words:** P.A sister Adelaide, Peasants, Agrarian Reform.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Mapa nº 01: Cncentração fundiária no estado do Tocantins.....	46
Mapa nº 02: Assentamentos criados pelo estado do Tocantins e reconhecidos pelo INCRA.....	55
Mapa nº 03: Assentamentos criados a partir do crédito rural.....	57
Mapa nº 04: Assentamentos criados pelo INCRA no Tocantins.....	59
Mapa nº05: Reassentamentos de Atingidos por Barragens.....	60
Mapa nº06: Localização do município de Miracema do Tocantins – TO.....	62
Mapa nº 07: Localização do P.A Irmã Adelaide.....	65

### IMAGENS

Imagem nº 01. Vista da área de pasto alugado para complementação da renda dos assentados no P.A. Irmã Adelaide.....	74
Imagem nº. 02. Vista da escola municipal de educação do campo Vale do Tocantins.....	80
Imagem nº 03. Produção de hortaliças na escola, projeto pequena lavoura.....	81
Imagem nº 04. Carros fretados pela prefeitura de Miracema para fornecer transporte escolar .....	82
Imagem nº05. Vista da Unidade básica de saúde do P. A. Irmã Adelaide.....	85
Imagem nº 06. Estação de abastecimento de água no P.A. Irmã Adelaide.....	86
Imagem nº 07. Rede de transmissão de sinal de telefone e TV digital.....	87
Imagem nº 08. Vista das moradias no P.A. Irmã Adelaide.....	88.

### GRÁFICOS

Gráfico nº 01: Regiões de origem dos trabalhadores antes de residir no P. A Irmã Adelaide.....	72
Gráfico nº 02: Produtos cultivados pelos trabalhadores assentados no P.A Irmã Adelaide.....	73
Gráfico nº03: Renda mensal dos moradores no P. A Irmã Adelaide.....	75
Gráfico nº 04: Escolaridade dos assentados entrevistados no P.A Irmã Adelaide.....	78
Gráfico nº 05: Estrada de acesso ao P. A Irmã Adelaide.....	83
Gráfico nº 06: Principais Problemas encontrados no P.A Irmã Adelaide.....	93
Gráfico nº 07: Tem vontade de mudar.....	94
Gráfico nº 08: Principais problemas encontrados no P.A Irmã Adelaide.....	95

## LISTA DE QUADROS

Quadro nº. 01. Os dez estados do Brasil com maior superfície de terras estrangeiras, 2007.....	36
Quadro nº. 02. Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área –Brasil - 1985/2006.....	43
Quadro nº.03. Comparativo de famílias assentadas no estado do Tocantins.....	50
Quadro nº. 04. Assentamentos implantados no Tocantins entre 1987-2015.....	61

## LISTA DE SIGLAS

AAR – Associação dos Agricultores Rurais  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base  
CIMI – Conselho Indigenista Missionário  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FTRA – Fundo de Terras e da Reforma Agrária  
UHE – Usinas Hidrelétricas  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
IFTO – Instituto Federal do Tocantins  
INDRA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
ONGs – Organizações não Governamentais  
P.A – Projeto de Assentamento  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
SEAGRO – Secretaria Agropecuária do Tocantins  
SIPRA – Sistema de Informações de Terras e Projetos de Reforma Agrária  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
UDR – União Democrática Ruralista  
UFT – Universidade Federal do Tocantins

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPITULO I.....</b>	<b>22</b>
<b>1. A LUTA PELA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA.....</b>	<b>22</b>
1.1 - Movimentos Sociais do Campo e o Processo de Reforma Agrária: Uma Abordagem Histórica .....	22
1.2- Território e o processo de Territorialização do capital no campo.....	28
1.3- Analisando o conceito de Campesinato para compreensão do objeto da pesquisa.....	38
1.4- Estruturas Fundiárias na Amazônia, e a luta dos movimentos sociais agrários no Tocantins.....	41
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>52</b>
<b>2. CONTEXTUALIZANDO O PROJETO DE ASSENTAMENTO IRMÃ ADELAIDE.....</b>	<b>52</b>
2.1 Assentamentos no Tocantins: Histórico de lutas e conquistas pela terra.....	52
2.1.1 Assentamentos criados pelo estado do Tocantins e reconhecidos pelo INCRA.....	54
2.1.2 Assentamentos criados a partir do Crédito Fundiário.....	56
2.1.3 Assentamentos criados pelo INCRA no Tocantins.....	57
2.1.4 Reassentamentos de Atingidos por Barragens no Tocantins.....	59
2.1.5 Assentamentos em Miracema do Tocantins – TO.....	61
2.2 Processos histórico de formação do Projeto de Assentamento Irmã Adelaide.....	64
<b>CAPITULO III .....</b>	<b>69</b>
<b>3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL, SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA E AS PERSPECTIVAS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO, IRMÃ ADELAIDE.....</b>	<b>69</b>
3.1 Políticas públicas no campo e as contradições sociais.....	69
3.2- Condições socioeconômicas e contradições sociais no P.A Irmã Adelaide.....	70
3.2.1 Regiões de origem dos trabalhadores do assentamento.....	70

3.2.2 Cultivos e pecuária usados pelos trabalhadores do assentamento.....	72
3.2.3 Composição da renda familiar dos assentados.....	74
3.2.4 Educação no P.A Irmã Adelaide.....	75
3.2.5 As condições de saúde no P.A. Irmã Adelaide.....	83
3.2.6 Abastecimento de Água e esgoto no P.A Irmã Adelaide.....	85
3.2.7 Sistema de Telefonia e de Comunicação no P.A Irmã Adelaide .....	87
3.2.8 As condições de Moradia no P.A Irmã Adelaide.....	88
3.2.9 O assentamento Irmã Adelaide no contexto do Agronegócio.....	89
3.2.10 As perspectivas sociais e políticas do assentamento Irmã Adelaide.....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>98</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho de dissertação tem como objeto de pesquisa o Projeto de Assentamento (P.A) Irmã Adelaide está situado no município de Miracema do Tocantins - TO. A proposta do trabalho decorreu da necessidade de se refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelos camponeses do P.A Irmã Adelaide.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária - INCRA (online), os assentamentos rurais no Brasil são um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instalados onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário.

Cada uma dessas unidades são chamadas de parcelas, lotes ou glebas e entregue pelo INCRA a uma família que não possui condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias.

A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote é determinado pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece. A funcionalidade de um assentamento é baseada em trabalhadores rurais que recebem o lote e se comprometem a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente mão de obra familiar.

Os trabalhadores que recebem tal benefício contam com crédito, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas. Até a emissão da escritura do lote em seus nomes, os beneficiados não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros.

De acordo com dados do INCRA (2016), o P.A Irmã Adelaide, faz parte da área do município de Miracema do Tocantins localizado na região central do Estado a 80km da capital Palmas. Quanto à infra-estrutura o P.A Irmã Adelaide conta com um posto de saúde municipal; uma escola estadual de ensino fundamental com turmas do 6º ao 9º ano e EJA; abastecimento de água; pequenos estabelecimentos comerciais e uma linha de transporte coletivo.

Nos últimos anos tem-se notado o processo de migração de parte dos assentados para áreas urbanas próximas. Esse movimento de saída da terra para as cidades tem refletido na capacidade produtiva dos lotes e, conseqüentemente, na situação socioeconômica das famílias assentadas.

Hespanhol (2007, p. 25) aborda a necessidade de manutenção da população na zona rural como sendo um desafio que deve ser enfrentado com base em políticas públicas que gerem renda, garantindo a reprodução social dos agricultores.

No Assentamento Irmã Adelaide, essa relação campo-cidade de alguns assentados tem se tornado um entrave à produção agrária e à reprodução social dos agricultores. Como efeito desse esvaziamento das famílias, percebe-se que aqueles que permanecem no assentamento passam a dispor de duas possibilidades para trabalhar a terra, ora sobrecarregando os membros da família que continuam na agrovila, ora contratando mão-de-obra temporária para suprir o trabalho.

Como a maior parte dos que deixam a agrovila são os jovens, a sobrecarga de trabalho recai sobre os mais velhos ou as crianças. Já a contratação de mão-de-obra esbarra no viés econômico, pela falta de renda que custeie o trabalho assalariado, para ajudar no cultivo da terra.

A avaliação dos impactos socioeconômicos no Assentamento Irmã Adelaide se mostra importante, a fim de que seja preservada a capacidade produtiva do assentamento, bem como minimizados os reflexos econômicos e sociais negativos para as famílias.

Entender o porquê de parte dos assentados sair do seu lócus e como esta saída interfere no modo de produção do assentamento orienta para o que Oliveira (2007) afirma serem as duas frentes em que se encontra o camponês no Brasil. Segundo o autor essas duas frentes são, uma que marca a entrada na terra para serem proprietários, a outra que se caracteriza pela permanência na terra para se tornarem produtores de matéria-prima, tanto para sociedade, quanto para a indústria.

Nesse sentido, compreender as perspectivas e possibilidades dos assentados é importante para o processo de continuidade socioterritorial, uma vez que as experiências de resistência dos que permanecem, tem construído novas formas de uso e novos projetos de ocupação do espaço no assentamento.

O conceito de movimento socioterritorial e suas reflexões se originaram na década de 1990. Segundo Fernandes (2005), movimento socioterritorial e movimento social são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organizam para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Isso quer dizer que o movimento socioterritorial têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Já os movimentos camponeses podem-se constituir em movimentos

socioterritoriais, porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzir seus próprios espaços e seus territórios.

Nas palavras de Fernandes (2005), tanto no campo quanto na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos de camponeses, que constroem seus espaços e se espacializam na conquista do território, promovendo assim a territorialização da luta pela terra.

Fernandes (2005), apresenta os conceitos “Socioespacial e Socioterritorial” , no sentido geográfico, pois eles têm suas próprias dinâmicas de conquistas e de suas experiências de um determinado local. O autor afirma a essencialidade do território e destaca como os movimentos de camponeses, de indígenas, de empresas, de sindicatos e de estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Tais movimentos se estabelecem por meio de relações sociais baseadas em interesses comuns e que fundamentam a produção de espaços e territórios próprios a cada um dos movimentos mencionados.

No processo de formação socioterritorial, do P.A Irmã Adelaide além da participação direta do INCRA como órgão responsável pela implementação da política de reforma agrária, houve também a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barrolândia.

Desde a Colonização do território brasileiro, a luta pela terra foi marcada por desafios, uma vez que historicamente a distribuição das terras foram feitas de forma concentradora, privilegiando senhorios em detrimento a quem trabalhava na lida direta com a terra.

As dificuldades sociais e econômicas enfrentadas pelos camponeses do P.A Irmã Adelaide foram os principais motivos que levaram ao desenvolvimento desta pesquisa, haja vista a realidade de exclusão em relação aos direitos garantidos na Constituição, como certos direitos fundamentais da pessoa, como ir e vir o de propriedade, o trabalhista.

O P.A Irmã Adelaide foi criado em 22 de maio de 1998, por meio da Portaria INCRA/SR – 26 nº 036 a partir da desapropriação da Fazenda Boa Nova, com área de 4.766,2740 ha e aproximadamente 106 famílias.

No projeto de assentamento os lotes variam de 25 a 30 hectares, e contam individualmente com uma casa de alvenaria, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro, a principal fonte de renda das famílias advém da produção agrícola baseada no cultivo de

milho, arroz, feijão, banana, abacaxi, mandioca, hortaliças e criação de galinha e porco, em regime de produção familiar.

De acordo com relatos dos assentados, a escolha do nome para o assentamento, resultou de uma homenagem feita à militante Irmã Adelaide. Assassinada em 1985 por estar sempre ligada às questões de disputas por terras e conflitos no sul do estado do Pará, tendo estado ao lado dos camponeses, Irmã Adelaide é considerada um dos mártires da Reforma Agrária no Brasil.

De acordo com Lakatos (2003, p.83) o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

A pesquisa desenvolvida fundamentou-se no materialismo histórico-dialético e se desenvolveu em três etapas definidas, que partiu de uma revisão literária, passando pela coleta de questionários e entrevistas feitos aos moradores e finalmente análise de dados colhidos no P.A Irmã Adelaide. Ressalte-se que a revisão literária acompanhou todas as etapas da pesquisa, visto que à medida que os dados foram sendo coletados e tabulados o suporte teórico foi de grande relevância para o direcionamento da dissertação.

Inicialmente realizou-se a revisão literária. Nesta fase foram estudados teóricos que tratam dos temas de reforma agrária, de agricultura familiar, de movimentos migratórios no campo, e de modo de produção, entre eles José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes e Manoel Correa de Andrade. Esta foi a base conceitual que fundamentou os argumentos da pesquisa.

Posteriormente, foi realizada a coleta de dados, que correspondeu a segunda etapa da pesquisa, além de pesquisas nos órgãos oficiais. Nesta fase foi desenvolvida a pesquisa de campo, por meio de entrevistas e questionários como fonte de coletas de dados, no P.A Irmã Adelaide. Para tanto, parte do pressuposto que todo fato ou fenômeno possui características contraditórias, porém, indissociáveis, necessitando de uma compreensão qualitativa de ordem social e econômica.

No decorrer da pesquisa observou-se que foram assentadas 106 famílias no P.A Irmã Adelaide com uma estimativa atual de cerca de 400 pessoas residindo no local, dos 106 lotes foram destinadas 91 lotes para homens e 15 lotes para mulheres. Participaram da pesquisa 60 assentados sendo 21 mulheres e 39 homens, com idade entre 26 e 80 anos, correspondendo por 63,6% do total de assentados.

Visando obter mais informações do P.A e dos camponeses, utilizamos os relatos orais, frutos de conversas informais, realizadas durante várias visitas que fizemos ao P.A.

Tanto as entrevistas quanto os questionários possui questionamentos direcionados às questões-chave da pesquisa, com o objetivo de entender, qual é a realidade atual dos assentados, e quais são suas perspectivas para o futuro do assentamento.

Neste contexto foram coletadas informações acerca de fonte(s) de renda a partir do cultivo nos lotes; número de membros das famílias residentes no P.A e fora dele, motivos que levaram à migração, dificuldades encontradas pelas famílias que permanecem. As expectativas e os desafios que os assentados enfrentam no cotidiano do assentamento foram a base para as entrevistas.

Para cumprir esta fase, foi necessário o aporte tecnológico com dispositivos de mídia para gravação, digitalização, máquinas fotográficas, além de equipamentos de scanner e computadores portáteis.

Por fim, após realizar os trabalhos de campo, aplicando os formulários e as entrevistas aos assentados do P.A Irmã Adelaide, e aos moradores mais antigos do assentamento. Foi feita a análise dos dados para que as indagações sobre a continuidade socioterritorial do P. A Irmã Adelaide no município de Miracema do Tocantins: possibilidades, perspectivas e desafios a serem esclarecidos.

Nesta fase foram analisados os dados coletados, à luz da literatura estudada, visando à intervenção crítica perante o impacto econômico de ruptura do processo produtivo causado pela migração, bem como as dificuldades que os assentamentos encontram para sua continuidade.

A distribuição dos lotes no P.A seguiu um padrão indicado pelo INCRA, que consistia na divisão da área em três partes: Agrovila, Comunitária e a Parcela ou Chácara.

A primeira área consiste em um lote individual contendo 800m<sup>2</sup> que fica localizado na porção central do P.A. Este local denominado Agrovila corresponde a área onde está localizada a casa recebida por cada camponês. Na Agrovila, as famílias contam com uma infra-estrutura mínima, como escola, posto de saúde e pequenos comércios, e dois templos religiosos.

A segunda área, denominada Comunitária tem aproximadamente 230 há. Essa área é especial, pois tem um caráter identitário para os assentados. Este foi o local escolhido pelas famílias para que fossem plantadas as primeiras roças, enquanto aguardavam o momento de receber definitivamente suas glebas de terras.

A terceira área é o lote propriamente dito, denominado de Parcela ou Chácara que foram escolhidas por meio de sorteio entre os assentados.

Considerando que a abordagem socioterritorial compreende um conjunto maior de questões que envolvem o desenvolvimento da sociedade e sua relação com o território, a proposta deste trabalho foi analisar a dinâmica de continuidade socioterritorial, dos camponeses do Assentamento Irmã Adelaide, município de Miracema do Tocantins - TO. O trabalho de pesquisa está estruturado em três capítulos conforme descrito abaixo:

*No Capítulo primeiro*, foi realizado o levantamento histórico, contextualizando os processos teóricos de produção e reprodução das questões agrárias brasileira, destacando a luta dos trabalhadores camponeses e as contradições que marcam o modo de produção capitalista e como essas contradições condicionam os camponeses. Foi apresentada a atuação dos movimentos sociais de luta pela terra, enfatizando os principais personagens responsáveis por conquistas no campo. Será apresentado o processo de reforma agrária brasileira, suas implicações e a quem realmente ele atendeu bem como analisado o conceito de campesinato com vistas a que se possa melhor entender o objeto da pesquisa.

*No segundo capítulo* contextualizou-se o processo de formação do P.A Irmã Adelaide, sua organização geográfica, política e social, a fim de entender os fatores que contribuíram para a criação do assentamento. Posteriormente foram levantadas e analisadas as políticas públicas implementadas no assentamento para que se possa caracterizar seu grau de efetividade e reflexos junto aos assentados.

*O terceiro capítulo* analisou-se a prática dos camponeses do P.A Irmã Adelaide no contexto do agronegócio, destacando a produção familiar no assentamento, com ênfase nas estratégias encontradas pelos assentados para resistir e permanecer na terra diante da expansão do modo de produção capitalista no campo.

Este trabalho teve como objeto de pesquisa o Projeto de Assentamento (P.A) Irmã Adelaide que está situado no município de Miracema do Tocantins – TO, e os principais objetivos dessa pesquisa foram: Analisar a dinâmica de continuidade socioterritorial e econômica, dos camponeses; Entender a situação socioeconômica das famílias do P.A Irmã Adelaide; Identificar os geradores da migração das famílias para as zonas urbanas próximas do P.A e Observar as possibilidades e expectativas de continuidade socioterritorial do P.A Irmã Adelaide, perante as contradições do modo de produção capitalista.

A proposta do trabalho decorreu da necessidade de se refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelos camponeses do P.A Irmã Adelaide, e buscar através desta pesquisa instrumentos para que possam promover as melhoras na vida desta comunidade camponesa.

## **CAPÍTULO I**

### **1. A LUTA PELA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL**

Nesse capítulo abordaremos a questão histórica envolvendo a luta pela terra no Brasil e todo o processo de reforma agrária brasileiro, além de contextualizar através de autores renomados todas as mudanças ocorridas no campo, desde o processo de colonização até a contemporaneidade. Entende como ocorreu a distribuição de terras no país é fundamental para provocar uma discussão crítica sobre o tema, pois a força do capital sempre atuou diretamente como forças hegemônicas dentro de todo esse processo, no entanto o camponês historicamente tem na luta pela terra sua bandeira e suas perspectivas para o futuro.

#### **1.1 Movimentos sociais do campo e o processo de reforma agrária: Uma abordagem histórica**

No processo de formação do capitalismo, na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, uma das características que se tornaram mais marcantes foi a transformação da agricultura tradicional e sua consequente subordinação aos interesses da sociedade capitalista. Porém o capitalismo não destruiu integralmente as comunidades camponesas e a agricultura tradicional, pois esse processo é contraditório, segundo Martins (1981):

No capitalismo, só é pessoa quem troca, quem tem o que trocar e tem liberdade para fazê-lo. A condição humana, a condição de pessoa, específica dessa sociedade, surge da mediação das relações de troca: uma pessoa somente existe por intermédio de outra. Essa é uma contradição própria do capitalismo, para entrar em relação de troca, cada um tem que ser cada um, individualizado, livre e igual a todos os outros, ao mesmo tempo, cada um nunca é cada um, porque a existência da pessoa depende totalmente de todas as outras pessoas, das relações que cada um estabelece com os outros. Cada pessoa se cria na pessoa do outro. (MARTINS, 1981, p. 153)

A inserção das relações capitalistas de produção no seio do campesinato teve um aspecto contraditório: ao mesmo tempo em que transformava uma pequena parte dos camponeses em ricos agricultores, transformava outra grande parcela de agricultores em empobrecidos e sem terra para plantar. Oliveira afirma que “as relações capitalistas são, portanto, relações sociais que pressupõem a troca desigual entre o capital e o trabalho, e ambos, capital e trabalho, são produtos de relações sociais iguais e contraditoriamente desiguais”. (2007, p.38). Tal afirmação se comprova nas relações fundiárias brasileiras

quando se destaca o modo como se deu a distribuição de terras, desde a colônia até a atualidade.

O processo histórico de colonização no Brasil está inserido nos moldes do capitalismo mercantil, teve como principal objetivo a concentração de terra e a introdução da mão-de-obra escrava para o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar. Outro aspecto relevante é que o modelo fundiário brasileiro levou em consideração o sistema de sesmarias<sup>1</sup> gerando um centralismo na posse de terras. De acordo com Menezes

Na evolução histórica do Brasil, verifica-se que no período colonial não havia um estado próprio e sim uma extensão do Estado Absolutista Português, cujas ações expressavam os interesses das elites econômicas e políticas que visavam elaborar políticas de ocupação que atendessem aos interesses da metrópole (MENEZES 1999, p.55).

A verdade é que o sistema fundiário brasileiro amparado pelo Estado serviu para concretizar as desigualdades já que agiu à luz dos interesses privados e sempre em desfavor do interesse coletivo, como afirma José de Souza Martins

A lei de terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e jurídicas de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na eminência de transformações nas condições do regime escravista que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho. Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra, do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura. De fato, porém, independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumento legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso a terra dos trabalhadores sem recursos. (MARTINS, 1990: 58,59).

Sendo assim o pequeno trabalhador rural acabou excluído desse processo ficando a margem da sua própria sorte e passou a ser mão-de-obra barata e assalariada do campo.

Para Martins:

A realidade dos camponeses e de numerosos assalariados do campo é de uma situação não só de exclusão em relação a direitos fundamentais, como direito a propriedade, e o direito trabalhista, mesmo de certos direitos fundamentais da pessoa, como de ir e vir, os direitos civis que são lugares comuns em outras sociedades (MARTINS 1984, p.88).

Assim sendo, a luta pela terra tornou-se uma das principais formas de resistência do campesinato no Brasil. Uma maneira de resistir encontrada pelos camponeses foi a sua

---

<sup>1</sup> “Sesmarias: Sistema de distribuição de terras legislado por Portugal (1375-1795), introduzido no Brasil a partir de 1530, onde a concessão de domínio era condicionada ao uso produtivo da terra, o título era expedido pela Coroa Portuguesa, garantia apenas o uso da terra. O dever de torná-las produtivas era sob pena de perder o direito e a posse tinha um caráter subversivo. Essa prática foi suspensa em 1850 com a promulgação da Lei de Terras número 601. (OLIVEIRA, 2007).

organização em grupos sociais, Mitidieiro Júnior ao refletir sobre a militância dos camponeses pela incansável batalha por Reforma Agrária no Brasil, afirma que:

[...] no decorrer da História do Brasil, existiu e continua a existir uma gama diversa de movimentos sociais no campo, resultado da organização dos trabalhadores rurais e camponeses que lutam contra as injustiças nas quais são vítimas. Estes movimentos negam sistematicamente a face mais perversa e específica do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, que é; a não realização da Reforma Agrária. (MITIDIEIRO JÚNIOR, 2002, p.11).

Essa dura realidade enfrentada pelos movimentos sociais do campo é antiga se mostra perversa e persiste não deixando outra opção que não seja a luta através dos movimentos sociais. Ainda Mitidieiro Júnior ressalta que:

Assim, os conflitos sociais no campo, que, aliás, não são uma característica exclusiva de nosso tempo, estão presentes em toda a História do Brasil. Por isso, o problema social da terra, a questão agrária propriamente dita, não se explica por acontecimentos e circunstâncias imediatas. Os movimentos surgem e ressurgem num contexto de crise urbana (desemprego, miséria e violência) e da crise rural (concentração fundiária, miséria, desemprego) com o objetivo de democratizar e modificar a ordem estabelecida. Formam-se diversos movimentos com peculiaridades próprias, unidos ou desunidos, em busca de mudanças na luta pela Reforma Agrária e pela cidadania. (MITIDIEIRO JÚNIOR 2002, p.29)

Os primeiros relatos de uma movimentação de luta pelos direitos à liberdade e a terra remontam à resistência à escravidão, com destaque a para a formação dos quilombos como espaços de resistência negra fundada em um sistema comunitário de vida para onde iam os negros fugitivos:

Entre as várias formas que os negros tinham para lutar contra o sistema de opressão, uma das mais significativas foi a formação de quilombos. Os quilombos eram lugares de resistência negra. As pessoas que moravam nos quilombos se chamavam quilombolas. Os quilombos eram um sistema comunitário de vida na floresta onde iam os negros que conseguiam fugir da escravidão. Às vezes eram cinco, seis casas apenas. Outras vezes chegavam a formar verdadeiras cidades. Estes quilombos eram sempre perseguidos pelos exércitos dos fazendeiros. Quando podiam, destruíam e matavam os negros e os recapturados eram levados de volta para os engenhos, onde eram duramente castigados e marcados (COMISSÃO 1987, p.155)

Dentre os vários quilombos que surgiram na época da escravidão podemos destacar o Quilombo dos Palmares, que em seu auge chegou a abrigar cerca de vinte mil pessoas. De acordo com a Comissão dos religiosos, seminaristas e padres negros do Rio de Janeiro:

O maior dos quilombos foi o de Palmares, em Alagoas. Este foi o que mais tempo resistiu aos ataques dos fazendeiros. Essa resistência que durou cem anos deve muito ao seu grande líder Zumbi e à sua capacidade de organização. O numero de habitantes neste quilombo chegou a vinte mil. Era uma verdadeira

cidade onde os negros viviam numa comunidade de fato. Aí se fazia a experiência de fraternidade verdadeira. Era o lugar onde os negros se sentiam iguais de verdade. O quilombo dos Palmares tinha sua base na organização social e política voltada para se defender dos exércitos dos fazendeiros e para garantir a posse coletiva da propriedade. Os quilombos representavam a única possibilidade, fora a morte, para fugir da escravidão e a tentativa de estabelecer uma comunidade negra, autônoma, livre, no meio da floresta. O quilombo dos Palmares foi destruído por um grande caçador de índios e negros chamado Domingos Jorge Velho e seus soldados. Este capitão-do-mato assassinou Zumbi e muitos outros negros e índios, além de recapturar outros para vendê-los e enriquecer-se com isto. Mesmo com a destruição de Palmares e com a morte de Zumbi, os negros continuaram a fugir das senzalas e a se agrupar nas florestas, lutando pela sobrevivência e pela liberdade. (COMISSÃO, 1987 p.156).

Com o fim da escravidão, os problemas relacionados à posse de terra, ao processo de manutenção das injustiças sociais, ficaram cada vez mais evidentes. Inicia-se então na região Nordeste e no Sul do Brasil, respectivamente, Canudos e a Guerra do Contestado, dois movimentos que confrontaram diretamente os interesses dos grandes latifundiários e entraram em luta sangrenta com o exército brasileiro. A Guerra do Contestado até hoje é considerado o maior confronto armado entre camponeses e as forças militares.

Como afirma Oliveira, Canudos, Contestado, Trombas e Formoso são histórias que eclodiram no país de lutas camponesas por terras libertas. São “memórias da capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do território e da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores” (2001, p.190).

Importante destacar a luta dos colonos imigrantes vindos com o fim da escravidão e explorados nas fazendas de café do Sudeste, no início do século XX. Os movimentos de greve organizados pelos colonos nas fazendas eram quase sempre reprimidos pelos grandes fazendeiros, que usavam de toda sua influência para enfraquecer os movimentos de lutas dos imigrantes.

Assim fica evidente a afirmação de OLIVEIRA (1988, p.51), para quem a violência no campo do Brasil não escolhe lugar ou tipo de vítima. Ela tem se generalizado, desde a colônia até a atualidade, adaptando-se aos contextos para permanecer a oprimir camponeses.

No entanto foi com o surgimento das Ligas Camponesas<sup>2</sup> no Nordeste nas décadas de 50 e 60, que a luta camponesa começa a ganhar destaque em nível nacional, que para Camargo,

as principais Ligas Camponesas surgiram no Brasil, e 1945, logo após a redemocratização do país depois da ditadura do presidente Getúlio Vargas. Camponeses e trabalhadores rurais se organizaram em associações civis, sob a iniciativa e direção do recém legalizado Partido Comunista Brasileiro – PCB. Foram criadas ligas e associações rurais em quase todos os estados do país. Disponível em [http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/7794\\_1.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7794_1.asp)). Acesso em: 20 de jun.2016. (CAMARGO, 2007, p.14)

Foi por meio dessas organizações que os trabalhadores do campo passaram a ter certa representatividade, já que se juntaram às lutas advogados e representantes dos camponeses junto a setores da sociedade organizada. No entanto isso não durou muito tempo, pois com o golpe militar de 1964, o movimento foi desarticulado, tendo sido suas principais lideranças mortas, presas, ou exiladas.

O movimento das ligas camponesas tem que ser entendido, não apenas como um movimento local, mas como movimento de luta regional marcado por um contexto de fortes, injustiças a que estavam condicionados os camponeses e trabalhadores assalariados do campo. Como afirma Martins (1981):

As ligas se espalharam rapidamente pelo Nordeste, contando, de início, como o apoio do Partido Comunista do Brasil e com severa oposição da Igreja Católica. Elas surgiram e se difundiram principalmente entre foreiros de antigos engenhos que começavam a ser retomados por seus proprietários absenteeístas, devido à valorização do açúcar e à expansão dos canaviais. Desde os anos 40 os foreiros vinham sendo expulsos da terra ou então, como vimos, reduzidos a moradores de condição, passo para se tornarem trabalhadores assalariados não residentes. Na verdade, as ligas surgiram no contexto mais amplo não só da expulsão de foreiros e da redução ou extinção dos roçados dos moradores de usina, mas também no contexto de uma crise política regional. (MARTINS, 1981.p.77)

Sob pressão social interna, em 1964 o Marechal Castelo Branco sancionou a Lei nº 4.504, de 30/11/1964 – Estatuto da Terra, que regulamentava a questão fundiária no país e que aparentemente, realizaria a tão esperada reforma agrária brasileira, conforme artigo

16

---

<sup>2</sup> Ligas camponesas: A origem da expressão “Ligas Camponesas” está relacionada ao movimento de organização de horticultores da região de Recife pelo PCB. A maioria desses núcleos desapareceu, depois do fim da legalidade do Partido. A primeira delas foi a “Liga Camponesa de Iputinga” fundada em 3 de janeiro de 1946 em Pernambuco, que resistiu por um tempo mais longo. “Entre 1948 e 1954, eram poucas as organizações camponesas que funcionavam e raríssimas as que ainda conservavam o nome de Liga, como a Liga Camponesa da Iputinga, dirigida por José dos Prazeres, um dos líderes do movimento em Pernambuco e localizada no bairro do mesmo nome, na zona oeste da cidade do Recife.” (OLIVEIRA, 2007).

A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio. (Lei nº 4.504, de 30/11/1964)

Parágrafo único. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária será o órgão competente para promover e coordenar a execução dessa reforma, observadas as normas gerais da presente Lei e do seu regulamento.

No entanto não era a intenção do governo militar promover nenhuma reforma agrária, para estudiosos como Laranjeira o que ocorreu foi:

A lei brasileira de reforma agrária, a despeito do seu palavreado de aparente textura social, já era do tipo altamente conservador. Depois, veio ainda se aderir de conotações mais fundamentalmente reacionárias, pelos desvios que o governante imprimiu, do limiar dos anos 70 em diante. O Estatuto da Terra praticamente foi renegado no seu reformismo. De qualquer modo, a experiência legiferante do Brasil sobre a reforma agrária como um todo e, sobretudo atentando-se para os propósitos reais das classes no poder nunca passou mesmo de uma contra-reforma agrária. (LARANJEIRA, 1983, p.106)

O período de 1964 a 1970 foi marcado pela existência de dois órgãos promotores da contra-reforma agrária, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA), estes marcados profundamente por intenso processo de corrupção, grilagem e venda de terras para estrangeiros. Esses fatos fizeram com que várias denúncias fossem feitas a imprensa nacional que resultou em abertura de inquérito para apurar todas as denúncias.

A partir dessas denúncias e para abafar o caso foi sugerido pelo governo militar a fusão desses dois órgãos, foi assim que nasceu o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através do Decreto-Lei nº 1.110, de 09/07/1970. A criação do INCRA, junto à necessidade do governo militar de ocupar as terras da região Amazônica, fizeram com que fosse possível, segundo Oliveira, “fazer a reforma agrária do Nordeste na Amazônia” ou como dizia o General Médici, “vamos levar os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia”.

Na década de 70 destaca-se ainda a participação ativa da igreja da caminhada, da teoria da libertação que consolidaram o movimento de defesa dos direitos dos posseiros e das nações indígenas, surge então o CIMI – Conselho Indigenista Missionário e a CPT – Comissão Pastoral da Terra, que acaba por desempenhar um papel fundamental para a luta dos movimentos do campo. No entanto com a intervenção da Igreja, a violência passa a atingir não só os indígenas e os posseiros, mas agora ela também recai sobre os líderes religiosos, advogados, agentes pastorais, até mesmo políticos. De acordo com Grzybowski:

no trabalho da Igreja e dos movimentos dos trabalhadores rurais que nela se apóiam há uma espécie de democracia de base, um igualitarismo comunitários (as CEBs são o maior exemplo), onde o “povo” é chamado a participar, a decidir, a acreditar no seu saber e na sua capacidade de resolver os problemas que enfrenta (GRZYBOWSKI, 1990, p. 67):

. O acesso à terra e o seu uso como meio de produção ainda representam um problema no Brasil. Muito embora nas últimas décadas tenha-se percebido um certo incremento do programa de reforma agrária proposto pelo governo, em que os assentamentos surgem com o objetivo de fixação do homem no campo, a fim de que as condições de vida dos agricultores sejam melhoradas, persiste o processo migratório nessas áreas . Oliveira afirma que o assentamento é:

uma encruzilhada social (...) um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores que antes não possuíam terra e, dessa forma se apossam formalmente das mesmas (...) em que irão reproduzir seus meios de vida e trabalho ( OLIVEIRA, 2002.p.16)

Nessa encruzilhada encontram-se os vários sujeitos imersos em um espaço geográfico que se revela diverso nos aspectos físicos, sociais, políticos, econômicos e ambientais e que, como afirma Santos, (1996, p.56) “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações não consideradas isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”. De dentro desse espaço contraditório, que antes não lhes pertencia e agora se mostra como meio de vida e trabalho, surge a necessidade de migração em busca da concretude da reprodução desses meios de vida e trabalho.

## **1.2 Território e o processo de Territorialização do capital no campo**

O debate sobre o conceito de Território é muito amplo, e contraditório, portanto nesse texto bordaremos autores como, Raffestin, Milton Santos, Lefebvre e Oliveira, para tentar fazer uma análise crítica dessa corrente e de suas transformações no campo brasileiro.

Assim, é necessário, sobretudo, compreender, que o espaço antecede o território. O território é formado a partir do espaço é o resultado de uma ação conduzida por atores, e são esses atores que territorializam o espaço. Segundo Lefebvre:

[...] o espaço entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções”, nem como um produto da sociedade,

“ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto funcional”. O espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social) (LEFÈBVRE, 2001, p.29-30).

Dessa forma falar de território é fazer uma referência implícita à noção de fronteira que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. Nesse sentido, para Oliveira:

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o estado desempenha a função de regulação. O território é assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletário, burguesia e proprietários de terra. (OLIVEIRA, 2004, p.40)

Esse processo contraditório de desenvolvimento é que dá a configuração histórica para a concepção de território. Nesse sentido, Oliveira (2004 p.40), discorre que “a construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. É em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve.” Para o autor “logo, ha contraditoriamente, o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: Valorização, produção e reprodução.”

Portanto o capitalismo dita a reprodução do território moldando em diferentes circunstâncias, afinal o uso do território tem suas particularidades de cunho social. De acordo com Santos (2006, p.15), “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Pois seu entendimento é fundamental para afastar o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro.”

Essa preocupação em conhecer melhor o território e as pessoas que nele vivem, são importantes para mostrar que o território não pode ser visto apenas como limites traçados na porção do espaço como afirma Raffestin (1980, p. 153), “Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço.”

São essas relações de grupos que são definidas dentro da lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção. A formação do território brasileiro está marcado por essas contradições do capitalismo pois historicamente geraram um processo de concentração das populações nas cidades, fato esse que fez com que a população urbana

superasse a população rural. Isso fez com que ocorresse naturalmente a concentração da força de trabalho e do capital nos grandes centros urbanos.

O campo também foi atingido por esse processo, uma vez que as indústrias chegaram e transformaram a vida dos camponeses, trazendo apropriação da renda capitalista da terra. No entanto contraditoriamente esse processo marcou o crescimento e a expansão da agricultura camponesa. Isso quer dizer, que no primeiro momento o capital se territorializa, já no segundo momento o capital monopoliza o território sem se territorializar. Esse fato chama a atenção para o que Oliveira, denomina de mecanismos que está dividido em dois:

No primeiro mecanismo no qual o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados do campo (bóias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve em sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (da cultura de cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por essa atividade agrícola. OLIVEIRA (2004, p.42,43)

No entanto segundo mecanismo, Oliveira chama atenção para a ocorrência, denominada por ele de contradição do capital:

Já no segundo mecanismo, quando monopoliza o território, o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado, e a população rural pode até se expandir. Nesse caso, o desenvolvimento do campo camponês pode possibilitar, simultaneamente a distribuição da riqueza na área rural e nas cidades, que nem sempre são grandes. Nesse segundo caso ainda, o próprio capital cria as condições para que os camponeses forneçam matéria prima para as industriais capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo de bens industrializados no campo (ração na avicultura ou para a suinocultura). Isso revela que o capital sujeitou a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica ou seja, se está diante da metamorfose da renda da terra em capital. Revela-se, portanto, que tem-se à frente o capital, que nunca deriva de relações especificamente capitalistas. É por isso que o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço simultaneamente para a expansão do trabalho camponês, nas suas múltiplas formas, como camponês proprietário, parceiro, rendeiro ou posseiro. É assim que os próprios capitalistas no campo se utilizam desse processo para produzir o seu capital. (OLIVEIRA (2004, p.42,43)

É nesse contexto que ocorre a territorialização, nas atividades do camponês, aliás essa territorialização vai de encontro ao modelo contraditório de desenvolvimento capitalista, e fica claro nas palavras de Oliveira (2004 p.43) quando enfatiza que “a territorialização do monopólio e a monopolização do território estão se constituindo em instrumento de explicação geográfica para as transformações territoriais do campo.”

Em outro ponto de vista não menos importante também necessário para esse debate sobre o conceito de território e o processo de territorialização, o Frances Claude Raffestin trás uma abordagem que tenta buscar a compreensão da dimensão geopolítica do espaço, nesse contexto Raffestin, afirma:

De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens “vivem” ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcado por ele. RAFFESTIN (1993, p. 158 e159).

Essa definição de territorialidade provoca alguns problemas, pois essa noção veio dos naturalistas que se preocuparam com o território animal e não com a territorialidade humana. No entanto Raffestin opõem-se declaradamente a essa visão, segundo esse autor “a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse.”

É essa relação e a identificação dos atores com o espaço que produz e reproduz o processo de territorialidade, esse envolvimento das pessoas em fazer parte, e com o sentimento de pertencimento ao território. Segundo Raffestin:

Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e serial possível dizer que, de certa forma é a “face vivida” da “face agida” do poder. RAFFESTIN (1993, p. 161,162)

Podemos concluir que o território é uma ferramenta conceitual indispensável para entender as relações de poder que se apresentam no espaço e em todos os níveis e escalas possíveis. Compreender o território e toda a sua complexidade é fundamental para desvendar os processos de territorialização que ocorrem no espaço rural e que envolvem os trabalhadores camponeses, dentro da lógica do capital, portanto seu estudo é importante para conhecer melhor as realidades do território brasileiro.

A grande questão na verdade é tentar compreender como essa lógica interfere no processo de territorialização do capital no campo, e como ela atinge diretamente o camponês. No Brasil esse processo ocorre principalmente pela chagada das empresas no

campo, grandes indústrias e que agora se transforma em agroindústrias levando o emprego, para o campo, elas se materializam em estrutura física nas zonas rurais, saindo dos grandes centros urbanos.

A partir deste conceito teórico de território, podemos debater sobre o processo de territorialização do capital no espaço agrário. Podemos dizer que o processo de “territorialização”, de modo muito genérico, como um conjunto das múltiplas formas de construção/apropriação de forma dialética do espaço social, em sua interação com elementos como o poder, os interesses econômicos. O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado do capitalismo em sua estrutura socioespacial do movimento e das contradições sociais, sob a tríade economia, política e cultura.

A expressão territorialização indica processo, ação ou a história do desenvolvimento, e a luta pelo poder comercial, econômico e político dos atores sociais na arena territorial. É uma ação do ator social no tempo e no espaço em constantes mudanças, isto é, [...] “no capitalismo, os processos materiais de produção social estão em constante mudança, portanto, as categorias tempo e espaço também” (ABRÃO, 2012, p. 45). Para Braudel (2005), o conceito de espaço está intimamente ligado ao de tempo, que significa processualidade histórica e velocidade das relações.

Entretanto, devemos lembrar que o tempo histórico avança com diferentes velocidades. É a aceleração do tempo em função das técnicas, passando a dominar os tempos rápidos. E se há velocidade do tempo e do espaço a partir das técnicas no mundo atual, é compreensível que o tempo histórico avança em diferentes velocidades no espaço. Porque meio-técnico-científico-informacional (expressão do geógrafo M. Santos) também se geografiza de forma diferenciada no espaço, portanto, onde esse meio é ausente, certamente, a velocidade do tempo será menor.

É no território, uma das dimensões do espaço produzido, que o homem concretiza suas ações no campo econômico, social, político e cultural, transformando-se no cenário de contradições e conflitos. As ações do capital determinam a bolsa de valores, as taxas de juros, os insumos, a técnica, refuncionalizando as formas, criando novos tipos de espaço, significando novas relações com o tempo. Em outras palavras, as ações são racionais. A ação é um processo, mas um processo dotado de propósitos, isto é, um projeto. As ações são cada vez mais estranhas ao homem e ao lugar. Muitas ações que se exercem num dado lugar, são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante, apenas a resposta é local, afirma Santos (1996).

Para Santos (1996), no mundo atual, é possível uma ação unificada em todo o planeta em tempo real. A condição chamada “tempo real” permite aos atores sociais e econômicos presentes em diversos lugares, a possibilidade de agir, aqui e agora, pelas mãos dos Estados, das organizações internacionais e das firmas transnacionais, sobretudo as instituições financeiras, responsáveis pela circulação universal da mais-valia. Com os recursos técnico-científicos disponíveis atualmente, as ações dispõem de extrema fluidez no território.

Sabemos que para que o processo de territorialização aconteça na sua plenitude é necessário que o capital estabeleça o processo de modernização. A noção de modernização na presente argumentação teórica é debatida a partir da obra do geógrafo M. Santos *Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. A palavra “modernização”, entre os sociólogos, foi<sup>3</sup> sendo objeto de uma acirrada discussão semântica.

Para Santos (2008 p 290), entre os geógrafos, dever-se-ia denominar de preferência, de “modernizações”, no plural, e desse modo, dar conta das explicações temporais da organização do espaço. O autor diz que para o entendimento do processo de modernização, é necessário estabelecer uma periodização. A necessidade de uma periodização da história para conhecer a existência de modernizações sucessivas, quando se limita a utilização nas explicações do subdesenvolvimento. São palavras que se tornaram vagas como “tradicional” ou “colonial”, cujos significados devem ser inseparáveis de sua datação e sua localização.

Cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema. Cada período representa uma modernização, isto é, a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente, afirma Santos (2008). Assim, cada período definido, teria as regiões “polarizadas” ou centros de dispersão do poder.

Para o geógrafo Milton Santos quando utilizamos a expressão “as modernizações”, devemos levar em conta as suas significações e noções. O termo pode ser entendido como “crescimento” ou “desenvolvimento” que encontramos em toda parte na literatura econômica carregadas de diferentes significados. Podemos observar as situações oficialmente chamadas de desenvolvimento, mas que poderiam ser definidas como

---

<sup>3</sup> Vale lembrar que o autor escreveu o livro em 1970.

situações de crescimento, sem com isso trair as definições consagradas. Os termos crescimento e o desenvolvimento são somente um resultado da produtividade ou tem sua racionalidade na ideia de produtividade no sentido de crescimento econômico (SANTOS, 2008).

Parafraseando Anderson (1964, p. 57), podemos afirmar que a produtividade seria uma qualidade exclusiva do setor industrial moderno. De qualquer maneira, a noção de produtividade, elaborada em função das realidades dos países desenvolvidos e de seu modelo econômico, deve ser aplicada aos países subdesenvolvidos, com reparos. Isso porque dá a produtividade como uma noção de Robert Buron (1964) que a considera, como uma relação entre o número de unidades de uma qualidade determinada, produzidas ou vendidas, e a soma dos meios técnicos, financeiros e humanos, utilizados para produzi-los ou vendê-los.

Conforme assinalam Ribeiro e Silva (1997), são formas transnacionais de organização da produção e do consumo, expressivas de alterações profundas no paradigma produtivo hegemônico até os anos 70. A modernidade descontrolada no Brasil é resultado da ausência da cidadania, que talvez as pessoas não estivessem ao ponto de se mobilizar contra a uma modernização em que favoreceu apenas a burguesia nacional e estrangeira.

No mundo atual, o processo de territorialização se dá através do processo de modernização. Aliás, o processo de modernização é um dos principais condicionantes para o estabelecimento do processo de territorialização no capitalismo global. O processo de modernização é um dos mecanismos do processo de territorialização do capital. Para Silva (2009, p. 63), a modernização do domínio dos Cerrados se deu em três momentos distintos.

O primeiro foi marcado pela construção de Brasília e de toda infraestrutura que a localização da nova capital proporcionou. O segundo, a partir da década de 1970, foi marcado pela implantação dos programas estatais modernizantes de desenvolvimento agropecuário do Cerrado, característicos dos tempos da Revolução Verde. O terceiro momento é o atual, o da globalização neoliberal a partir da década de 1990, fortemente marcado pela lógica privada de expansão do agronegócio, via atuação em rede de grandes corporações nacionais e internacionais. O referido autor afirma ainda que esses momentos, naturalmente, não são estanques nem excludentes. Atuam também, sinérgica e simultaneamente, em tempos diferentes nas diferentes regiões do domínio do Cerrado.

Os projetos convencionais de modernização agrícola trás uma concepção dominante que condiciona os modelos em curso de exploração dos cerrados e a lógica que

sustenta a visão do “desenvolvimento” da região. Esses projetos, na verdade, ocorrem no bojo da chamada modernização da agricultura brasileira, embasados na concepção tecnológica da Revolução Verde de subordinação da agricultura aos complexos agroindustriais: extensas monoculturas, pacotes tecnológicos intensivos em mecanização, insumos industriais, sementes e raças melhoradas.

Para Silva (2009, p. 63) o cerrado-mercadoria é a lógica da expansão espacial do agronegócio global. A partir da fundação de Brasília, em 1960, a região de domínio do Cerrado começou a ser mais intensamente ocupada. Em 1960, cerca de 11 milhões de pessoas, sendo que 7 milhões habitantes viviam nas zonas rurais. A lógica tradicional de ocupação dos Cerrados, baseada na criação de gado, extrativismo, caça, pesca e agricultura de subsistência não rompeu os processos ecológicos que mantinham o funcionamento dos mais de dez diferentes ecossistemas que se abrigam dentro do domínio do Cerrado.

Parafraseando Silva (2002: 181-188), podemos afirmar que a modernização agora está mais global através das corporações em rede no período mais recente. A expansão das monoculturas de exportação se dá a partir da nova dinâmica do agronegócio global, capitaneado pelas corporações agroindustriais. Essas redes, são redes de poder que integram o domínio de diversos setores que se articulam para o funcionamento do agronegócio transnacional: financiamento, fornecimento de máquinas e insumos, energia, comunicações, pesquisa, produção, beneficiamento, circulação/transporte, distribuição/exportação.

A realização do capital implica um contínuo processo de abertura de fronteira, expresso na integração de um sistema espacial de trocas de mercadorias, informação, crédito e mobilidade do trabalho. Isso significa que a fronteira demanda, de um lado, uma rede de fluxos imateriais (informação e capital) e materiais (mercadorias, mão de obra etc.) e de outro lado, uma integração físico-territorial através do sistema de transportes e comunicações entre lugares de financiamento, produção, comercialização, industrialização e consumo.

No contexto do neoliberalismo, as corporações não só investem na produção, mas também financiam a lavoura com insumos e capitais; investem na logística de transporte, energia e armazéns; buscam o controle tecnológico de novas variedades de sementes, mantêm o controle oligopolizado dos mecanismos de distribuição e comercialização da produção em escalas nacional e global, afirma Silva (2002). Esta estratégia territorial constitui o verdadeiro processo de territorialização do capital do agronegócio global.

Shiki (1997, 2000), afirma que “o passo fundamental para as corporações do agronegócio global, para manter controle territorial e inclusive superar os desafios da insustentabilidade do modelo das monoculturas modernas no cerrado, passa pela biotecnologia (engenharia genética baseada na biologia molecular) e por sua constituição como “indústria da vida” - apropriação privada dos genes e dos produtos oriundos de seus processos de transferência entre espécies diferentes (transgenia). Esse fato é um exemplo cristalino do processo de modernização e territorialização do agronegócio global atualmente, executado e organizado através do conhecimento científico.

O processo de territorialização do agronegócio no cerrado acontece também pelo processo de apropriação de terras tanto pelo capital nacional e estrangeiro. No caso do capital estrangeiro na compra de terras pode ser ilustrada no quadro nº 01. De acordo com esse quadro, podemos perceber este processo por unidades federativas. Mato Grosso e São Paulo são as unidades federativas que têm maior percentual de terras nas mãos do capital estrangeiro. O Tocantins apresenta o menor índice de percentual juntamente com a unidade federativa de Rio Grande do Sul.

**Quadro nº. 01:** Os dez estados do Brasil com maior superfície de terras de estrangeiros. Novembro de 2007

Unidades federativas	Total de hectares	% em relação ao total do Brasil	% dentro do Cerrado Contínuo e transições
MT	754.705,4	19,9	81,9
SP	504.742,8	13,3	68,3
BA	361.316,8	9,5	25,2
MG	299.993,2	7,9	60,2
PR	299.622,9	7,9	44,0
GO	243.205,7	6,4	100,0 <sup>4</sup>
PA	231.860,0	6,1	14,1
AM	116.264,7	3,0	0,4
TO	107.237,0	2,8	97,3
RS	105.158,8	2,8	0,0
BRASIL	3.800.000,0		

Fonte: Folha de São Paulo, 8/06/08. Comentado por Silva (2009).

O processo de territorialização do capital através do processo de apropriação da terra e de imóveis na área do Cerrado pelo capital nacional e privado é real. Silva (2009, p. 204) recorre ao Jornal Folha de São Paulo do dia 2 de fevereiro de 2008 e do dia 10/02/08 – (“Empresas com ‘lastro’ em terra vão à Bolsa de Valores”) com informações bastante relevantes que ilustram o processo de apropriação de terras nos moldes capitalistas, isto é,

<sup>4</sup> O estado de Goiás tem 100% de Cerrado.

da valorização do capital através da apropriação de terras. Um exemplo é o da empresa SLC Agrícola<sup>5</sup>, que investiu R\$ 88 milhões em quatro propriedades rurais.

O grupo, com sede em Porto Alegre, tem 165 mil hectares em nove fazendas, com gestão padronizada em cinco Estados: GO, MS, MT, BA e MA. O foco do grupo está na produção de soja, milho e algodão. Utilizam a estratégia da diversificação geográfica para minimizar riscos. A SLC Agrícola possui ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) desde junho de 2007. Outro grupo citado na reportagem é o BrasilAgro, que surgiu em 2005 para explorar o mercado imobiliário agrícola brasileiro. Em 2007, investiu R\$ 155 milhões na aquisição de cinco fazendas. Ao todo, dispõe de 143.683 hectares em oito propriedades localizadas em cinco estados: MG, GO, MS, MT, BA, PI.

Nota-se que os investimentos são direcionados para as regiões de fronteira do Cerrado, que vai sendo rapidamente apropriado pelo capital. A apropriação do cerrado pelo capital constitui um dos mecanismos do processo de territorialização. São, portanto, empresas nacionais ou totalmente estrangeiras com forte participação de capital de fora do país; algumas não têm ligação com qualquer ramo do chamado agronegócio. É simplesmente negócio. A terra no Brasil é um ótimo investimento, como diz João Beltrame, um dos sócios e consultor da Céleres Consultoria, também entrevistado na reportagem da *Folha de S. Paulo*.

No Tocantins, esse processo de territorialização também está presente. Segundo reportagem do Jornal do Tocantins (24/04/2013, pág. 05), o preço da terra no Tocantins teve um aumento acumulado da ordem de 680% nos últimos dez anos. A valorização da terra em Tocantins acompanha o crescimento da região conhecida como MAPITOBA (Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia)<sup>6</sup> considerado o novo pólo do agronegócio de precisão do país. O alto percentual é motivado principalmente, pelo avanço do agronegócio na última fronteira agrícola do país.

A avaliação é de José Vicente Ferraz, diretor técnico da Informa Economics FNP, empresa especializada na cotação de produtos do agronegócio no Brasil, que considerou o período entre o primeiro bimestre de 2003 e o último bimestre de 2012. Considerando os preços de terras nos quatros estados do MAPITOBA, a valorização média do hectare foi da

---

<sup>5</sup> Grup-SLC Agrícola é um grupo composto pelas empresas de SLC Alimentos; SLC Ferramenta gerais; SLC Comercial. A SLC Agrícola é uma empresa produtora de commodities agrícolas. São 11 unidades de produção estrategicamente localizadas em seis estados brasileiros.

<sup>6</sup> Região formada pelos estados de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, conhecida como MAPITOBA que se refere a abreviaturas destes estados.

ordem de 1.000%. Isto é, a terra virou um negócio que permite ao capitalista ter um lucro altíssimo sem investimentos reais.

Conforme levantamento da FNP, o valor do hectare no Tocantins pode chegar até a R\$ 13 mil, na região de Dianópolis, Sudeste do estado, o valor de R\$ 5 mil é mais caro que a média de preço nacional, que é em média de R\$ 8 mil. No Tocantins, os maiores percentuais de aumento na cotação do hectare foram registrados nos municípios de Pedro Afonso, Dianópolis, e em Campos Lindos. Em Pedro Afonso o preço do hectare saltou de pouco mais de R\$ 1 mil para R\$ 8 mil em dez anos, um aumento de 700%. Em Dianópolis o preço do hectare subiu 445%, saltando de R\$ 2,3 mil para R\$ 13.000. Em Campos Lindos o preço saltou de R\$ 1,8 mil para R\$ 8,5 mil, com um aumento da ordem de 363%. Em Pedro Afonso a valorização da terra foi maior. A unidade industrial da Bunge de produção de álcool pode influenciar nesta tendência no município.

Alguns fatores contribuem para a chegada do agronegócio e elevação do preço da terra na região tais como: terras planas e bem localizadas, pois, estão próximas à Ferrovia Norte Sul; tem um clima bem definido; as áreas de plantio podem expandir (expansão da área em hectares). Com isso, a terra vira um ótimo negócio. O destaque nacional do MAPITOBA é em função das grandes áreas com solo quimicamente regular, além das terras serem baratas se comparadas, com outras do Centro-Oeste e do Sul do país. O perfil do produtor que vem para esta região são produtores profissionais e muitas vezes são representantes de grandes empresas do agronegócio (as multinacionais) que têm o objetivo de praticar a agricultura de precisão, com altos investimentos em tecnologia.

Esses fatores contribuem para o processo de territorialização do capital na região. O processo de territorialização do agronegócio em Tocantins a partir da valorização do imóvel fundiário é fato real, nesse processo estão envolvidos o capital nacional e o estrangeiro. O resultado é a ampliação da concentração fundiária, aumento dos conflitos sociais, dos impactos ambientais e étnicos no campo entre indígenas, camponeses e a burguesia do agronegócio.

### **1.3 - Analisando o conceito de campesinato para compreensão do objeto da pesquisa**

A interpretação do campesinato, da violência e dos conflitos no campo, tem sido debatida nas últimas décadas pela geografia agrária, pois entender todo esse processo em que o camponês está inserido é fundamental para tentar resolver os problemas relativos à questão da luta pela terra.

Assim, Oliveira destaca a existência de três correntes que interpretam o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, trazendo diversos autores, ele sustenta que a primeira corrente é apresentada por autores que defendem piamente que no Brasil existiu o feudalismo, ou relações semi-feudais de produção, conforme segue:

Por isso eles advogam a seguinte tese para que o campo se desenvolva seria preciso acabar com estas relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo. Para esses autores, a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo. Portanto, a luta pela reforma agrária seria um instrumento que faria avançar o capitalismo no campo. Esses autores costumam afirmar inclusive que o capitalismo está penetrando no campo. Entre os principais estudiosos que seguem essa concepção estão Maurice Dobb, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Inácio Rengel etc. O livro Estudos de Geografia Agrária Brasileira, de Orlando Valverde, apresenta esta interpretação (...) (OLIVEIRA, 1999, p. 70)

Na segunda corrente, os autores acreditam que o capitalismo irá se desenvolver ao ponto de suprimir o campesinato alegando que ocorrerá o desaparecimento da figura do camponês, esse se por sua vez se transformará em proletários ou em capitalistas:

Outra vertente entende que o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois seriam uma espécie de 'resíduo' social que o progresso capitalista extinguiria. Ou seja, os camponeses ao tentar produzir para o mercado acabariam indo à falência, e perdendo suas terras para os bancos ou mesmo teriam que vendê-las para saldar as dívidas. Com isso, os camponeses tornar-se-iam proletários. Entre os principais pensadores dessa corrente estão Karl Kautsky, Vladimir I. Lenin, Léo Huberman, Paul Sweezy, Caio Prado Jr., Maria Conceição D'Incao e Mello, José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay etc. A maior parte dos trabalhos em geografia agrária têm por base essa concepção. São exemplos dessa corrente (...) a maior parte das teses e dissertações defendidas na Geografia da UNESP – Rio Claro-SP e na UFRJ, no Rio de Janeiro. Mas, talvez, pelo seu caráter emblemático, o trabalho de Ruy Moreira, "O desenvolvimento do capitalismo e o lugar do campo no processo", publicado na revista Terra Livre nº 1, seja um dos melhores exemplos dessa corrente na geografia agrária (OLIVEIRA, 1999, p.71).

Entretanto Oliveira se opõe as duas correntes anteriores, que argumentam que não "há lugar histórico para os camponeses no futuro. Isso porque a sociedade capitalista é pensada por estes autores como sendo composta por duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e o proletariado (os trabalhadores assalariados)". Na concepção de Oliveira, "por isso que muitos autores e mesmo partidos políticos não assumem a defesa dos camponeses" (OLIVEIRA, 1999, p.71).

Ainda contrapondo os autores das duas correntes anteriores Oliveira afirma que:

Penso que esses autores “esqueceram” uma frase escrita por Karl Marx em O Capital: *“Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terra, cujas respectivas fontes de rendimento são o salários, o lucro e a renda fundiária portanto assalariados, capitalistas, e proprietários de terra, constituem as três grandes classes na sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista.”* Portanto, a compreensão do papel e do lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo; entretanto os camponeses continuam lutando para conquistar o acesso à terra no Brasil. Um bom exemplo para esclarecer essa questão é o aumento do número de posseiros no Brasil (OLIVEIRA, 1999, p.72, grifo do autor).

Diante dos fatos apresentados das duas correntes anteriores, está constituída a terceira corrente, que é defendida por Oliveira e está assentada dentro do pensamento dialético como relata em suas palavras:

Dessa forma, para mim, que faço parte de uma outra concepção teórica da compreensão do desenvolvimento capitalista no campo, o que ocorre na agricultura brasileira é um processo diferente. O estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado para presença do bóia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença do aumento do trabalho familiar no campo). Entre os mais importantes pensadores dessa corrente estão Rosa de Luxemburg, Teodor Shanin, Samir Amin, Kostas Vergopoulos (...) (OLIVEIRA, 1999, p.73).

Os dias atuais têm sido marcados pela idéia fixa de se tentar explicar e definir o conceito de campesinato no Brasil, no entanto existem divergências no que tange a definição objetiva desse conceito.

Vários autores tem se manifestado diante do grande desafio que é estudar o campesinato na atualidade, primeiro porque não se consegue chegar a um consenso sobre o tema, e depois porque apenas uma definição não contemplaria a maioria dos estudiosos. Para Marques o campesinato é definido como:

(...) um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade. (MARQUES 2004, p.145).

O fato é que entender a origem do campesinato no Brasil nos leva a compreender como esses camponeses se organizam, como eles se articulam para continuarem

reproduzindo-se diante de um sistema capitalista que a todo momento negam sua existência, negam sua força de resistir as adversidades.

O ressignificado do conceito de campesinato ocorre de duas formas. A primeira quando é realizada pelo Estado, que atende diretamente aos interesses do capital, e ao modo de produção capitalista, e tenta através de políticas públicas de financiamento, introduzir uma nova categoria que afirma a existência do “agricultor familiar”.

Essa categoria formulada e introduzida na década de 1990, pelo então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso (FHC), com o objetivo claro de desmontar as reivindicações políticas e sociais do campesinato, nega a existência de uma classe camponesa brasileira, e principalmente nega as lutas que historicamente foram travadas pelos camponeses, como afirma Fernandes (2003):

Para tolher essa luta popular secular, o governo adotou nova tese e criou “novo mundo rural”, onde a agricultura camponesa é metamorfoseada em agricultura familiar, procurando convencer os trabalhadores de que o mundo mudou e que a luta pela terra é coisa do passado, que a subalternidade é “natural”, na integração ao capital e ao mercado. (FERNANDES, 2003, p.14)

Essa intenção de destruir o conceito de campesinato como classe social, por alguns autores, deixa bem claro quais são os objetivos do capital de mercado, como menciona Fernandes (2001):

Os teóricos da agricultura familiar definem: que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim, um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórica-política (FERNANDES, 2001, p.29-30)

Sendo assim para Carvalho, 2005, p.25. “O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde a sua história de resistência, fruto da sua pertinácia, e se torna um sujeito conformado com o processo de diferenciação que passa a ser um processo natural do capitalismo.”

Já a segunda forma ocorre quando a categoria, camponês assume uma identidade, uma ressignificação, e procura se fortalecer juntamente aos movimentos sociais que estão ligados a eles, buscando e lutando pelos seus direitos e por suas características próprias que normalmente estão diretamente vinculadas aos seus territórios.

Portanto é necessário estudar o conceito o campesinato brasileiro para tentar entender as realidades atuais (contemporâneas) e as mudanças que essa classe vem

enfrentando nas últimas décadas, quase sempre marcada por uma intensa exclusão social, associadas às políticas neoliberais, que são praticadas pelos governantes. Então para entender como é o modelo de reforma agrária em que estão inseridos os camponeses do P.A Irmã Adelaide, é necessário compreender as lutas que historicamente foram travadas pelo campesinato.

#### **1.4 - Estrutura Fundiária na Amazônia e a luta dos movimentos sociais agrários no Tocantins**

Para o IBGE, estrutura agrária e estrutura fundiária se referem a conceitos que indicam as inter-relações entre os proprietários, os agricultores e a terra utilizada. A expressão estrutura agrária é utilizada em sentido amplo, significando a forma de acesso à propriedade da terra e à exploração da mesma, indicando as relações entre os proprietários e os não proprietários, a forma como as culturas se distribuem pela superfície da terra e como a população se distribui e se relaciona com os meios de transporte e comunicações.

A expressão estrutura fundiária refere-se à organização das propriedades rurais quanto ao número, tamanho e distribuição pelo país. Na Região Norte, a presença de grandes estabelecimentos na fronteira agropecuária contrasta com o domínio de pequenas propriedades de produtores posseiros, ribeirinhos, que com a pesca artesanal e sua produção familiar, basicamente de subsistência, historicamente ocuparam os recursos dos rios e os solos de várzea fertilizados naturalmente pelas cheias sazonais.

Este é o contexto em que se observa a presença de municípios com alta desigualdade na distribuição de terras, como os do sudoeste do Pará, que se inserem crescentemente à fronteira agropecuária, quer pela expansão de pastagens, quer pela produção de soja e milho segundo o Censo Agropecuario de 2006. Ainda segundo o Censo, o mesmo acontece com o noroeste do Amazonas – cujos baixos índices de desigualdade na estrutura fundiária revelam o domínio do ribeirinho e sua pequena lavoura de subsistência – onde se concentra a produção de mandioca como base alimentar tradicional da cultura indígena e cabocla, assim como do pequeno comércio local de farinha. (Censo Agropecuário 2006)

O Censo Agropecuário (2006) mostra que a concentração de terras persiste no País. As diferenças verificadas na área dos estabelecimentos agropecuários continuam a caracterizar a manutenção da desigualdade na distribuição de terra no país nos últimos

censos agropecuários. A concentração e a desigualdade regional são comprovadas pelo Índice de Gini da estrutura agrária do País.

Os dados mostram um agravamento da concentração de terras nos últimos 10 anos. O Censo do IBGE mostrou um Gini de 0,872 para a estrutura agrária brasileira no Censo divulgado, superior aos índices apurados nos anos de 1985 (0,857) e 1995 (0,856). A evolução do Gini, no entanto, foi muito diferente entre as Unidades da Federação. Em São Paulo, passou de 0,758 no Censo anterior para 0,804. No Maranhão, por outro lado, recuou de 0,903 para 0,864. No Censo 2006, o maior índice de Gini estava em Alagoas (0,871), enquanto o menor foi apurado em Roraima (0,664). Nas culturas de grande escala, como a soja, é comum que um grande produtor arrende muitas terras de outros agricultores menores, o que acaba elevando o índice. Segundo ele, há 2.360 municípios nos quais o Índice de Gini caiu nos últimos anos e, nesses locais, há agricultura familiar, com assentamentos<sup>7</sup>.

Estrutura agrária constitui uma característica central da história de ocupação do território brasileiro, a desigualdade na distribuição da terra revela que em tempos pretéritos e contemporâneos do modo como os recursos naturais são apropriados no Brasil aconteceu de forma diferenciada e contraditória. De acordo com o quadro nº 02, as diferenças verificadas na área dos estabelecimentos agropecuários, quando comparados os diferentes estratos fundiários, continuam a caracterizar a manutenção da desigualdade na distribuição da terra no país nos últimos Censos Agropecuários. Neste sentido, enquanto os estabelecimentos rurais de menos de 10 ha ocupam menos de 2,7% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais nos três últimos Censos Agropecuários – 1985, 1995-1996 e 2006 –, a área ocupada pelos estabelecimentos de mais de 1 000 ha concentram mais de 43,0% da área total nestes anos.

---

<sup>7</sup> Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,distribuicao-de-terras-e-desigual-mostra-estudo-do-ibge,443477>

**Quadro – 02** Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área Brasil - 1985/2006

Estrato de área	Área dos estabelecimentos rurais (ha)		
	1985	1995	2006
Total	374 924 421	353 611 246	333 680 037
Menos de 10 há	9 986 637	7 882 194	7 798 777
De 10 ha a menos de 100 ha	69 565 161	62 693 585	62 893 979
De 100 ha a menos de 1000 ha	131 432 667	123 541 517	112 844 186
1000 ha e mais	163 940 667	159 493 949	150 143 096

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985/2006.

A estrutura fundiária na Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Tocantins) é extremamente desigual, devido à concentração das terras. De acordo com os dados mais recentes do IBGE (1996 e 2006), a estrutura da Amazônia Legal se configura da seguinte forma: em 1996 o estrato correspondente a menos de 10 ha possui 0,76% de área, enquanto o estrato com mais de 1000 ha possui 62,8% de toda área da Amazônia Legal. Referindo-se agora a 2006, o estrato com menos de 10 ha fica com 0,51% e o de mais de 1000 ha fica com 58,73%, mostrando o nível de sua concentração.

O avanço da fronteira agropecuária e do agronegócio na Amazônia tem contribuído para o aumento do grande estabelecimento e da desigualdade na distribuição da terra: 48% dos municípios incluídos na categoria de “fronteira agrícola consolidada” têm média concentração fundiária, e 52% apresentam alta concentração<sup>8</sup>.

De acordo com Souza (2017),

na Região Norte, no contexto dos empreendimentos agrícolas com área até 10 ha, constatou-se que, em 2004, 33% dos empreendimentos se apropriava de 1,5% da área total e em 2009, 38% dos empreendimentos concentrava 1,8% da área, indicando uma baixa concentração de terra nas mãos dos pequenos empreendimentos. Em 2011, a concentração apresentou crescimento, uma vez que 49,5% dos empreendimentos se apropriaram de 3% da área, verificado na razão de concentração de terras a qual indicou que o percentual da área foi 0,06 vezes do percentual de empreendimentos. No entanto, deste ano em diante, a concentração de terras apresentou trajetória descendente para os empreendimentos com área inferior a 10 ha na Região Norte. Os dados sugerem que a razão de concentração está caindo para o grupo de pequenos

<sup>8</sup>Fonte-<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13237-asi-ibge-e-ministerio-do-meio-ambiente-lancam-mapas-tematicos-da-amazonia.html>

empreendimentos no Norte porque a área total está caindo num ritmo mais acelerado que o número de empreendimentos agrícolas. (SOUZA, 2017, p 65)

Ou seja, há um processo de concentração na estrutura fundiária na Região Norte e na Amazônia. A referida autora, ainda coloca que,

Em 2004, 12% dos empreendimentos agrícolas, com mais de 100 ha concentravam 67% da área total e em 2009, 9% dos empreendimentos concentravam 54% da área. Em 2014, a concentração foi notadamente maior, quando 9,5% dos empreendimentos concentraram 80,3% da área. Dito de outra forma, em 2004, o percentual da área era 5 vezes maior que o percentual de estabelecimentos e em 2009, consistia em 6 vezes. Em 2013 e 2014, diferente do Brasil, houve um significativo aumento da razão de concentração, para 7 e 8 vezes, mas apesar de uma elevada concentração de terras, ainda foi inferior a brasileira para o mesmo período. (SOUZA, 2017, p 66)

Verifica-se, ainda, que a desigualdade na distribuição da posse da terra se elevou em 2014, em comparação a 2004. Por exemplo, os 50% menores empreendimentos que antes ocupavam 6% passaram a ocupar 2% da área total, enquanto que os 10%, 5% e 1% maiores empreendimentos passaram a ocupar um percentual bem maior da área total agrícola. A desigualdade fundiária é ainda mais elevada na região Norte e aumentou substancialmente, uma vez que, entre 2004 e 2014, o percentual da área total ocupada pelos 5% maiores empreendimentos se tornou muito superior ao percentual da área ocupada pelos 50% menores empreendimentos, saindo de 9 vezes superior (2004) para 37 vezes superior (2014). (SOUZA, 2017, p 66).

A Amazônia Legal mesmo sendo uma área em que a fronteira agrícola é a mais recente, também já existe concentração fundiária como nas outras áreas do Centro-Sul e o Nordeste brasileiro. No mapa nº 01, podemos observar que a concentração fundiária na Amazônia Legal já se apresenta em um patamar considerado alto. É possível observar também que mesmo possuindo uma fronteira agrícola incipiente já apresenta uma alta concentração fundiária na fronteira consolidada, principalmente na porção sul e leste da Amazônia.

Na fronteira em consolidação, também apresenta uma alta concentração fundiária no Leste e no Sul da Amazônia. No quesito fronteira em expansão também existe a alta concentração fundiária, porém encontra-se mais presente no Norte Oeste da Amazônia. Neste mapa, ainda é possível observar os números de assassinatos no campo. O maior número de assassinatos na Amazônia está mais presente no sul Mato Grosso e de Rondônia e na porção oriental do estado do Pará. Os assassinatos no campo estão vinculados a alta concentração fundiária.



Todo esse processo de concentração da estrutura fundiária é resultado do modo de produção capitalista que tem naturalmente, a tendência de concentrar a riqueza nas mãos de uma determinada classe social. Podemos encontrar no campo brasileiro a grande contradição, que é fruto do processo de desenvolvimento do capitalismo e ao mesmo tempo a relação de trabalho assalariado (bóias-frias), com as relações de trabalho não capitalistas, como o trabalho familiar camponês. É possível encontrar no campo brasileiro a grande contradição, que é fruto do processo de desenvolvimento do capitalismo e ao mesmo tempo a relação de trabalho assalariado (bóias-frias), com as relações de trabalho não capitalistas, como o trabalho familiar camponês.

A formação dos assentamentos rurais na região amazônica começa a partir da década de 1970, impulsionados pelos projetos de colonização do regime militar, seu principal objetivo era ocupar áreas e expandir as fronteiras agrícolas, desarticulando os focos de conflitos além de fragmentar a luta dos trabalhadores camponeses em favor de uma reforma agrária que atendia a interesses das elites (donos do capital).

No entanto os assentamentos devem ser pensados como um grupo organizado e combatente segundo Neves (1997, p. 27), “Os assentamentos devem ser pensados como locais de estratégias dos grupos que integram o campo de disputa em torno de recursos e regras institucionalizadas para que os assentados tenham estabilidade financeira”.

Esse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo mostra a sujeição da renda da terra ao capital. Isso significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado no campo e nem acaba de forma definitiva o trabalho familiar camponês, não porque os capitalistas sejam generosos, mas por que dessa forma ele acaba criando condições para sua manutenção e para o surgimento de novos capitalistas.

Historicamente no Brasil a forma de acesso a terra de distribuição isso quer dizer da estrutura fundiária foi feita de forma desigual, sempre favorecendo a formação dos latifúndios. Desde “sempre” os latifundiários fazem de tudo para burlar a lei e conseguirem maiores extensões de terra, Oliveira chama atenção para isso:

Um bom exemplo é a “técnica da procuração”, ou seja, o latifundiário consegue um procurador, ou ele mesmo torna-se procurador de um certo número de pessoas, às vezes de sua própria família. Para isso, ele, às vezes paga pelas assinaturas. Com as procurações ele dá entrada nos Institutos de Terras para adquiri-las para aquelas pessoas de quem é procurador. Os órgãos públicos emitem títulos e ele torna-se proprietário dos títulos emitidos em nome de outras pessoas, devido às procurações. Assim, torna-se proprietário não de uma área de, no máximo, 2.500 há (pela constituição de 1988), mas de tanta terra quantos

foram os títulos que obteve através de procurações. Se conseguir cem procurações torna-se proprietário de 250.000 há de terra.(OLIVEIRA, 2001 p. 29)

É nesse contexto que a divisão de terras na Amazônia vem sendo feita, desrespeitando os direitos dos camponeses, e atendendo sempre aos interesses dos grandes latifundiários e aos que servem ao modelo de desenvolvimento capitalista.

O processo de ocupação do território tocantinense inicia-se ainda na primeira metade do século XVIII, baseada exclusivamente na exploração aurífera, que concentrava uma população que migrava em direção ao norte em busca de riqueza impulsionado pela coroa portuguesa.

Depois de esgotadas as fontes minerais ocorreu uma decadência natural das ocupações nesses núcleos urbanos, no entanto outra atividade econômica acaba substituindo a busca pelo ouro, e começa a explorar a atividade de pecuária ainda no século XVIII. Dessa forma, a pecuária passou a ser a principal fonte de renda para as pessoas do norte goiano, e se mantém ativa até os dias atuais hoje Tocantins.

O espaço geográfico do Tocantins passou por uma transformação em termos estruturais após a construção e implementação da rodovia Belém-Brasília, pois essa possibilitou o processo de ocupação de áreas demograficamente inabitadas, conseqüentemente contribuiu para o crescimento dos núcleos urbanos, transformando consideravelmente a rede urbana do Estado, segundo Lira (2011).

A construção de Brasília representou muito mais a que a “conquista do Planalto Central” ela representou também uma nova era para a região Amazônica, além de um “desordenado” desenvolvimento empregado pelos governos militares, uma era de saques, violências e entreguismo, tudo isso sobre a ideologia de “segurança Nacional” a coqueluche dos governos militares espalhados por todo território nacional (LIRA, 2011, p. 48).

Durante o governo militar na região da Amazônia Legal, foram criadas medidas a favor dos grandes empresários e em desfavor dos movimentos camponeses, um exemplo disso foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que tinha o objetivo de desenvolver a região, no entanto ela só atendeu ao grande capital. Além da SUDAM outros projetos de fomento ao “desenvolvimento” foram criados como afirma Lira:

Os projetos e programas governistas implantados a partir dos anos 1960 em diante, como o PIN-Projeto de Integração Nacional, PNDs-Palno Nacional de Desenvolvimento, PROTERRA-Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste, PÓLO-AMAZÔNICO-Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia etc., promoveu a

expansão da fronteira econômica, motivado pela introdução de novas tecnologias acelerando assim o processo excludente da modernização da agricultura (LIRA, 2011, p. 59).

Diante disso surge na região um movimento de resistência dos camponeses, que permaneceram em suas terras, e essa atitude provocou o agravamento de tensões e conflitos que, em muitas vezes eram violentos e arbitrários por parte da polícia.

Durante a década de 60 surgiu no Tocantins, especificamente na região do bico do papagaio, localizado ao extremo norte do estado, um conflito armado conhecido como a Guerrilha do Araguaia. Esse movimento que foi fomentado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tinha como objetivo principal organizar as famílias camponesas para a defesa da luta pela terra, contra os projetos de reforma agrária e da questão fundiária que eram impostas pelos governos militares.

A participação das forças militares no combater a resistência camponesa, durante a guerrilha ficou marcada pela ocupação de cidades da região, e da truculência dos militares na condução de suas ações. Mas mesmo após o fim do conflito as tensões entre os camponeses e os grandes fazendeiros continuaram isso forçou o governo militar a autorizar o INCRA, a demarcar áreas para posseiros, no intuito de promover vários projetos de assentamentos, tudo isso para tentar conter os conflitos existentes.

Um fator histórico que devemos sempre mencionar foi o fato de que na constituição de 1988, trouxe em seus atos a criação do Estado do Tocantins, apoiado principalmente pelas oligarquias regionais, em sua maioria formada por grandes agropecuaristas. Essa influencia, contribuiu para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, ligados aos interesses e aos anseios de uma classe política ligadas a União Democrática Ruralista (UDR), que foi instituída em 1985, com o objetivo exclusivos de atender as demandas da economia Agropecuarista.

“ a grande propriedade fundiária com suas formas tradicionais de produção e de reprodução do capital ali inseridas e, conseqüentemente com a renda da terra. É o momento em que a pecuária se transforma em poder político e passa a ter então ao alcance o controle das formas de repressão policial e mesmo as de âmbito jurídico, agora legalizados.” (BARBOSA, 1999. p.96)

Também na região do Bico do Papagaio no norte do estado do Tocantins, ocorreu um fato que marcou para sempre a história da região, foi o assassinato do religioso Josimo Moraes Tavares. Vigário da paróquia de São Sebastião do Tocantins-TO, padre Josimo era figura conhecida dentro dos movimentos sociais, ligados a CPT, onde participava como membro e conselheiro da CPT/Araguaia-Tocantins.

Sempre atuante e combatente nas reivindicações e cumprimento dos direitos dos camponeses, e dos menos favorecidos, no entanto essa militância acabou despertando a ira dos grandes latifundiários, das oligarquias políticas que dominavam a região e infelizmente do próprio poder público. Padre Josimo foi morto no dia 10 de maio de 1986 em Imperatriz-MA, mas antes de sua morte premeditada ele já tinha sofrido um atentado onde pistoleiros tentaram contra sua vida. Sobre esse atentado Tavares apud Oliveira comenta:

“Entendo que este atentado se põe dentro do contexto social da região, em seu aspecto de luta pela posse da terra. Os lavradores do Bico do Papagaio, vindos de vários estados do Brasil, há muitos anos estão resistindo em pedacinhos de terra, estão enfrentando, sob risco de vida, a violência das grilagens, o roubo de terras. Grileiros e fazendeiros da região, considerando a possibilidade real de uma distribuição de terra em favor dos posseiros, liderada pelo Governo Federal, se armam com fortes calibres e tentam destruir as pessoas que eles julgam serem os cabeças de todo o movimento dos trabalhadores rurais. O que sofri é, pois a demonstração objetiva, inquebrantável, da vontade e da decisão política dos grileiros e de parte de fazendeiros da região” (OLIVEIRA, 2005, p.44)

Diante dos fatos apresentados fica evidente que as lutas travadas pela conquista de terra no Tocantins são marcadas por conflitos e pela participação direta dos camponeses e dos movimentos sociais. Essa participação resultou em algumas conquistas pontuais, como a destinação de áreas para desapropriação, por parte do INCRA, o fortalecimento dos movimentos sociais do campo, como a CPT, e o MST, movimentos que tem uma atuação muito forte e que contribuíram para o avanço da reforma agrária no Tocantins.

Segundo os dados do MDA/INCRA SR-26, hoje no Tocantins vivem mais de 23.560 mil famílias assentadas em 378 projetos de assentamentos, territorializados em mais de 92 municípios ou seja, dos 139 municípios existente no estado, isso quer dizer que mais de 66% se encontra projetos de assentamentos da reforma agrária. Portanto temos um número significativo de famílias camponesas residindo no campo, e colaborando para a manutenção e resistência do camponês na terra. O quadro abaixo mostra como esse processo vem ocorrendo de forma acentuada em todo o estado ao longo das décadas:

**Quadro N. 03:** Comparativo de famílias assentadas no estado do Tocantins

ANOS	Nº FAMÍLIAS
1987 a 2002	7.899
2003 a 2009	15.820
2010 a 2015	497

Fonte: INCRA- SR-26 (2017), Organização: Maia 2017.

Segundo os dados mencionados acima, no Tocantins as famílias começaram efetivamente a ter suas conquistas relacionadas à posse de terras em meados da década de 1980, um dado importante sobre esse quadro acima é que o maior número de famílias assentadas no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que é do partido dos trabalhadores-PT, partido esse que no estado do Tocantins historicamente sempre esteve inserido no processo de luta juntamente com outros movimentos sociais como a CPT – Comissão Pastoral da Terra, do MST – Movimento dos Sem Terra, das Associações dos Agricultores Rurais entre outros, isso significa dizer que após anos de lutas marcadas por conflitos, e de todas as injustiças sofridas pelos camponeses, a situação atual não é fácil.

Vale ressaltar que ocorreu uma drástica diminuição do número de famílias assentadas no período de 2010 a 2015, como mostra no quadro acima, esse dado pode ser reflexo da falta das políticas públicas no campo, que deixaram de ser vistas como prioridade para o governo do PT.

No entanto a luta é permanente, muitos camponeses ainda lutam pela posse da terra no estado do Tocantins, famílias inteiras vivem as margens das rodovias, em locais improvisados aguardando uma resposta efetiva dos órgãos competentes diante da tarefa de se desenvolver a tão esperada, reforma agrária, uma reforma que atenda aos anseios de todos os camponeses que fazem parte desse processo.

## CAPÍTULO II

### 2. CONTEXTUALIZANDO O PROJETO DE ASSENTAMENTO IRMÃ ADELAIDE

No referente capítulo será apresentado uma contextualização histórica do surgimento do P.A Irmã Adelaide bem como todas as lutas travadas para conseguir a tão esperada terra, além de explorar e conhecer todas as angustias e demandas dessa comunidade, que luta para permanecer na sua terra. Entender esse processo de pós conquista da terra é de suma importância para compreender a realidade deste projeto de assentamento, e os grandes desafios de permanecer nela.

#### 2.1 Assentamentos no Tocantins: Histórico de lutas e conquistas pela terra

Os primeiros assentamentos no antigo norte goiano datam da década de 1970 séculos xx, e estão localizados principalmente na região conhecida como Bico do Papagaio, isso antes mesmo da criação do Estado do Tocantins fato que só veio a ocorrer na promulgação da Constituição Federal de 1988.

Nessa época o regime militar institucionalizou mecanismos para garantir os interesses do grande capital financeiro, e dos grandes latifundiários que estavam ocupando e explorando ilegalmente terras de domínio público, praticamente em toda região da Amazônia.

É através desses mecanismos adotados no regime militar, e nesse contexto que surge em 1980 a GETAT – Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins, órgão responsável por demarcar grandes extensões de terra, regulamentando a ocupação e a grilagem de terra pelos grandes latifundiários, de acordo com Oliveira (2007):

É, portanto, nesse processo de envolvimento dos militares que foi solicitada a criação de —Coordenadorias Especiais em áreas consideradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional, ouvida a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 1.523 de 03/02/77) no INCRA, e que foi desembocar em 1980, na criação do GETAT — Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins, que transforma-se no órgão promotor da regularização fundiária no sudeste do Pará, norte de Tocantins e oeste do Maranhão. Estes atos significaram praticamente a intervenção militar no INCRA e a transformação da condução da política de terras pela ótica da estratégia geopolítica da —ideologia da segurança e do desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2007, p. 126).

Então o GETAT, surge como força da ditadura militar para acabar com as tensões da região, que envolvia disputas de terra, sempre garantindo uma política que garantisse os interesses dos grandes proprietários de terra como afirma Kotscho (1981, p. 18,19):

(...) o Getat, colocando-se acima dos demais órgãos federais e estaduais, constitui uma verdadeira intervenção federal na área para, dentro do menor prazo possível, “manu militari”, se for preciso, acabar com os conflitos e abrir caminho para os projetos governamentais, ao mesmo tempo que oferece a segurança exigida pelos grandes grupos econômicos, nacionais e estrangeiros, que aportaram por estas bandas durante a última década, atraídos pelos incentivos fiscais e pelas riquezas destas terras ditas de ninguém.

Foi assim que os grandes grupos econômicos tiveram o apoio para a corrida desesperada de ocupar das terras na Amazônia, no entanto encontraram resistência dos que já habitavam a região e vários conflitos na disputa pela terra ocorreram, segundo KOTSCHO 1981, p.20 “A Amazônia é tomada de assalto, o confronto é inevitável: do Sul, chegam os grandes grupos econômicos, com todo o apoio oficial, ocupando sua nova versão de sesmarias com violência, se necessário”, nesse sentido fica claro que todas as lutas que foram travadas nessa região tinham como ponto fundamental a disputa por terras.

Diante dessas tensões em 1988, após a promulgação da constituição o novo estado da federação surge, nasce o Tocantins, que para sua criação tiveram participação direta das oligarquias regionais, formadas pelos grandes pecuaristas. A UDR – União Democrática Ruralista desempenhou um papel decisivo para a criação do estado.

É nesse cenário pessimista para o camponês que a luta pela posse da terra começa a se fortalecer no Tocantins, diante das adversidades é que aparecem as soluções, através das articulações dos movimentos sociais do campo e outros movimentos como a CTP, ONGs, Sindicatos dentre outros, os primeiros projetos de assentamento começam a surgir no norte do Tocantins, com a participação direta dos camponeses.

Mesmo indo a contra-mão dos programas do governo e dos grandes latifundiários, os camponeses conseguiram se organizar, fato que foi fundamental para que conquistassem diante de muitas lutas seus espaços, tentando a seu modo fazer a reforma agrária brasileira acontecer, como diz Martins (2000):

Estamos em face de um processo histórico em que claramente interesses contraditórios combinam-se e forças contrárias empenham-se numa mesma direção básica. Não só os grupos populares estão querendo mais que uma reforma agrária. Querem uma revisão do direito de propriedade ao contestarem,

na prática, a sua legitimidade. Também o Estado e mesmo setores das elites (como intelectuais, a classe média, setores das forças armadas, as igrejas) estão empenhados nessa revisão, ainda que de diferentes modos, mesmo que se desentendam em relação àquilo em que, de fato, pensam da mesma maneira. A reforma agrária hoje é um conjunto de pontas desatadas desse longo e inacabado processo histórico (MARTINS, 2000, p.93).

Segundo dados oficiais do INCRA (2017) os assentamentos no Estado do Tocantins seguem uma classificação própria que está dividida em quatro modalidades: Os assentamentos criados e implantados pelo INCRA; Os assentamentos criados pelo Governo do Estadual antes de 1988, que após passaram a ser reconhecidos pelo INCRA; Os reassentamentos de atingidos por barragens e os assentamentos que foram criados pelo programa de crédito fundiário.

A política de reforma agrária no Tocantins tem variáveis de acordo com cada realidade local, quase sempre pautada dentro do modelo capitalista de desenvolvimento da agricultura, que se utiliza dos mecanismos de estado para desenvolver seus projetos. Esse movimento busca impedir qualquer tipo de implementação da agricultura camponesa, esse fato atinge diretamente e provoca rupturas, intensificando conflitos dentro do espaço agrário do Tocantins.

### **2.1.1 Assentamentos criados pelo estado do Tocantins e reconhecidos pelo INCRA**

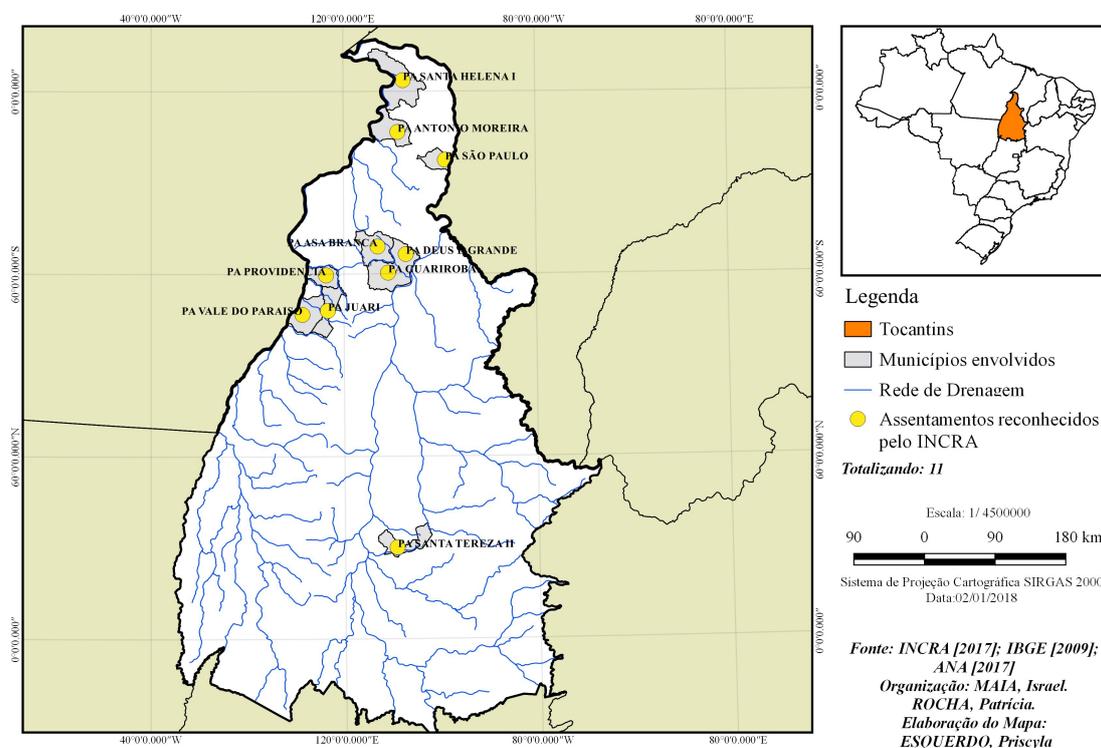
No Estado do Tocantins antes de 1988, já tinham sido implementados pelo governo de Goiás 11 assentamentos, que após a criação do Estado foram reconhecidos pelo INCRA/MDA como afirma Barbosa:

Os assentamentos considerados do Estado do Tocantins e posteriormente (1998 em diante) reconhecido pelo INCRA a partir de 1992 e 1997, são territórios camponeses, especializados por 11 assentamentos ocupando uma área de 29.117 hectares, povoado por 271 famílias camponesas que residia e trabalhava no campo, lutando contra a pressão dos latifundiários que ameaçavam expropriarem de suas terras. O reconhecimento de suas áreas como assentamento do INCRA lhe garantiu mais segurança e esperança quanto à posse e o domínio da terra a acesso a recursos públicos para assistência técnica e entre outros. (BARBOSA p. 84)

Essas famílias ficaram praticamente concentradas na parte norte e na noroeste do Estado, conforme demonstrado no mapa 02, esse fato foi o caminho que facilitou todo o processo de conquista de terra do reconhecimento da luta camponesa da região, região que por sinal é marcada pela história de conflitos de terra no bico do papagaio. São pessoas que com o reconhecimento e com a segurança da posse estão trabalhando e desenvolvendo a

agricultura camponesa, e agora podem esperar e cobrar os investimentos das políticas públicas por parte do estado.

**Mapa nº 02:** Assentamentos criados pelo estado do Tocantins e reconhecidos pelo INCRA.



Segundo o INCRA (2017) O P.A São Paulo que fica localizado no município de Palmeiras do Tocantins-TO, atualmente conta com 117 famílias assentadas, elas juntas ocupam uma área total de 4.289 hectares de terra. O P.A Júri tem uma área de mais de 4.500 hectares de terra, e fica localizado no município de Pequizeiro-TO, tem uma capacidade de atender 89 famílias, mas atualmente conta com 84 famílias devidamente assentadas. O P.A Antonio Moreira, no município de Ananás é o segundo maiores assentamentos implementados pelo estado, que tem uma área correspondente a mais de 6.400 hectares de terra, onde estão assentadas 177 famílias. O P.A Santa Tereza II, fica

localizado no município de Silvanópolis - TO, conta com 85 famílias em uma área de 3.369 hectares.

O P.A Guariroba atualmente esta com sua capacidade máxima esgotada, em uma área de 2.531 hectares vivem atualmente 36 famílias, esse P.A se localiza no município de Palmeirante - TO. O P.A Asa Branca é o menos P.A implementado pelo estado e reconhecido pelo INCRA, com uma área de apenas de 415 hectares sua capacidade máxima e de 15 famílias e fica localizado em Nova Olinda - TO. Já o maior P.A do estado do Tocantins e o P.A Providência onde estão assentados 282 famílias em uma área de mais de 111 mil hectares de terra e está localizado no município de Bernado Sayão - TO.

Em Couto Magalhães - TO o P.A Vale do Paraíso detém um área de 1.118 hectares e estão assentados nesse P.A 30 famílias. O P.A Santa Helena I fica localizado no município de Araguatins - TO, e ocupa uma área total de 5.375 hectares, e tem atualmente capacidade para 147 famílias. Já o ultimo P.A é o Deus é Grande, fica localizado em Palmeirante - TO, e tem uma área de 975 hectares, atualmente comporta 17 assentados.

### **2.1.2 Assentamentos criados a partir do Crédito Fundiário**

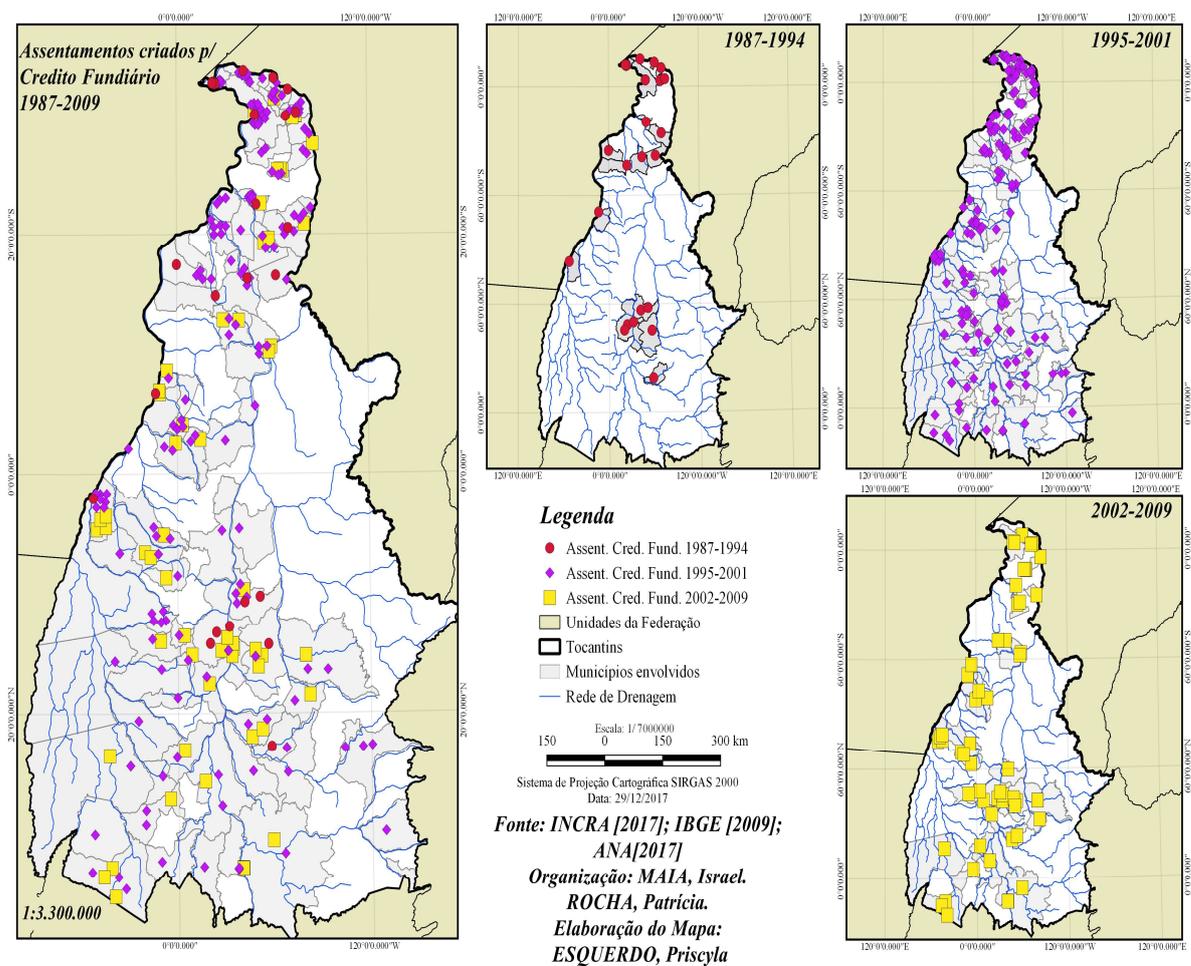
Segundo a SEAGRO (2018), os assentamentos do crédito fundiário no Estado do Tocantins são provenientes do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF é uma política pública do Governo Federal criada para que os agricultores familiares sem terra ou com pouca terra possam adquirir imóveis rurais, através de recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - FTRA. O programa funciona como uma política complementar à reforma agrária, uma vez que permite a aquisição de áreas que não são passíveis de desapropriação, contribuindo com a redução da pobreza no meio rural, com desenvolvimento sustentável e com a melhoria da renda e da qualidade de vida dos agricultores familiares.

No Estado do Tocantins é executado por força do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, através da Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA (Gestora do Programa) e pela Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária – SEAGRO, responsável pela operacionalização da Unidade Técnica Estadual do Crédito Fundiário (UTE-TO) e teve início em 2001 seguindo as linhas de créditos os financiamentos ocorriam através de três linhas de crédito que foram definidas como a CAF – Consolidação da Agricultura Familiar, da CPR – Combate a Pobreza Rural, e a BT- Banco da Terra.

No entanto esse modelo ao invés de fomentar a agricultura camponesa, provocou o endividamento de várias famílias, pois elas acabaram contraindo muitas dívidas com juros altos nos Bancos financiadores fato que prejudicou o desenvolvimento de todo o processo, hoje devido ao nome negativado, os camponeses assentados não consegue mais tirar o próprio sustento da terra, é importante destacar que muitos assentamentos foram implantados em áreas que onde o desenvolvimento da agricultura camponesa não pode ser executado pois se trata de áreas com baixa fertilidade nos solos.

Deve ser destacado também que a maior parte dos assentamentos criados pelo crédito fundiário no Tocantins concentrou-se na parte Ocidental e Noroeste do Estado como podemos observar no mapa 03. Esse fato é decorrente das grandes áreas disponíveis para o desenvolvimento da agricultura.

**Mapa 03:** Assentamentos criados a partir do crédito rural



### **2.1.3 Assentamentos criados pelo INCRA no Tocantins**

De acordo com o IBGE (2018), A reforma agrária, como conceito geral, é o sistema que regula e promove a "justa" divisão de terras em um estado. No caso do Brasil, especificamente, ela deve atuar com intuito de reparar séculos de uma distribuição fundiária injusta, que perdurou até os dias de hoje, causando uma distorção muito grande entre detentores de grandes porções de terras (latifundiários) e pessoas que se quer têm onde morar e produzir. Atualmente, a Reforma Agrária no Brasil se dá basicamente da seguinte forma: a União realiza a compra ou a desapropriação de latifúndios particulares considerados improdutivos em diversas áreas da federação, e sob a figura do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), distribui e loteia essas terras às famílias que recebem esses lotes, como também presta uma assistência financeira, de consultoria e de insumos para que possam produzir nessas terras.

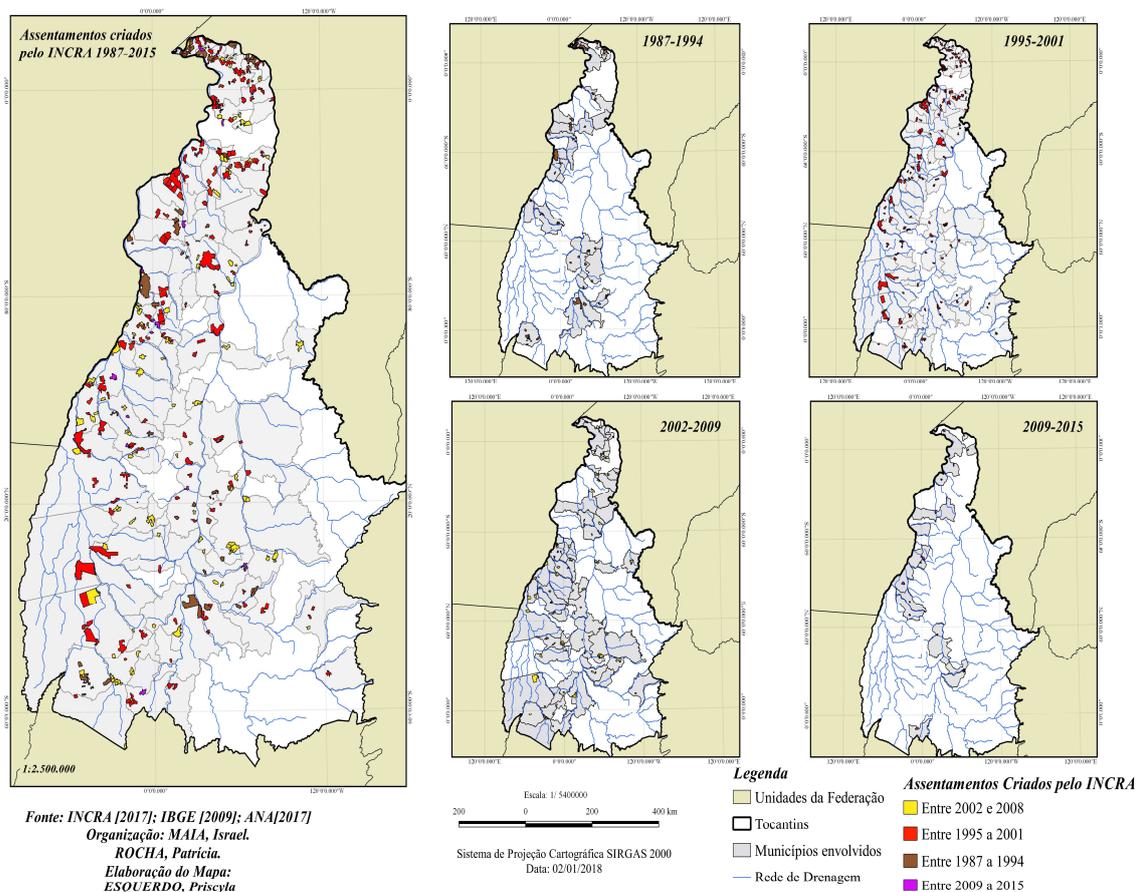
Existe, especificamente para fins de reforma agrária, a lei de desapropriação, garantida pela Constituição de 1988, instituída pelo Plano Nacional de Reforma Agrária, sob o decreto de lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, reformulado pela Constituição, o qual assegura o direito da União à desapropriação de terras ditas particulares, consideradas improdutivas, em decorrência da utilidade pública, especialmente para fins de Reforma Agrária, podendo haver também outras prioridades de utilidade por parte da União. No entanto essa reforma agrária prevista na constituição não acontece da forma como deveria acontecer, isso acaba por provocar conflitos e disputas pela posse da terra.

Os assentamentos criados e implementados pelo INCRA no Tocantins estão distribuídas nas diversas formas de obtenção da terra, dentre elas podemos destacar que atualmente os assentamentos se baseiam em 270 assentamentos que foram criados por meio da desapropriação de terras consideradas pelos técnicos do órgão (INCRA) como improdutivas, passando assim a ser destinada para a reforma agrária.

Um total de 67 assentamentos foram criados através de arrecadação de terras públicas pertencentes ao estado e destinadas aos assentados; 16 assentamentos são provenientes de terras que foram adquiridas por meio de compra e venda; 01 assentamento foi criado a parti da doação da propriedade para que fosse destinado ao processo de implantação; 01 assentamento que foi implantado devido ao confisco do imóvel por parte da justiça e destinado ao processo de reforma agrária; 01 assentamento que é proveniente de uma incorporação de uma área pública, totalizando 356 assentamentos criados e implantados pelo INCRA no Tocantins como mostra o mapa 04.

É importante lembrar que esses assentamentos em sua grande maioria são fruto da luta e da reivindicação dos movimentos sociais do campo, dos movimentos sindicais, dos movimentos dos sem terras, da pastoral da terra dentre outros. Isso mostra que a força desses movimentos foi o impulsionador para a criação desses assentamentos no Tocantins, desta forma quebrando com a lógica do capital especulativo e da força política do latifundiário.

**Mapa nº 04:** Assentamentos criados pelo INCRA no Tocantins



### 2.1.4 Reassentamentos de Atingidos por Barragens no Tocantins

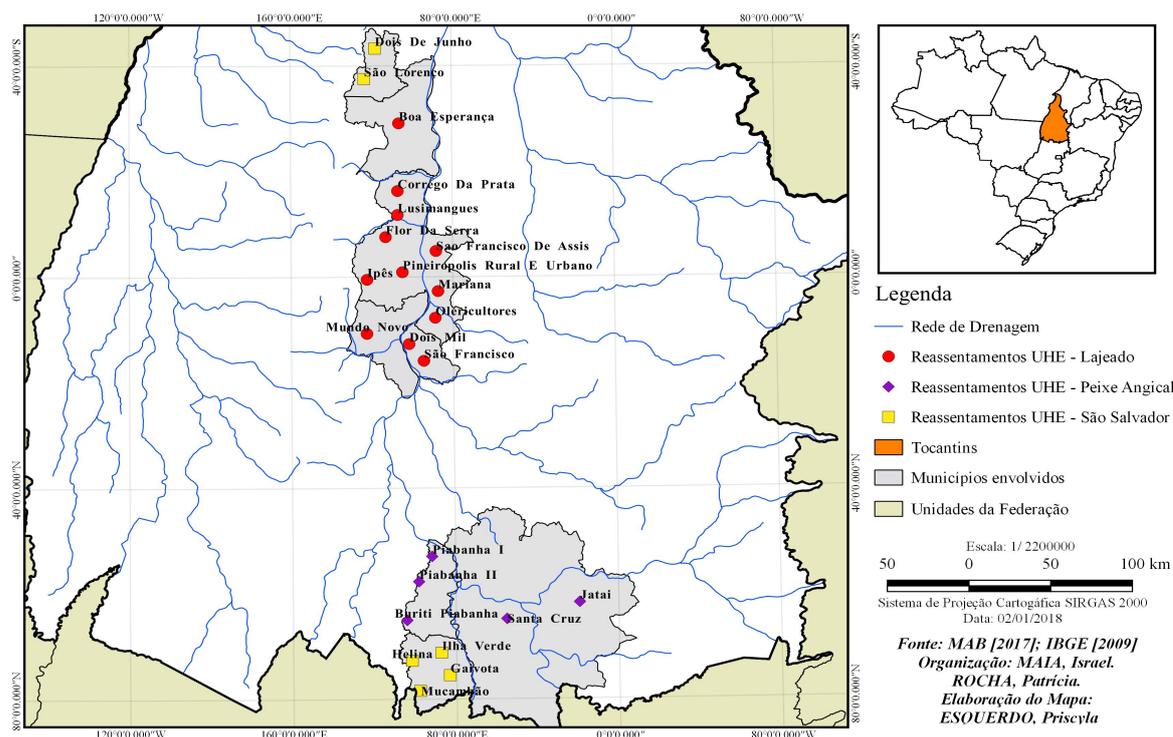
No Tocantins os reassentamentos de atingidos por barragens, foram criados a partir do remanejamento das famílias que foram diretamente impactadas pela construção dos projetos das UHE – Usinas Hidrelétricas, de São Salvador, UHE de Lajeado e a UHE de Peixe Angical, destes foram criados 23 assentamentos, em um total de 356 famílias alocadas em uma área correspondente a 15.624 hectares de terra como mostra o mapa 05. Os reassentamentos criados a partir da construção da UHE Lajeado foram destinados a

264 famílias distribuídos em 11 reassentamentos, dos quais 07 só no município de Porto Nacional são eles: Corrego da Prata, Lusimanguês, Flor da Serra, Pineiropolis rural e urbano, Ipês, Olericultores, Mariana e São Francisco de Assis. Além disso, em Miracema do Tocantins – TO, o reassentamento Boa Esperança, em Brejinho de Nazaré – TO, o reassentamento Mundo Novo e em Ipueiras – TO, os reassentamentos Dois Mil e São Francisco.

Na construção da UHE de Peixe Angical, foram criados 06 reassentamentos distribuídos entre os municípios, de São Salvador do Tocantins – TO, e Paranã – TO. São eles Piabanha I, Piabanha II, Buriti Piabanha, Glebba, Jataí e Santa Cruz. Também na construção da UHE de São Salvador foram criados 06 reassentamentos localizados no município de Palmeirópolis – TO, são eles Ilha Verde, Helina, Gaivota, Mucambão, Dois de Junho e São Lorenção. Vale ressaltar que esse modelo de reassentamento segue uma lógica política que é a negociação direta dos impactados diretamente pela construção das UHE, e os consórcios construtores dos projetos. Essa política de reassentamentos não está relacionada diretamente com ao INCRA, como afirma BARBOSA (2016):

Em relação à política para obtenção de terras para reassentar famílias atingidas pela construção de barragens, embora as informações sob os reassentamentos estejam relacionadas na relação do sistema de informação de projetos de reforma agrária de assentamentos do MDA/INCRA – SR – 26, esses reassentamentos foram constituídos a partir de ma relação direta entre construtora das barragens e as famílias atingidas que definiram as formas e as condições de obtenção da terra a ser adquiridas pela construtora e destinadas para reassentar as famílias atingidas.( BARBOSA, 2016, p. 85).

#### **Mapa 05:** Reassentamentos de Atingidos por Barragens



Cabe ressaltar que os reassentamentos de atingidos por barragens são territórios que foram ocupados por camponeses que perderam suas terras sua fonte de renda, devido ao processo de construção de barragens para a instalação de UHE. Não foi mencionado os reassentamentos da UHE de Estreito, que foram impactados no estado do Tocantins, porque os dados referentes ao processo que ainda está em andamento não estão disponíveis pelo MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, por esse motivo não constam no quadro 04.

**Quadro 04:** Assentamentos de Reforma Agrária no Tocantins entre 1987 e 2015

Tipo de projeto	Número de assentamentos	Quantidade de famílias	Área em hectares
Assentamento do INCRA	356	24.001	1.199.750
Assentamento criado pelo governo do Estado e reconhecido pelo MDA/ INCRA	11	271	29.117
Reassentamento dos Atingidos por Barragens	23	356	15.624
Assentamento criado pelo programa de crédito fundiário	143	3.820	92.311
<b>TOTAL</b>	<b>533</b>	<b>28.448</b>	<b>1.336.802</b>

Fonte: INCRA – SR – 26 e MDA (2015), organização: MAIA 2017.

### **2.1.5 Assentamentos em Miracema do Tocantins – TO**

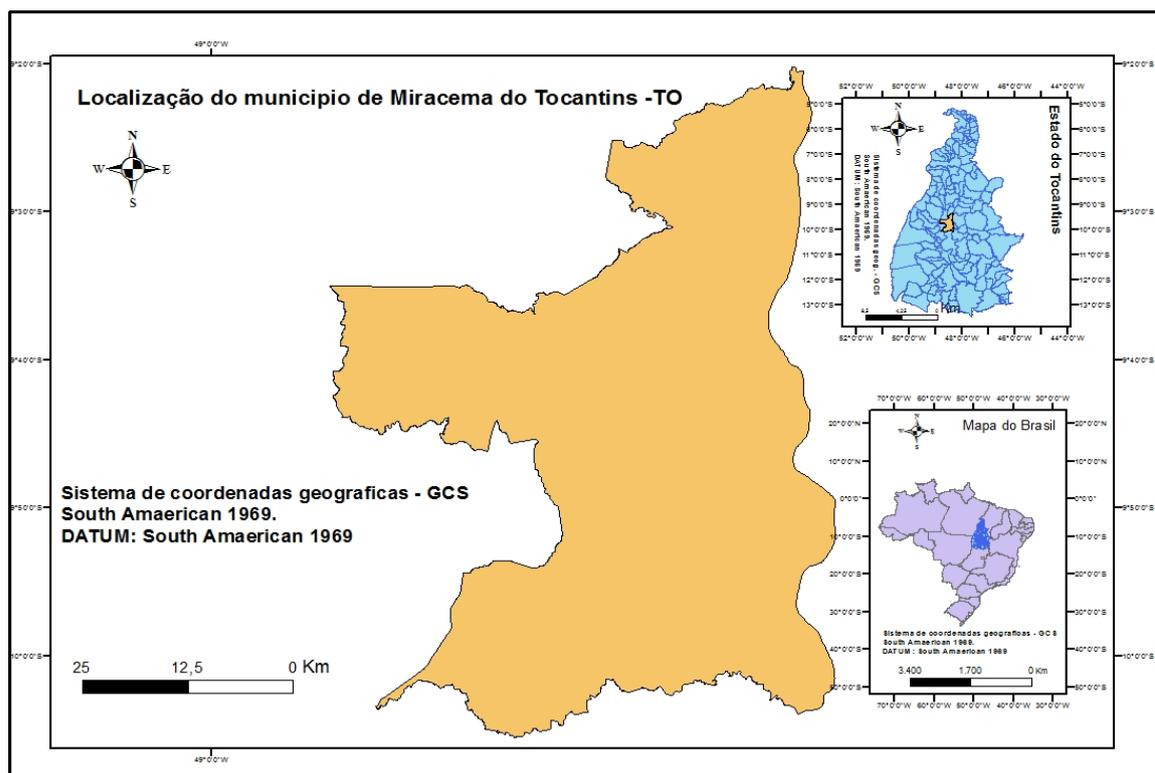
Marcada pela atividade de garimpo, Miracema do Tocantins, começa sua história, no início do século XX, a busca por riqueza atraiu imigrantes de todas as partes do País. Acompanhada da cana-de-açúcar e da navegação fluvial no rio Tocantins, foram cruciais para a fixação desses imigrantes na localidade.

Essa região era conhecida como Xerente e Bela Vista, mas em 1948 o pequeno distrito é desmembrado do município de Araguacema, e passa a ser denominada de Miracema do Norte. Em 1988, com a divisão do Estado de Goiás, surgiu o Estado do Tocantins e Miracema do Norte, através de um decreto Legislativo nº 1 de 01/01/1989, passou a se chamar Miracema do Tocantins. Em 1988 foi escolhida para ser a capital provisória, do então recém criado Estado do Tocantins, permaneceu nesta condição no período de 1º de janeiro de 1989 até 31 de dezembro do mesmo ano, quando foi instalada, em Palmas, a capital definitiva.

O município de Miracema do Tocantins está localizado na região central do Estado do Tocantins, atualmente corresponde a 7ª região administrativa do Estado, com uma área de 3.503,3 Km<sup>2</sup>, situada à margem esquerda do Rio Tocantins, com uma distância de cerca de 80 km de Palmas capital administrativa do Estado do Tocantins. No mapa 06, podemos visualizar a localização de Miracema do Tocantins no estado do Tocantins. Miracema do Tocantins segundo dados do IBGE (2010), possui uma população absoluta de 20.684 sendo que 17.937 na zona urbana e 2.747 na zona rural. Limita-se ao Norte com o município de Guaraí, ao Sul com os municípios de Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e a Oeste com os municípios de Miranorte, Araguacema, Barrolândia e Divinópolis.

Essa pequena população da zona rural do município de Miracema do Tocantins está dividida entre, donos de fazendas, trabalhadores rurais, e projetos de assentamentos. Dados do último censo (2010), do IBGE, mostram que 56,5% desse inverso rural é compostos por homens, e 43,5% são mulheres, isso mostra que a presença masculina ainda é maioria no campo.

**Mapa nº 06:** Localização do município de Miracema do Tocantins - TO



Fonte: Seplan-TO (2012). Organizado por SANTOS, Roberto de Souza.

Esses camponeses da zona rural de Miracema do Tocantins buscam formas de sobreviverem diante das dificuldades enfrentadas no campo, no entanto cada um com suas especificidades. Nesse contexto temos a realidade dos projetos de assentamento do INCRA, no município de Miracema do Tocantins.

Segundo o INCRA (2017), no município de Miracema do Tocantins, são reconhecidos atualmente além do P.A Irmã Adelaide, outros quatro projetos de assentamento em atividade. Cada projeto de assentamento guarda suas características específicas quando ao movimento de luta pela posse de suas terras, suas origens e sua organização social e cultural.

O P.A Brejinho criado em 31/01/2000, atualmente conta com 71 famílias assentadas em uma área de 1.685 hectares de terra, tendo como principal atividade agrícola as culturas de milho, arroz, feijão, mandioca, abacaxi. Na pecuária criação de animais de pequeno porte como, galinha, porco, bode.

O P.A Universo criado em 18/05/2005, conta com 30 famílias assentadas ocupando uma área de 1.205 hectares. Sua principal atividade econômica advém da produção de hortaliças e da piscicultura, muito exploradas pelos assentados.

No P. A Nossa Senhora de Fátima, em uma área de 1.002 hectares de terra, estão assentados 25 famílias, fundada no dia 13/02/2006 é o projeto de assentamento mais novo

no município, tem como atividade principal agricultura de Abacaxi, melancia, feijão, mandioca. Na pecuária alguns assentados através de linhas de crédito conseguiram comprar algumas cabeças de bovinos e praticam a atividade da pecuária extensiva.

Já o P.A Mundo Novo, guarda uma característica diferente dos outros projetos de assentamentos, ele ocorreu de um processo de reassentamento, as 17 famílias que tiveram suas terras, alagadas pela formação do lago em razão da construção da UHE do Lajeado, foram reinstaladas a cerca de 10 km da sede da cidade de Miracema do Tocantins - TO, fato esse que facilita o acesso das famílias assentadas a zona urbana.

Hoje o P.A Mundo Novo, tem como responsável técnico o consorcia construtor da UHE do Lajeado e empresa INVESTICO, mesmo assim o P.A é um dos assentamentos reconhecidos pelo INCRA. Sua principal atividade econômica é a produção de hortaliças, que abastecem as feiras locais do município, além de desenvolverem a atividade de pecuária extensiva.

O que podemos observar ao analisar de forma sucinta cada assentamento é que apesar de serem beneficiados pelos mesmos programas de assistência técnica do governo federal e do estado, cada assentamento tem um desenvolvimento diferente. Isso pode ocorrer porque cada assentamento tem um perfil diferente, alguns conseguem sua auto-suficiência enquanto alguns sobrevivem as margens do abandono por parte do poder públicos de modo geral. Uma vez assentados o que aparentemente fica claro é a falta de acompanhamento e dessas famílias e ações concretas para o desenvolvimento dos assentamentos

## **2.2 – O Processo histórico de formação do projeto de assentamento Irmã Adelaide**

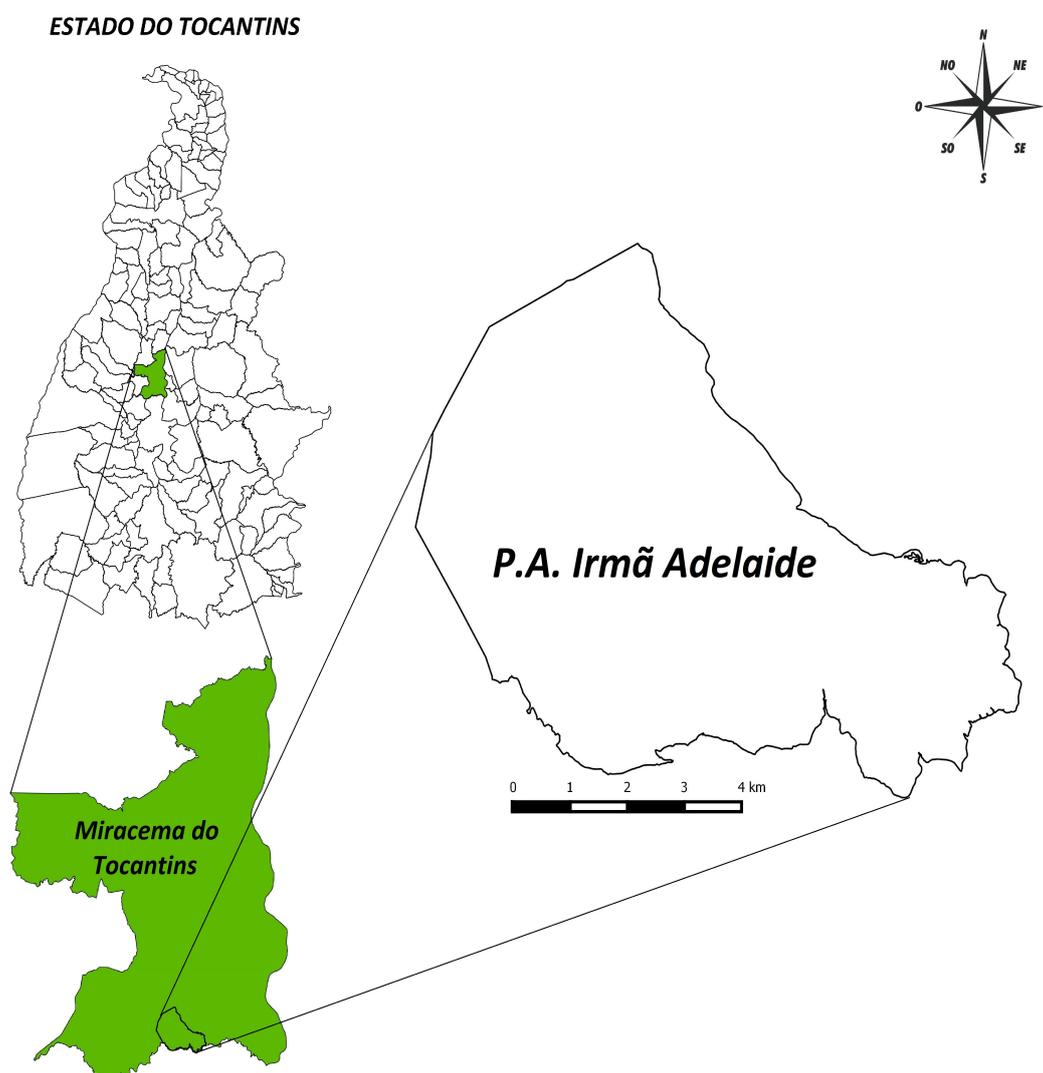
O P.A Irmã Adelaide foi criado em 22 de maio de 1998, por meio da Portaria INCRA/SR – 26 nº 036 a partir da desapropriação da Fazenda Boa Nova, com área de 4.766,2740 ha e aproximadamente 106 famílias. No projeto de assentamento os lotes variam de 25 a 30 hectares, e contam individualmente com uma casa de alvenaria, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. A principal fonte de renda das famílias advém da produção agrícola baseada no cultivo de milho, arroz, feijão, banana, abacaxi, mandioca, hortaliças e criação de galinha e porco, em regime de produção familiar.

De acordo com relatos dos assentados, a escolha do nome para o assentamento, resultou de uma homenagem feita à militante Irmã Adelaide. Assassinada em 1985 por

estar sempre ligada às questões de disputas por terras e conflitos no sul do estado do Pará. Irmã Adelaide é considerada um dos mártires da Reforma Agrária no Brasil.

De acordo com dados do INCRA (2016), o assentamento Irmã Adelaide, faz parte da área do município de Miracema do Tocantins localizado na região central do Estado a 80 km da capital Palmas. No mapa 07, podemos visualizar a localização do Assentamento Irmã Adelaide no município de Miracema do Tocantins.

**Mapa n°07:** Localização do P.A Irmã Adelaide.



**Fonte:** P.A Irmã Adelaide Organização: Maia 2018.

Quanto à infra-estrutura o P.A Irmã Adelaide conta com um posto de saúde municipal; uma escola estadual de ensino fundamental com turmas do 6º ao 9º ano e EJA; abastecimento de água; pequenos estabelecimentos comerciais e uma linha de transporte

coletivo. A distribuição dos lotes no P.A seguiu um padrão indicado pelo INCRA, que consistia na divisão da área em três partes: Agrovila, Comunitária e a Parcela ou Chácara.

A primeira área consiste em um lote individual contendo 800 m<sup>2</sup> que fica localizado na porção central do P.A. Este local denominado Agrovila corresponde a área onde está localizada a casa recebida por cada camponês. Na Agrovila, as famílias contam com uma infra-estrutura mínima, como escola, posto de saúde e pequenos comércios, e dois templos religiosos.

A segunda área, denominada Comunitária tem aproximadamente 230 há. Essa área é especial, pois tem um caráter identitário para os assentados. Este foi o local escolhido pelas famílias para que fossem plantadas as primeiras roças, enquanto aguardavam o momento de receber definitivamente suas glebas de terras. A terceira área é o lote propriamente dito, denominado de Parcela ou Chácara que foram escolhidas por meio de sorteio entre os assentados.

O processo histórico de formação do P.A Irmã Adelaide passa pela capital do Estado do Tocantins Palmas. Tudo começou a partir de 1996 quando um grupo de trabalhadores migrantes de várias partes do Brasil começou a se reunir para buscar de forma coletiva alternativas para tentar solucionar o processo de exclusão ao qual eles vinham enfrentando na mais nova capital do país.

Foi a partir dessas inquietações, que as atividades começam na Vila União, através de reuniões onde eram feitas o reconhecimento da realidade dos companheiros e o mapeamento das principais dificuldades enfrentadas pelo grupo. Em uma dessas reuniões ficou acertado que cada trabalhador faria sua inscrição em programas públicos oficiais (INCRA e Governo Estadual), além de identificar possíveis áreas de ocupação, segundo Fernandes (2001):

A organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência e acontece pela consciência construída na realidade em que se vive. É, portanto, um aprendizado em processo histórico de construção das experiências de resistência. Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar terra, desenvolve um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular. Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação (FERNANDES, 2001, p.3)

Ao buscar identificar áreas para que o grupo pudesse fazer uma ocupação, os trabalhadores conseguiram contato com membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

(STR), do município de Barrolândia, cidade localizada a 100 km de Palmas, esses membros do sindicato deram uma importante contribuição para o grupo de trabalhadores de Palmas, pois indicaram áreas que poderiam ser compradas (desapropriadas) pelo INCRA, para o processo de reforma agrária política do governo federal.

Uma dessas áreas indicadas pelo STR, despertou o interesse mútuo do grupo, se tratava da Fazenda Boa Nova, que fica a 80km da sede administrativa de Miracema do Tocantins e contava com uma área de mais de 5.000 hectares, além de pertencer a um único proprietário, fato que facilitaria o processo de desapropriação.

Na área em questão não se tinha uma grande produção agrícola, na época se priorizava a pecuária extensiva, o grupo então tomou conhecimento que o dono da fazenda tinha interesse em vender a fazenda, esse indiscutivelmente foi o “estopim” que faltava para a ocupação da fazenda em 1997, esse ato acabou fortalecendo o movimento, que de acordo com Pessoa (1999):

(...) os ocupantes de fazendas são camponeses, e, sobre índios e camponeses, Martins diz: “Estamos falando de grupos humanos e de categorias sociais que tem sido mantidos à margem, excluídos da história”. Fazendo uma distinção entre luta pela terra e a luta pela reforma agrária, diz Martins que a luta pela terra toca mais profundamente a estrutura social e a luta pela reforma agrária expressa uma conciliação, um acordo com as outras classes. Seguindo essa classificação pode se dizer que o caso das ocupações de terra se define como luta de terra. Quem entra em um caminhão nas madrugadas, carregando um alicate para cortar uma cerca de arame, o faz porque já se cansou das conciliações e das promessas políticas. (PESSOA, 1999, p.111)

A ocupação ocorreu de forma tranqüila e pacífica sem nenhum tipo de resistência por parte do proprietário da fazenda, o que deixava claro que a ocupação aceleraria o processo de compra (desapropriação) por parte do INCRA.

Uma vez ocupada a fazenda Boa Nova, a terra imediatamente foi preparada para o cultivo, a intenção do grupo era deixar claro que a necessidade de produzir alimento para sua subsistência era fundamental, uma vez que detinham da força de trabalho para semear.

Após a ocupação ocorreu uma aproximação entre os órgãos públicos, em destaque para o INCRA que passou fazendo o cadastramento das famílias prometendo viabilizar o processo de reforma agrária do local ocupado.

Finalmente em 1998, o INCRA, começa o processo de regularização do P.A Irmã Adelaide, colocando os assentados nas suas devidas parcelas da área total do assentamento, esse fato ficou marcado na história das famílias que passaram por todo o processo e que

enfim receberam sua tão sonhada terra de trabalho. Destacamos esse processo para o que Rodrigues (2014) chama de movimentos socioterritoriais:

O assentamento rural como uma conquista dos movimentos socioterritoriais, é o lugar onde pequenas revoluções tomam uma materialidade mais concreta. Assim compreendemos o assentamento como lugar social de luta constante por transformações, e, a territorialização é parte dessa luta, que se segue ao processo de espacialização. O objetivo dos camponeses ao fazer parte da luta pela terra é reconstruir sua vida (construindo um novo lugar, uma nova vida) e assim promover a reorganização do território conquistado, para materializar a tão sonhada liberdade. (RODRIGUES, 2014, p.77).

Portanto o grupo de trabalhadores que saiu de Palmas passou por transformações, e grandes lutas e agora pode tentar reconstruir sua vida, assumindo uma nova identidade, uma nova forma de lutar, ele se transforma no trabalhador Camponês, passa a fazer parte de uma classe social, que tem um histórico de lutas e conquistas, passa a ter uma concepção de que a luta após a terra continua, e que enfrentará as contradições do modo de produção do capital.

Segundo Rodrigues (2014, p.77) “Os movimentos socioterritoriais lutam pela terra de trabalho e da vida em contraposição a organização impositiva do território capitalista”. Isso quer dizer que a luta continua afinal o assentamento deve ser visto como pequenas revoluções dos camponeses, que não se cansam diante das adversidades.

Essa pesquisa vai tentar demonstrar a realidade dos camponeses do Assentamento Irmã Adelaide, seus problemas seus desafios, e seu futuro, diante das adversidades enfrentadas

## CAPITULO III

### ORGANIZAÇÃO SOCIAL, SITUAÇÃO SOCIOECÔNOMICA E AS PERSPECTIVAS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO, IRMÃ ADELAIDE

As questões levantadas nesse capítulo serão de grande relevância para compreender o objeto da pesquisa. O P.A Irmã Adelaide em sua organização social mostra as grandes desigualdades existentes no campo brasileiro, é nesse cenário que os assentados produzem e reproduzem o debate sobre as políticas públicas e como elas podem mudar a vida do camponês. A realidade e a situação socioeconômica dos assentados não é diferente da dos outros assentamentos pelo Brasil inteiro, no entanto as perspectivas desse P.A em relação ao desenvolvimento local são as mais otimistas possíveis, acompanharemos através desse capítulo a realidade ao qual eles estão inseridos.

#### 3.1 Políticas públicas no campo e as contradições sociais

As políticas públicas no espaço rural brasileiro têm uma grande contradição, pois se caracterizam pelos altos investimentos por parte do Estado, atendendo aos interesses econômicos das grandes oligarquias rurais que dominam o meio rural brasileiro, deixando de atender os menos favorecidos, como afirma Hespanhol.

Em decorrência do caráter centralizador do Estado brasileiro, as políticas públicas direcionadas ao meio rural se caracterizavam por seu caráter setorial, já que se destinavam, sobretudo, ao crescimento do volume produzido e dos índices de produtividade em decorrência da incorporação de inovações tecnológicas pelas atividades agropecuárias. O espaço rural, nesse contexto, era apreendido apenas enquanto *lôcus* para a realização das atividades relacionadas à agricultura. Além do seu caráter setorial, essas políticas eram concebidas a partir dos interesses (*lobbies*) econômicos dominantes – Oligarquias rurais e urbana-industriais – envolvidas na agricultura, sem que houvesse qualquer tipo de discussão e/ou participação no âmbito institucional dos demais segmentos sociais (pequenos produtores, trabalhadores rurais etc.) que compõem o espaço rural e que ficaram à margem desse processo. (HESPANHOL, 2008, P.)

Mesmo com o processo de redemocratização do país, pela constituição de 1988, a luta e a organização dos movimentos sociais, que reivindicam uma atenção maior por parte do Estado, as condições sociais e políticas no campo não avançou. Nos anos de 1990 as políticas públicas ganharam outro escopo, passando a incorporar mudanças significativas,

que atendam ao modelo neoliberal, que é conhecido pelo seu processo de desenvolvimento que atende exclusivamente o capital. Para Hespanhol:

No âmbito do rural, uma das primeiras alterações ocorridas foi a criação em meados dos anos 1990, de uma política nacional direcionada para a agricultura familiar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Esse programa, além de contemplar crédito rural para custeio e investimentos, trazia em seu bojo menos ao nível do discurso, a preocupação territorial, por meio da linha PRONAF infra-estrutura e serviços municipais. (HESPANHOL 2006, p.15).

Sendo assim as políticas públicas ficam mais no discurso do Estado, ao invés de ajudar os trabalhadores rurais, ficam sem assumir a sua verdadeira responsabilidade, pois o PRONAF, não veio para atender os anseios dos que vivem no espaço rural, ou pelo menos não atendem a grande parte dos camponeses dos assentamentos rurais. Nesse contexto, a falta das políticas públicas comprometidas como os camponeses provocam problemas estruturais no espaço rural brasileiro. Um desses problemas é a migração, a fuga de alguns camponeses para a cidade, pois sem ajuda do poder público alguns se vêem na situação de procurar um meio de vida na zona urbana, e acabam abandonando a vida no campo.

Fernandes (2005, p.34) afirma que a “produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para a transformação de suas realidades”. Na tentativa de transformar a realidade do ponto de vista econômico é que emerge a figura do migrante economicamente ativo. Em análise ao fluxo migratório, presente nos países da América Latina, autores como George (1969, p.9) define que a “migração vai muito além de apenas deslocação humana, mas como irradiação geográfica de um sistema econômico e estrutura social”.

Movimentos que comprovam o processo de expropriação e exploração latifundiária e trabalhista, tendo como as migrações internas (rural-urbana e rural-rural), marcaram o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Pela falta de um trabalho remunerado e pela possibilidade dele se materializar na cidade, é que os jovens são os que mais migram, levando consigo a força de trabalho e deixando para trás uma lacuna a ser preenchida pela divisão do trabalho entre os demais membros da família ou por mão-de-obra assalariada.

Nesse sentido há uma quebra da estrutura produtiva dos lotes que se reflete no agravamento da situação socioeconômica dos camponeses, agravando o caráter de sub-ocupação de mão-de-obra para aqueles que permanecem nos assentamentos e a precariedade social na qual estão imersos aqueles que migram.

## **3.2- Condições socioeconômicas e contradições sociais no P.A Irmã Adelaide**

### **3.2.1- Regiões de origem dos trabalhadores do assentamento**

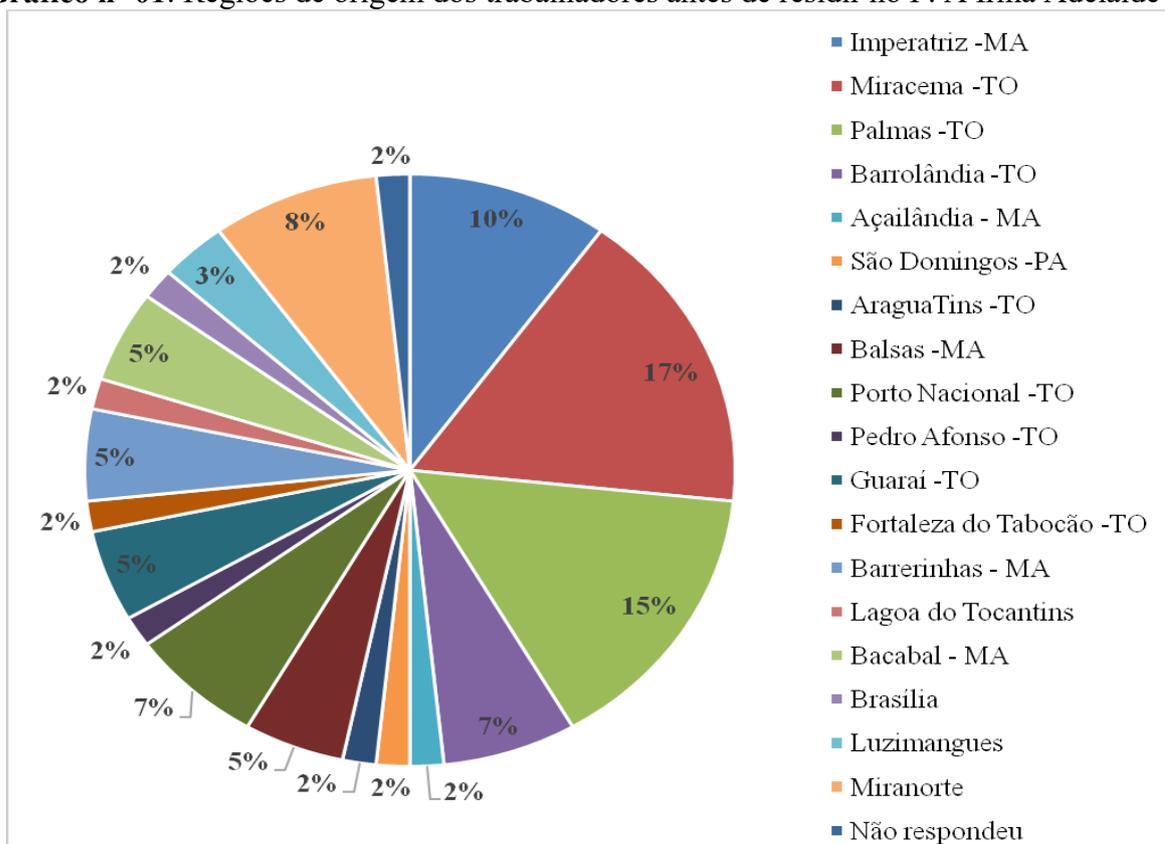
Os governos estabelecem assentamentos rurais, que a princípio é nada mais nada menos, fruto da luta e da conquista da terra pelos trabalhadores rurais. A criação do assentamento é apenas o começo da luta, pois para permanecer nos assentamentos, é necessário criar condições para os trabalhadores se estabelecerem e criar condições de tirar da terra o seu sustento. Dentro desse contexto analisaremos as condições sociais e econômicas do P.A, Irmã Adelaide e todas as contradições que envolvem os assentados e suas famílias.

Dentro do contexto histórico de formação do movimento que lutou pela criação do P.A Irmã Adelaide, podemos destacar a participação direta de pessoas que vieram de vários cantos do Brasil, conforme podemos visualizar no gráfico 01. A maioria dos trabalhadores é de origem do próprio município de Miracema do Tocantins – TO, representando 17% do total; em seguida de Palmas – TO, com 15% dos trabalhadores; Imperatriz-MA representa 10% dos trabalhadores migrantes; 8% dos trabalhadores são de origem de Miranorte, com e 7% de origem de Brasília – DF.

O que podemos perceber é que se somarmos todos os lugares excluindo o município de Miracema do Tocantins, temos muitos trabalhadores que não são de origem do próprio município e sim de outros municípios do Tocantins e de outras unidades federativas. Isso mostra que a maior parte dos trabalhadores que se organizaram e participaram de um movimento de luta pela terra, veio do estado do Tocantins e outras regiões do país.

A presença de trabalhadores de outras regiões nos faz acreditar como é alta a demanda de trabalhadores sem terra também nos outros estados brasileiros. A realidade do projeto de assentamento Irmã Adelaide não é diferente da maioria dos assentamentos existentes no Tocantins, guardada suas devidas especificidades do cotidiano e da luta por permanecer na terra. Ou seja, certamente, nos outros assentamentos agrários há também trabalhadores de outras regiões.

**Gráfico n° 01:** Regiões de origem dos trabalhadores antes de residir no P. A Irmã Adelaide



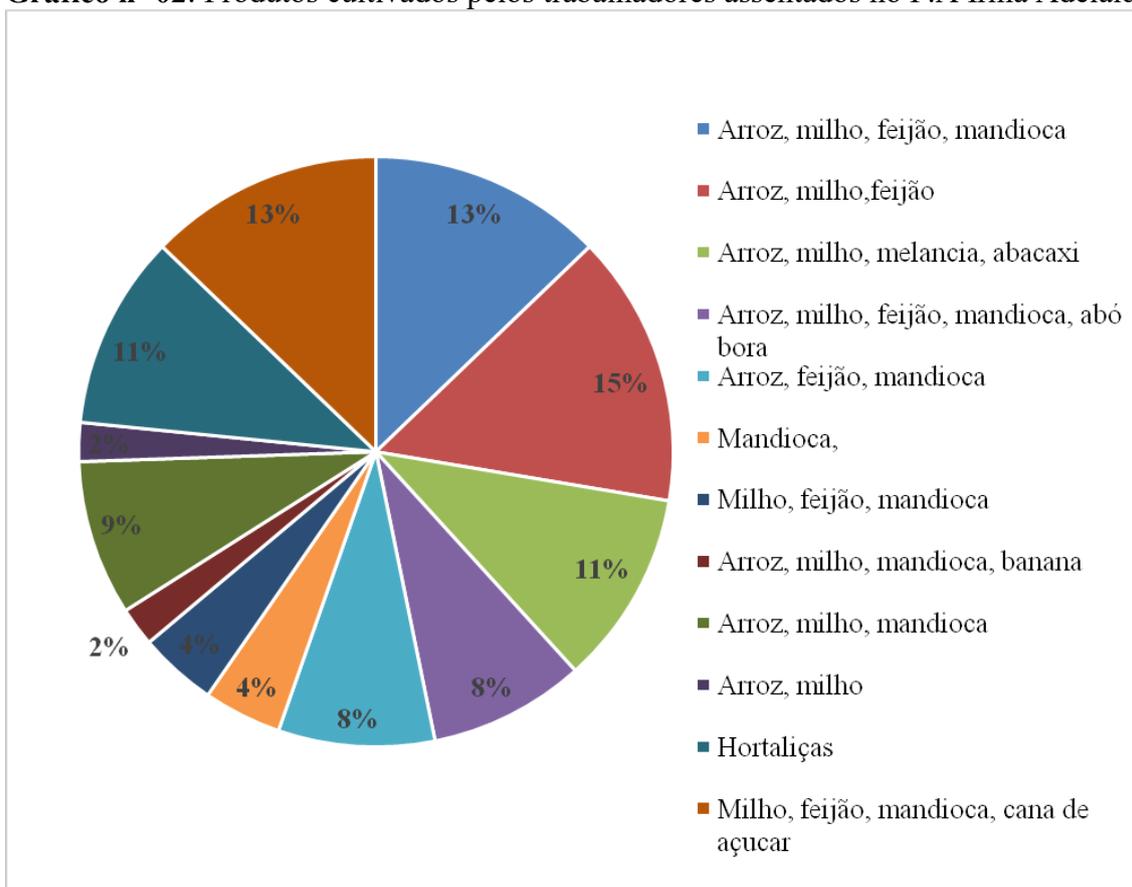
Fonte: Maia 2017.

A grande questão levantada é que existe uma realidade que fica claro no gráfico, a de que esses camponeses que vieram de outros estados para o Tocantins, provavelmente foram excluídos da oportunidade de ter uma terra para trabalhar, foram excluídos das políticas de reforma agrária, portanto buscam em outra região a tão esperada terra de trabalho.

### 3.2.2 Cultivos e pecuária usados pelos trabalhadores do assentamento

No que se refere à produção agrícola do P.A. Irmã Adelaide, observou-se nas pesquisas de campo, que no assentamento predomina as culturas de ciclos curtos, como é o caso do milho, da mandioca, do feijão e do arroz, conforme evidenciado no gráfico 02. Dos 60 trabalhadores entrevistados 47 deles, já cultivavam estes produtos mesmo antes de residir no P.A Irmã Adelaide. Analisando o gráfico 02, podemos perceber que o arroz e o milho são os cultivos mais cultivados pelos trabalhadores do assentamento. Para atender a demanda da atividade de pecuária, os assentados plantam o capim. Devido à falta de recurso financeiro e apoio do poder público, para investir na produção agrícola e da falta de assistência técnica, muitos assentados, deixam de investir em uma escala maior de produção.

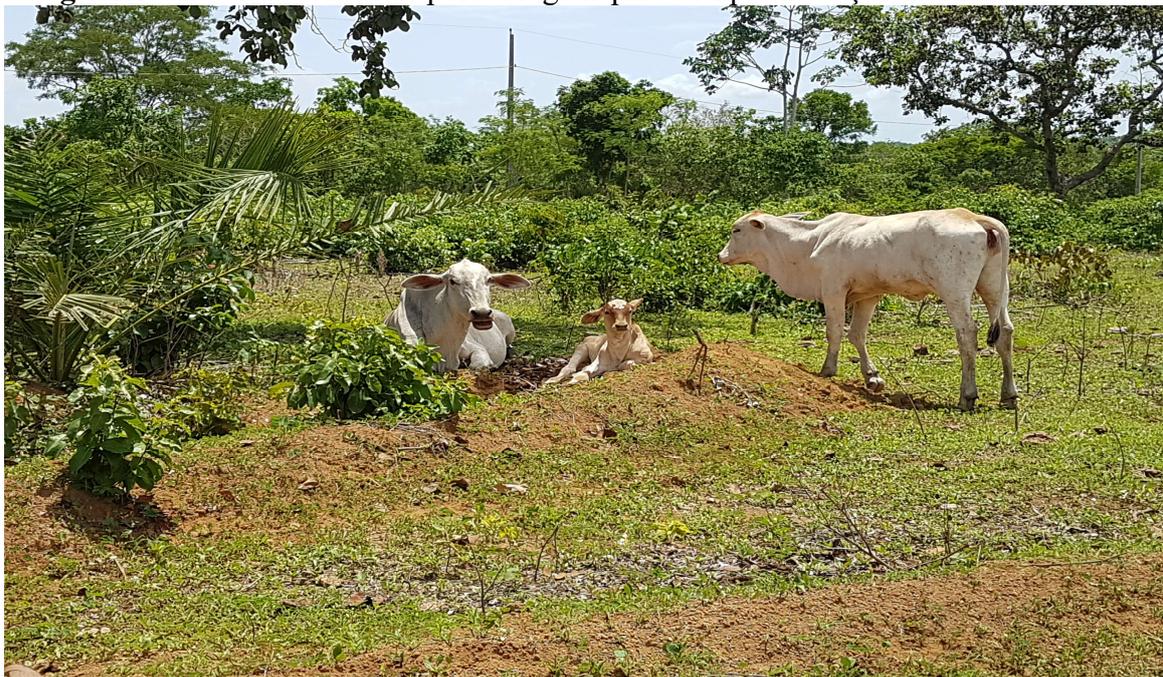
**Gráfico n° 02:** Produtos cultivados pelos trabalhadores assentados no P.A Irmã Adelaide



Fonte: Maia, 2017.

A pesquisa de campo evidenciou também, que outra atividade econômica bastante desenvolvida no P.A Irmã Adelaide é a criação de gado, conforme demonstrado imagem, n° 01. Parte da criação de gado é realizada em terras alugadas. Há aqueles assentados que não tem produção agrícola em suas propriedades, acabam alugando suas áreas para o desenvolvimento da pecuária extensiva para outros assentados. Essa atividade serve como complemento da renda dos camponeses.

**Imagem n° 01:** Vista da área de pasto alugada para complementação da renda.



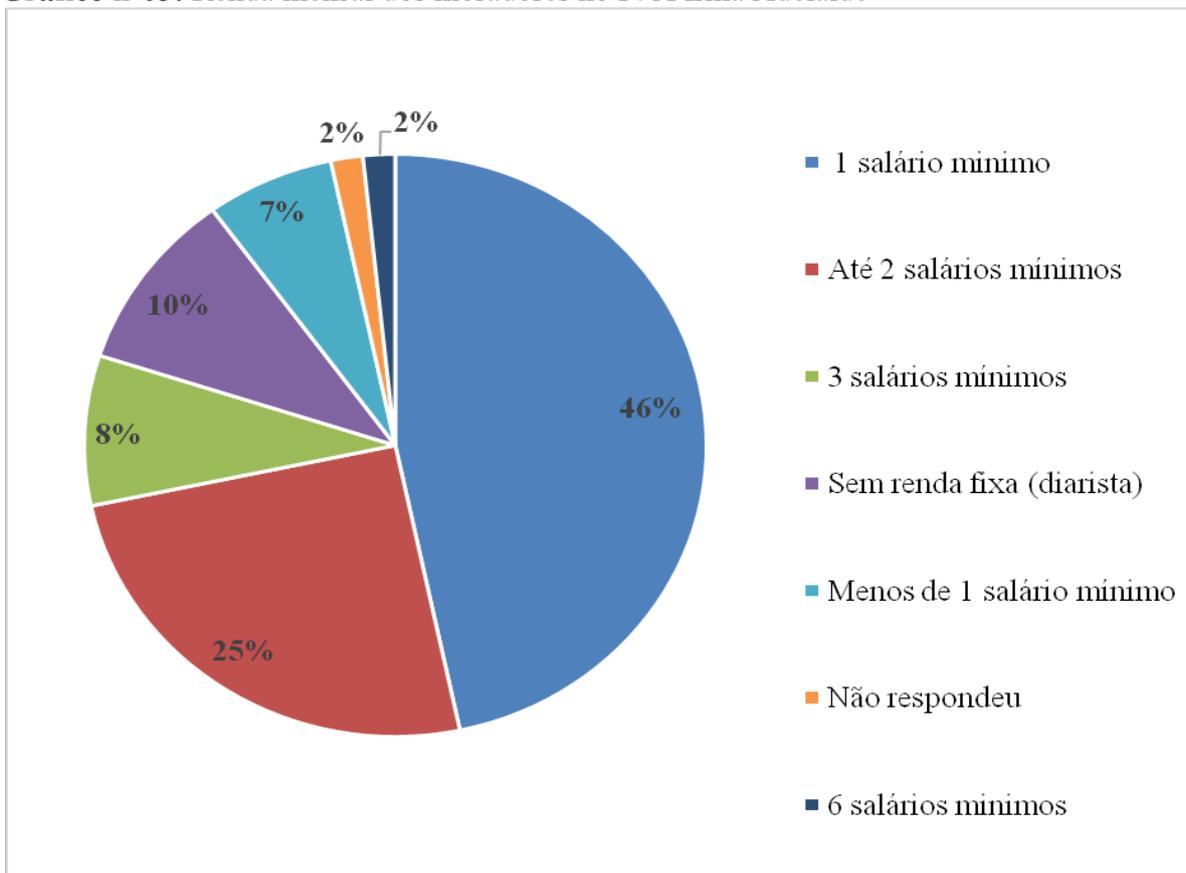
**Fonte:** Maia, 2017.

A renda da pequena produção agrícola e da pecuária no P.A Irmã Adelaide pode se aproximar a um valor do salário mínimo ou mais. Quando não alcança este valor chega a esse valor, muitas famílias têm que recorrer de uma complementação da renda. Uma delas vem da participação das trabalhadoras no programa bolsa família do governo federal, que beneficia exclusivamente as famílias que tem crianças matriculadas na rede pública de ensino.

### **3.2.3 Composição da renda familiar dos assentados**

No gráfico n° 03 é possível observar o extrato da renda familiar dos trabalhadores no P.A Irmã Adelaide. A maioria dos trabalhadores do assentamento tem uma renda de um salário mínimo que representa 46% do total dos assentados. Em seguida temos 25% do total dos trabalhadores com renda de ate dois salários mínimos. Com renda de três salários mínimos, temos apenas 8% dos trabalhadores. Sem renda fixa (os diaristas) representa 10% do total dos trabalhadores e 7% vivem com menos de um salário mínimo. Segundo os dados do gráfico 03, podemos observar que a maioria dos trabalhadores no assentamento tem ainda uma muita baixa.

**Gráfico nº03:** Renda mensal dos moradores no P. A Irmã Adelaide



Fonte: Maia, 2017

### 3.2.4 Educação no P.A Irmã Adelaide

Ao longo dos séculos, a educação no Brasil, não foi levada a sério, isso quer dizer que desde os Jesuítas até os dias atuais, o projeto de uma educação do campo, e suas especificidade das questões culturais locais, nunca foram efetivamente implantadas. O fato é que a luta mais acentuada provocada pela participação dos camponeses e seus organismos sindicais surgiram especificamente nas últimas três décadas do século XX. No que se refere à educação do Campo, Leite afirma que é marcada pelo seu papel excludente.

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”. (Leite 1999, p. 14)

A educação do campo, além de não contemplar os camponeses ao longo da história, não promoveu o acesso a escola, que é direito de cada brasileiro, garantido pela constituição de 1988. Essa linha excludente que muitas vezes, tinha e tem a participação e a colaboração

do próprio Estado, retira o direito dos trabalhadores rurais em ter acesso a educação pública e gratuita - a Escola do Campo. Para Castro (2003, p.29), [...] “não se tornou uma instituição democrática. Ela não é acessível a todas as classes sociais” [...].

Sobre essa ótica as análises que mostram alguns avanços da educação do campo, estavam direcionados a uma elite isso é fato. Após a década de 1970 um olhar diferente sobre essas questões que envolviam a educação do campo, se fortalece e começa a ganhar força, várias forças emergiram nesse período o surgimento de movimentos sociais do campo, das entidades sindicais, as das comissões ligadas às igrejas, foram fundamentais para a reabertura das discussões sobre o direito dos camponeses a educação.

A partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, o país ficou praticamente parado no que tange ao fomento e o debate acerca da educação do campo. Mesmo a constituição federal de 1988, não traz textualmente nada relacionada ao tema de educação do campo, isso mostra claramente o grande descaso.

A partir da década de 1990, o Ministério da Educação e Cultura, pressionado pelos movimentos sociais do campo, pelos pesquisadores da educação, pelos dirigentes e gestores escolares, pelos camponeses, novamente é colocado nas pautas de discussão, a criação de uma lei que regulasse e regulamentasse todo o ensino da educação básica brasileira. E nesse contexto que surge em 1996 a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, sob o número 9394/96.

Aparentemente os problemas da educação brasileira estavam resolvidos pela criação da lei 9394/96, no entanto, o que se verificou foi que mesmo com a implementação da LDB, a aplicabilidade sobre as questões de Educação do Campo não aconteciam porque não foram levados em consideração e nem respeitadas às realidades regionais, dos estados e municípios. Esse fato contraditório cai em um debate muito amplo acerca da educação do campo, pois como a própria lei em seu artigo 28 diz:

na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promovem as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – Conteúdos curriculares e metodológicos apropriados as reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;
- III – Adequação à natureza do trabalho na zona rural. (MEC 1996) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96 MEC)

Todas essas preocupações estão dentro das possibilidades de se entender a educação do campo como um processo de transformação da vida do camponês, e o estado que é o

responsável para ofertar e promover uma educação de qualidade, efetivamente não está fazendo seu papel constitucional.

A realidade dos camponeses é o resultado histórico de exclusão e da falta de políticas públicas voltadas para essa classe social, segundo Pinheiro (2014 p.01), “a educação do campo tem-se caracterizado com um espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem”.

Nesse contexto o que se pode afirmar sobre a educação do campo no Brasil, é que os camponeses e os movimentos, ao qual, eles estão inseridos sempre ergueram a bandeira de luta por uma educação de qualidade. Os desafios são enormes, estamos presenciando nos últimos anos ações governamentais que precarizam ainda mais, a educação do campo.

O fato é que o direito a educação do campo não é pauta do governo, mas a luta tem que prevalecer como afirma Caldart (2011), “Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento por uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo”. Então através dessas movimentações e das pressões, populares dos trabalhadores rurais surge uma pergunta, “quem são os sujeitos da educação do campo?”, “quem poderá participar dessa transformação?” “quem irá promover essa educação do campo?”, esses questionamentos podem ser refletidos a partir do raciocínio de Caldart, ao afirmar que:

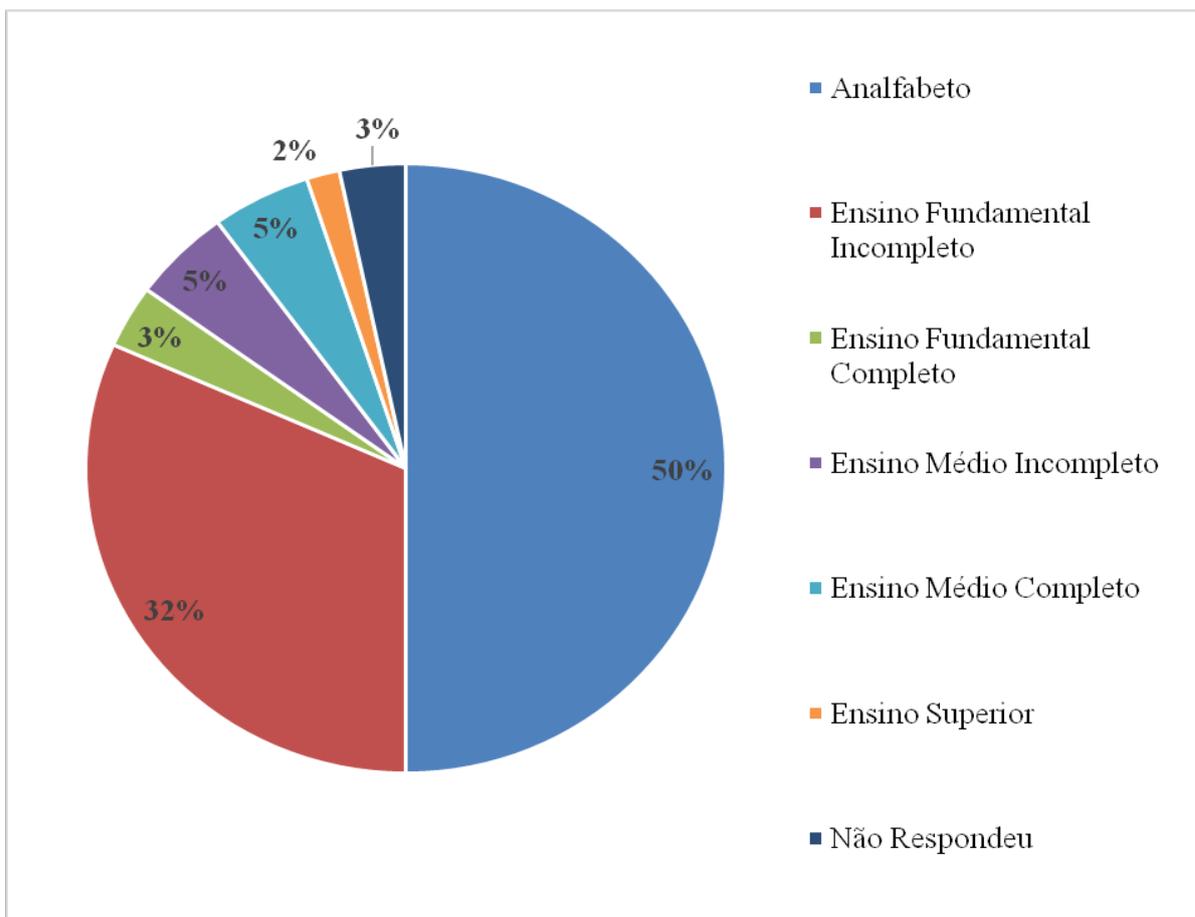
A educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza de dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, nas suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais... A perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino. (CALDART, 2011, p.150-151):

É nesse contexto de lutas, e conquistas que a educação do P.A Irmã Adelaide está inserida. Na verdade essa é a realidade da maioria dos assentamentos de reforma agrária. Através da pesquisa de campo foi possível observar um baixo índice de escolaridade no P.A, onde 50% dos assentados entrevistados são analfabetos, principalmente aqueles com idade mais avançada, 32% com o ensino fundamental incompleto e apenas 5% possui ensino médio, e 3% ensino superior. Conforme evidenciado no gráfico nº 04, fato que comprova o descaso com a educação campesina brasileira.

Segundo dados encontrados no Projeto Político Pedagógico - PPP da Escola Municipal de Educação do Campo Vale do Tocantins, no P.A Irmã Adelaide a educação do campo começou através da mobilização dos assentados que reivindicavam uma escola para que seus filhos estudassem. Já existia uma escola criada pelo antigo dono da fazenda, a mesma que foi desapropriada pelo INCRA, mas não atendia a demanda da comunidade.

Essa pequena escola no início tinha a função de atender aos moradores da fazenda e dos moradores das fazendas de toda região. No início a Escola Municipal de Educação do Campo Vale do Tocantins foi criada no ano de 1997, na fazenda Santa Luzia de propriedade do Sr. Roberto Carneiro com o esforço dos moradores Onofre José de Matos, João Batista de Macedo e Francisca Gomes Carneiro. Foram esses moradores que escolheram e deram o nome de Vale do Tocantins por estar distante da sede do município de Miracema do Tocantins, e está localizada a margem do Rio Tocantins.

**Gráfico nº 04:** Escolaridade dos assentados entrevistados no P.A Irmã Adelaide



Fonte: Maia, 2017

Permanecendo por um ano na fazenda, depois foi transferida para a localidade denominada P.A. Irmã Adelaide e ali permaneceu por mais um ano funcionando em uma sede provisória que era um barracão coberto por telha e paredes de braselite. No ano de 1999, foi finalizado o prédio definitivo e a mudança ocorreu no mesmo ano. A estrutura da escola conta com cinco salas de aula, uma sala de professores e biblioteca, uma sala de direção e coordenação, uma sala de secretaria, uma cantina, e dois banheiros. Atualmente a escola conta com um número de vinte e quatro servidores além de sete prestadores de serviço. A escola tem um total de 193 alunos matriculados, divididos em três turnos: matutino, vespertino e noturno.

A escola foi criada pela lei 070/90 em 03 de Maio de 1990 da Câmara municipal de Miracema do Tocantins, hoje a unidade escolar tem nova denominação: Escola Municipal de Educação do Campo Vale do Tocantins, através da lei municipal nº 378/2014 de 17 de Marco de 2014. A escola oferece três modalidades de ensino: a Educação Infantil com pré-escolar I e II; o Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano e a Educação de Jovens e Adultos 1º segmento.

Atualmente a unidade de ensino não tem laboratório de informática, conta com 05 computadores de mesa que são utilizados pelos professores para seus planejamentos e pelos alunos para pesquisas escolares, obedecendo a um horário de agendamento. Conta ainda com 30 laptops do programa do governo federal Pro-UCA, desde o ano de 2015 que foram encaminhados pela secretaria municipal de educação. Na imagem 02, podemos observar a estrutura física da Escola Municipal Vale do Tocantins.

**Imagem nº 02:** Vista da Escola Municipal de Educação do Campo Vale do Tocantins



Fonte: Maia, 2017.

No que tange a alimentação escolar os alunos são contemplados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE que é regido pela lei nº 11.947/2009/FNDE. Este programa trouxe importantes ações educativas que perpassem pelo currículo escolar e que abordem o tema alimentação e nutrição nas escolas. Incentiva ainda a inclusão e aprendizagem, por meio de práticas solidárias de vida. Na escola tem a produção de hortaliças que faz parte de um projeto da escola. Na imagem 03 podemos visualizar um pequeno cultivo de hortaliça – o chamado “Pequena Lavoura”, que consiste na participação dos alunos em todos os processos envolvendo as lavouras. No caso da escola, toda a produção desenvolvida nesse projeto É consumida pelos próprios alunos na merenda escolar.

**Imagem nº03:** Produção de Hortaliças na Escola Projeto – Pequena Lavoura



**Fonte:** Maia, 2017.

A evasão escolar é uma das principais preocupações da comunidade escolar, pois ela acontece especificamente por dois motivos, o primeiro é a falta de transporte escolar, nem o governo estadual, nem muito menos o município quer se responsabilizar pelo não cumprimento da legislação. Esse fato tem provocado um grande problema para a escola, no entanto, essa questão do transporte escolar foi parcialmente resolvida agora em Agosto de 2017, depois de uma decisão judicial, o município de Miracema passou a ser o responsável legal pelo transporte escolar oferecido a todos os assentados. O município ficou obrigado a

fornecer o transporte escolar, tendo, inclusive, recurso do MEC, através do FNDE, para custear essas despesas. Entretanto, reclamaram durante algumas entrevistas que a quantidade de carros fretados é insuficiente para atender a todos os alunos regularmente matriculados na escola. Na figura 04, podemos visualizar os 3 carros disponíveis para fazer os transporte dos alunos da comunidade.

**Imagem nº 04:** Carros fretados pela prefeitura para fornecer o transporte escolar.



**Fonte:** Maia - 2017.

Há apenas três veículos contratados pela prefeitura de Miracema do Tocantins, para oferecer o transporte escolar. Essa quantidade de veículos não é suficiente para atender a demanda do assentamento. O fato é que pela dificuldade de acesso a escola alguns alunos estão deixando de frequentar a escola por não ter o transporte. Essa é uma luta permanente de toda a comunidade escolar e de todo o assentamento.

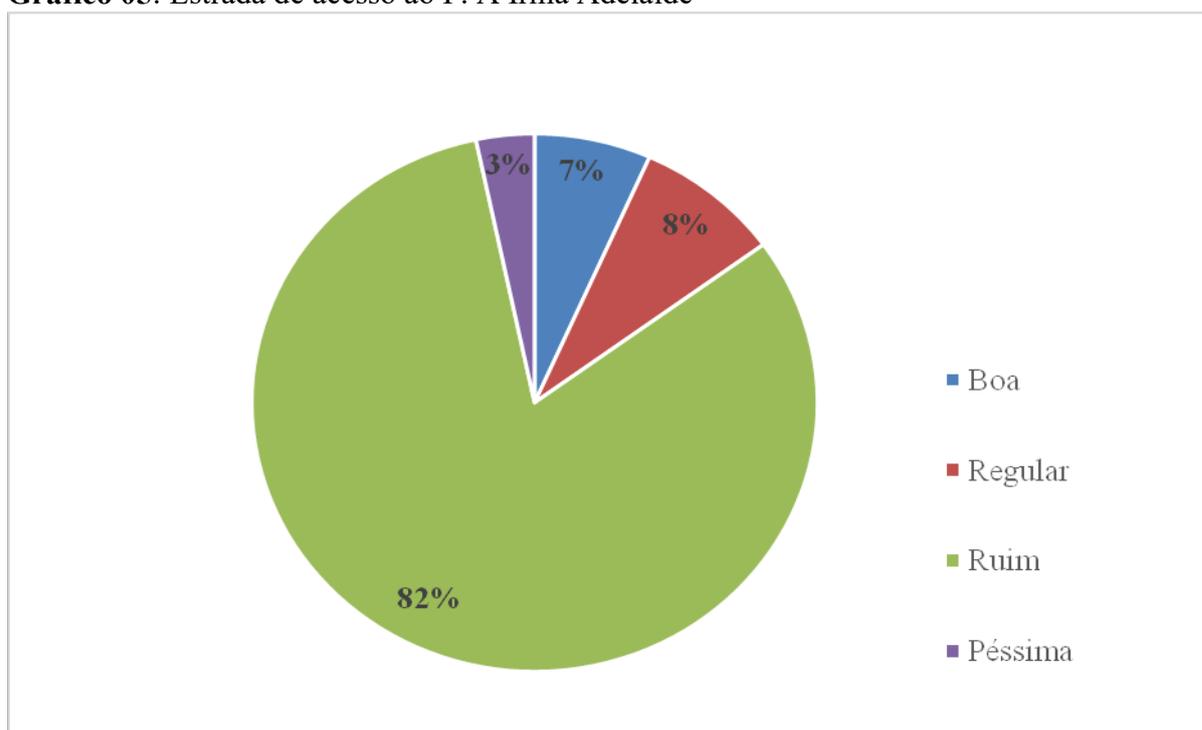
O segundo motivo da grande evasão na Escola Vale do Tocantins tem sido a gravidez precoce, fato que impede que muitas alunas continuem participando ativamente das atividades escolares, e acaba desistindo de estudar. Diante dessa evasão, a escola através da equipe de orientação pedagógica, promovem semestralmente palestras sobre as dificuldades da gravidez na adolescência e buscam recuperar essas alunass que evadiram da escola por esse motivo.

A educação como processo de transformação de uma sociedade tem o seu papel fundamental de mudar a vida das pessoas. Os desafios são enormes, no entanto, em se tratando de Educação do Campo, esses desafios são maiores ainda. Pois, além de todas as dificuldades enfrentadas pelos alunos, o currículo das escolas de educação do campo, tem que se adequar as realidades vividas pelos assentados, como é o caso dos alunos de P.A Irmã Adelaide. Eles têm que envolver a teoria e a prática, desenvolver ações para a promoção do conhecimento empírico, enfim, é nessa realidade, que são construídas as relações e materialização dos projetos de políticas públicas como direito de todos.

Outra questão preocupante no P.A Irmã Adelaide com relação à infra-estrutura de transporte, são as estradas vicinais de acesso aos lotes, que foram construídas no período de formação do P.A, ainda em 1998, e sua manutenção é responsabilidade do município de Miracema do Tocantins – TO.

Durante a pesquisa foi constatado que essa manutenção não esta sendo executada pelo poder público, esse fato implica diretamente na vida dos camponeses, principalmente no processo de escoamento da produção dos lotes. Para 82% dos camponeses do projeto de assentamento, as condições de uso das estradas vicinais são consideradas ruins, contrastando com apenas 7% que consideram as estradas boas como podemos observar no gráfico nº 05 logo a baixo.

**Gráfico 05:** Estrada de acesso ao P. A Irmã Adelaide



Fonte: Maia, 2017

### **3.2.5 As condições de saúde no P.A. Irmã Adelaide**

A luta de quem vive em um assentamento não é fácil, pois as batalhas do cotidiano são diárias, o enfrentamento as questões de sobrevivência, de luta por uma educação de qualidade e de um atendimento médico eficiente, faz parte da realidade dos camponeses no Brasil. É justamente nesse processo que se formam os sujeitos que atuaram diretamente na busca pelos tão sonhados direitos básicos dentro do processo social político, como afirma Carvalho (2013):

Apesar dos assentamentos serem realizações do Estado, muitas vezes mal planejadas e executadas, eles se constituem como espaço de existência camponesa e os assentados constituem, pela sua luta e resistência, os sujeitos do processo social e político. Esses assentamentos não são apenas lugares dedicados à produção agropecuária; são também o lugar do debate político, no qual discutem questões como a conquista da terra e a continuidade articulada das lutas; são um espaço de ações coletivas em que se expressam politicamente passando pela representação do interesse de classe. São ações motivadas por uma identidade construída no processo de luta pela terra e representam conteúdo político/ideológico que passa pelas relações de poder da estrutura da sociedade (CARVALHO, 2013, p. 59).

Seguindo o raciocínio do referido autor, podemos dizer que nos assentamentos agrários, a luta dos sujeitos sociais são constantes e reais. As lutas passam desde o acesso a terra, até as necessidades básicas do ser humano como educação, saúde, alimentação e transporte. No P.A Irmã Adelaide, os assentados tiveram que mobilizar para ter o atendimento médico razoável. O atendimento médico no P.A Irmã Adelaide, é de responsabilidade do município de Miracema do Tocantins - TO, que conseguiu em 2010 através de um convenio com o governo federal a construção de uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento). Nesta UPA são realizadas as consultas e o atendimento de ambulatório.

A estrutura física do local é satisfatória, pois conta com três consultórios médicos, duas salas administrativas e dois banheiros. Na atualidade conta com cinco servidores lotados na unidade de saúde, dois na área administrativa, uma técnica em enfermagem, e dois auxiliar de serviços gerais, além do motorista que é responsável pela ambulância da UPA. Apesar de ter todos esses servidores o que mais tem gerado as reclamações dos camponeses é a falta de médico para as consultas, e análise de exames. No geral o horário de funcionamento da UPA é das 8:00h às 12:00h, e de 14:00h às 18:00h. A unidade básica de saúde do P.A Irmã Adelaide fica localizado bem na avenida principal da Agrovila, e é feita de alvenaria como podemos perceber na imagem 05.

**Imagem nº 05:** Vista da Unidade Básica de Saúde do Assentamento Irmã Adelaide



**Fonte:** Maia, 2017.

Outra forma de atendimento básico de saúde muito utilizado no P.A Irmã Adelaide é o trabalho dos agentes comunitários de saúde, que estão diretamente ligados a realidade e vivência dos assentados. Esse trabalho que consiste basicamente em identificar possíveis doenças, informar e orientar sobre prevenção e tratamentos, além, de fazer agendamento de consultas e entrega de medicamentos. O trabalho do agente comunitário de saúde no P.A Irmã Adelaide tem proporcionado bons resultados. O atendimento básico de saúde é uma reivindicação antiga dos assentados, do P.A Irmã Adelaide, devido a grande demanda local para esse tipo de serviço público.

### **3.2.6 Abastecimento de Água e esgoto no P.A Irmã Adelaide**

O abastecimento e o fornecimento de água no P.A Irmã Adelaide foi implementado no processo de implantação da infra-estrutura, ainda em 1998. Foi realizado através de um poço artesiano, juntamente com uma bomba elétrica que faz o processo de bombeamento para as casas da Agrovila, uma caixa d'água, e toda tubulação para o processo de abastecimento. Esse fornecimento de água que acontece desde sua implantação é motivo de insatisfação pela maioria dos assentados, eles alegam que não chega água nas casas que ficam mais distantes

da bomba. A figura 06 mostra a estação de abastecimento de água do P.A Irmã Adelaide que foi construída ainda em 1998, para atender a demanda.

**Imagem nº 06:** Estação de Abastecimento de água no P.A Irmã Adelaide.



**Fonte:** Maia 2017

A questão, é que o INCRA, órgão responsável por fazer toda infra-estrutura do P.A, inclusive, o abastecimento de água, não teve as devidas preocupações com relação a compra de equipamentos que conseguiria atender a demanda dos assentados. O fato é que o abastecimento é comprometido, porque a bomba não consegue distribuir adequadamente a quantidade de água. A solução para resolver o problema da falta de água nas casas seria a construção de um novo poço artesiano, com os equipamentos necessários. Essa insatisfação dos camponeses é visível quando o assunto é água nas torneiras. Mas já existe uma mobilização para reivindicar tanto ao poder público federal, quanto aos poderes municipais e estaduais. Vários ofícios já foram encaminhados aos órgãos competentes, mas até o presente momento o problema da falta de água é real e presente na vida dos camponeses, ou seja, a luta continua.

### 3.2.7 Sistema de Telefonia e de Comunicação no P.A Irmã Adelaide

No P.A Irmã Adelaide a maior parte das informações que chega é através das linhas de transmissão de TV, tendo como acesso a rede digital da televisão a de Telefônica. Por muitos anos os camponeses foram privados das informações, tinha apenas o uso do “orelhão” telefone público que por muito tempo foi o único meio de comunicação do assentamento. Desses telefones restam apenas 03 três, praticamente em desuso, afinal de contas praticamente todos os assentados têm um aparelho celular e com o avanço da tecnologia hoje todos da região do P.A Irmã Adelaide. Eles são beneficiados com o sinal de Telefone tendo em vista que existem na atualidade, duas antenas de transmissão de sinal, uma da OI, e outra mais recente da CLARO. Isso melhorou muito a qualidade do sinal que chegava no P.A. Podemos ver na imagem 07 a rede de transmissão de sinal para Telefone e TV digital.

**Imagem nº 07:** Rede de transmissão de sinal para Telefone e TV digital.



**Fonte:** Maia 2017

O sinal de TV digital é relativamente bom, esse serviço, tem um papel importante, pois, através dela, os camponeses ficam informados sobre as notícias do Brasil e do Mundo. Em todas as casas do assentamento tem um aparelho de TV, isso além de trazer informação, é uma forma de entretenimento, para todos do P.A Irmã Adelaide, muito diferente de quando chegaram no assentamento em 1998, quando não tinha nem se quer, energia elétrica.

### 3.2.8 As condições de Moradia no P.A Irmã Adelaide

No que diz respeito à questão habitacional, as moradias no P.A são todas construídas de alvenaria, de acordo com depoimento dos assentados nos trabalhos de campo, foram construídas no período de implantação do assentamento, a construção das casas na Agrovila P.A Irmã Adelaide ocorreu através de um contrato entre uma empresa de Cerâmica do município de Miranorte - TO, e o INCRA, um dos camponeses ao nos conceder entrevista, assim se manifestou:

Nóis vivia no sistema comunitário a fazenda liberou pra nós ficar na beira do corgo Santa Luzia, ai tocamos roça 2 anos, ai o INCRA, troce nos e colocou em uma agrovila, ai feito os barracos de palha e ficamos 1 ano, ai dispois do cadastro foi construído as casinhas, por uma empresa de Miranorte, e foi feito uma empreita pra construir as casas da agrovila (Entrevistado n. 25. 03.02.2018).

As moradias do assentamento são todas de alvenaria, que foram construídas no período de implantação do projeto. A construção das casas na Agrovila, ocorreu através de um contrato entre uma empresa de Cerâmica do município de Barrolândia-TO, e o INCRA. Os assentados tiveram a opção para quem quisesse trabalhar na edificação de suas casas, fornecendo mão de obra e, quem não tivesse condição para trabalhar na construção, o assentado pagaria uma pequena quantia em dinheiro, esse foi o acordo firmado entre os agentes envolvidos. Na imagem 08 temos a vista das moradias que foram construídas na Agrovila.

**Imagem nº 08:** Vista das moradias na Agrovila P.A Irmã Adelaide



Fonte: Maia 2017.

As casas que foram construídas ainda em 1998, nunca passaram por nenhum tipo de reforma, e algumas estão bem deterioradas devido à ação do tempo. Como grande parte dos moradores não possui recurso financeiro para reformar as casas, várias estão bastante danificadas, com janelas e portas enferrujadas. Em entrevista com um camponês perguntamos se ele não tinha medo da casa cair em cima dele? Ele me respondeu dizendo que não tinha outra saída, pois não tinha nenhum outro lugar pra ficar.

Esse tipo de relato é freqüente entre os assentados, existe uma promessa que feita pelo prefeito de Miracema do Tocantins, que é a doação de um cheque moradia para resolver a questão da reforma nas residências. O fato é que de concreto, ainda não se tem nada, e essa preocupação é algo que tem que ser debatido entre os camponeses e entre os que fomentam o desenvolvimento do P.A Irmã Adelaide.

Vale ressaltar que a construção das casas no Irmã Adelaide aconteceu exclusivamente na Agrovila, onde cada uma das 106 famílias tem um lote, ficando para cada família a condição de construir suas moradias nas chácaras. A grande questão é que se o INCRA tivesse colocado no início do projeto, dentro da estrutura do P.A, a construção de duas casas, que seriam uma na Agrovila e outra nas parcelas que correspondem aos 5 Hectares de terra, resolveria o problema das condições precárias de moradia.

### **3.2.9 O assentamento Irmã Adelaide no contexto do Agronegócio**

No Brasil o termo Agronegócio, surgiu oficialmente a partir da década de 1990, passando a ser aceito em revistas especializadas, jornais de grande circulação, e até em textos acadêmicos, esse processo de fortalecimento do conceito se produz em uma escala surpreendente e acelerada. Com base nos dados da Secretaria Agropecuária do Tocantins - SEAGRO-TO (2017), o estado do Tocantins desponta atualmente como o “novo polo agrícola do Brasil”. Isso porque metade do território do estado possui potencial para a agricultura. São terras férteis, de valor competitivo no mercado e de topografia plana, o que favorece o processo de mecanização agrícola.

Além disso, o tempo maior de luz solar (se comparado a outros estados brasileiros) contribui com a alta na produtividade. Já para o processo de irrigação das lavouras, o Tocantins conta com muita água disponível, tem região que não há essa disponibilidade. O desenvolvimento da agricultura tem como base a sustentabilidade do meio ambiente com expansão de suas lavouras, principalmente em áreas degradadas de pastagens. O estado de Tocantins tem o menor índice de desmatamento na região Norte.

Nos últimos dez anos, a produção de grãos teve um crescimento superior a 180% na área plantada e 240% na produção, evidenciando o avanço tecnológico nas propriedades.

Hoje o Tocantins se destaca como o maior produtor de grãos da região Norte do Brasil, sobretudo, de soja, arroz, milho e feijão. Também está em crescimento no estado o cultivo de frutas tropicais, em especial a melancia, o abacaxi e a banana. Área com potencial agrícola: 13.825.070 hectares (50,25% do território do Estado) e clima tropical semi-úmido, com períodos bem definidos de chuva e seca - maio a agosto o período seco e setembro a maio o chuvoso, sendo janeiro o mês mais chuvoso e agosto o mais seco. De acordo com a SEAGRO (2017), as precipitações pluviais crescem do Sul para o Norte variando de 1500 mm a 1750 mm/ano; do Leste para o Oeste de 1300 mm a 2200 mm/ano.

Tocantins é cortado, em toda sua extensão, pela maior bacia de água doce inteiramente localizada em território brasileiro. A bacia formada pelos rios Tocantins e Araguaia (além de seus afluentes, todos perenes), o que facilita a irrigação nos períodos de estiagem. Por este fator, o Tocantins é um dos cinco estados brasileiros mais ricos em águas. O potencial para irrigação de cerca de 4.800.000 hectares segundo o plano estadual de irrigação, 15% do potencial de áreas para irrigação do Brasil segundo a SEAGRO (2017).

O Tocantins terá uma área plantada de 1,3 milhões de hectares (1.376), um aumento de 12,1%, com relação à safra passada. Já a produção, que teve perdas de cerca de 30% no ano passado, para esta safra a expectativa é recorde, de aumento 55,2% saindo de 2,9 milhões de toneladas (2.931,2) para 4,5 milhões (4.549,40). Segundo a SEAGRO-TO (2017) a produção recorde de 2016 ultrapassou a safra de 2014/2015 que foi de 4,2 milhões. As principais culturas (Safra 2016/2017), Soja – 2.827,10 (mil ton), Mandioca – 49.730 toneladas, Arroz – 676 (mil ton), Cana-de-açúcar – 2.348,40 (mil ton), Milho – 902 (mil ton), Sorgo – 55,50 (mil ton), Feijão – 71,60 (mil ton), dados da SEAGRO (2017).

Sobre a pecuária do Tocantins segundo a SEAGRO (2017), é um dos estados brasileiros com maior tradição na criação de bovinos de corte, contando, atualmente, com um rebanho de 8 milhões de animais, distribuídos em todas as regiões do estado. O rebanho do Tocantins destaca-se não apenas pela quantidade, mas também pela qualidade dos animais e da carne produzida. Há 18 anos, o Tocantins é reconhecido internacionalmente como área livre de febre aftosa com vacinação, superando a marca dos 99% do rebanho imunizado a cada campanha.

Além disso, o estado produz o chamado “boi verde”, que são animais alimentados no pasto, livres das rações de origem animal, o que vai ao encontro das preferências dos mercados consumidores mais exigentes. A exportação de carne de gado no Tocantins alcançou a marca dos US\$ 162,2 milhões em 2016 e mais de 51 mil toneladas. O produto vem ganhando espaço no mercado internacional e já representa 20% de tudo que é vendido no estado para fora do país. Os dados são da Secex- Secretaria de Comércio Exterior, ligado ao Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. A carne e os derivados do boi tocantinense chegam a todas as regiões brasileiras e são exportados a mais de 20 países, especialmente Europa e Ásia SEAGRO (2017).

Todos esses potenciais colocam o Tocantins dentro de um dos estados que o Agronegócio tem muita força, no entanto, esse viés econômico não pode ser a única forma de obtenção de desenvolvimento, para o estado. Os movimentos sociais do campo, que lutam por uma verdadeira reforma agrária tem combatido as formas do capital atuar, colocando sempre a questão de crescimento econômico como a melhor opção para a sociedade.

A luta camponesa na atualidade no estado do Tocantins é para superar os impactos do Agronegócio, pelo fato deste, comprometer a sustentabilidade e a continuidade sociais e econômicas dos assentamentos agrários. Isso coloca o pequeno camponês dentro de uma lógica contraditória e perversa. No P.A Irmã Adelaide o Agronegócio já tem mostrado suas facetas para tentar ludibriar os camponeses, uma das formas que esse mecanismo tem encontrado é o “aluguel de pasto” são áreas dentro dos lotes para o desenvolvimento da atividade de pecuária extensiva.

Os relatos obtidos nas entrevistas com os camponeses moradores do P.A Irmã Adelaide, revelaram que a prática do agronegócio é rejeitada por eles, tal fator nos leva a enfatizar a permanência do trabalhador rural no campo para sua subsistência, conforme relato de um dos assentados abaixo, quando perguntamos sua opinião a respeito da aproximação do agronegócio no P.A em estudo.

Eu acho que não e se estiver acontecendo é muito disfarçado, aqui a gente tem trabalhado muito, matamos um cachorro por dia, pra alimentar nossa família, a vida aqui não é fácil, tem alguns fazendeiros que já me ofereceram comprar minha chácara mais eu não quis, aqui na região tem muitos fazendeiros, e eles querem as terras perto do rio Santa Luzia, porque tem muita água, isso pro gado beber água, então se, essas terras são mais valorizadas, mais eu vou continuar aqui até o fim, não vou me entregar, quando sair o título da terra vou fazer um empréstimo no banco para plantar um roçado bão, pra comprar umas vaquinhas, e assim desenvolver minha vida e da minha família (Entrevistado nº35.).

A partir do depoimento acima é possível inferir, que existem trabalhadores e camponeses que não estão dispostos a tornar-se vítima do agronegócio. O entrevistado comentou que os fazendeiros ofertaram a compra de seu lote, isso pode acontecer de uma oferta aos assentados, cabe a eles aceitarem ou não. Caso isso aconteça, o fazendeiro pode ir comprando os lotes e formar uma nova fazenda.

### **3.2.10 – As perspectivas sociais e políticas do assentamento Irmã Adelaide**

No que se refere às perspectivas sociais e políticas no P.A Irmã Adelaide, identificou-se através da pesquisa de campo, a predominância de problemas sociais ainda não solucionados, que devem ser superados. A superação destes problemas, infelizmente depende dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas sociais nos assentamentos como: fornecimento de água, posto de saúde com médicos atendendo diariamente, iluminação pública, moradia, transporte, segurança pública e o título da terra para que os assentados possam usufruir dos seus direitos.

A maioria dos assentados do P.A Irmã Adelaide vivem da agricultura, de subsistência, os produtos cultivados por eles são utilizados para o próprio consumo, não recebem nenhum tipo de assistência técnica. A sua grande maioria não conta com nenhum tipo crédito bancário, dos 60 moradores entrevistados nesta pesquisa, apenas 08 possuem crédito junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

O P.A Irmã Adelaide conta com uma Associação de Agricultores, segundo os moradores, esta tem a finalidade de captar recursos para o P.A. De acordo com o presidente da Associação Sr. Edvan Pereira da Silva a mesma conta, 106 associados. Dentre os 60 assentados que entrevistamos durante nossos trabalhos de campo, 48 estão associados e participam ativamente das reuniões. Quando perguntado se a associação cumpre seu papel nas reivindicações para melhoria do P.A e se os mesmos participam das reuniões, responderam que:

Tem deles que não se interessam de resolver nada, já ouvi falar que desviam dinheiro da associação, que era pra arruma as coisas aí isso prejudica muito, aí os associados acabam não pagando a associação porque não confiam, não acreditam em nada, e nem em ninguém. É o jeito participar das reuniões porque eu não quero sair daqui, eu mesmo nós touxemos uma terra que eu paguei do meu bolso, tirei 250 reais pra ajudar, mas ninguém dá valor, eu fui o primeiro a chegar nesse assentamento eu mais o senhor Adão, Tainã e o Izaque, e o Borges que era o corretor que queria vender a fazenda, hoje ninguém reconhece nossa luta pra que todos tivessem seu pedaço de chão. (Entrevistado nº 35, 03/02/2018.)

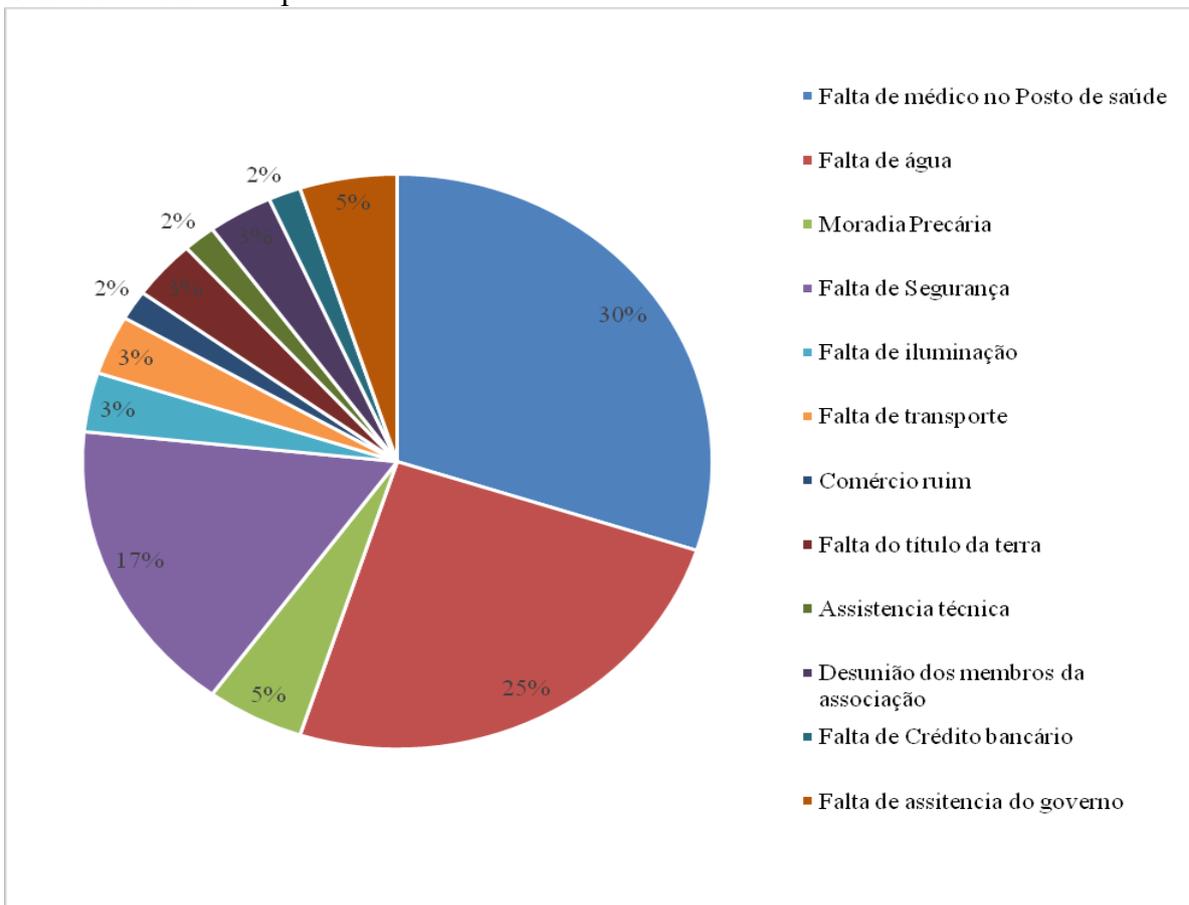
Precisa melhorar, associação no começo aqui ela desenvolveu trabalho, depois teve uma grande bagunça que ela foi dividida em 3 associações, agora com muita conversa, a gente conseguimos trazer ela pra uma única associação de novo então o processo agora e que tenha uma melhora na associação, porque precisa, todas

as coisas precisa de uma pessoa pra ta representando, tem que dá uma melhorada sim. (Entrevistado nº 40, 03/02/2018.)

Pode-se perceber que mesmo para constituir uma associação para representar a comunidade não é fácil, talvez pela não consciência da necessidade de uma associação que a represente. A partir do exposto, é possível apontar ainda a falta de uma política pública efetiva voltada para suprir as necessidades comentadas pelos camponeses assentados no P.A Irmã Adelaide.

Dentre os principais problemas encontrados durante a pesquisa, destacaram-se três mais apontados pelos moradores entrevistados: a falta de médico no posto de saúde local se destacou com um percentual de 30%, dos moradores entrevistados; seguido da falta de água com 25% e falta de segurança pública, é outro problema que preocupa os assentados uma vez que no local não existe posto policial. As rondas policiais acontecem esporadicamente, somente quando acontecem problemas e é solicitado pelos moradores. É o terceiro problema apontado com um percentual de 17% conforme evidenciado no gráfico 06.

**Gráfico nº 06:** Principais Problemas encontrados no P.A Irmã Adelaide



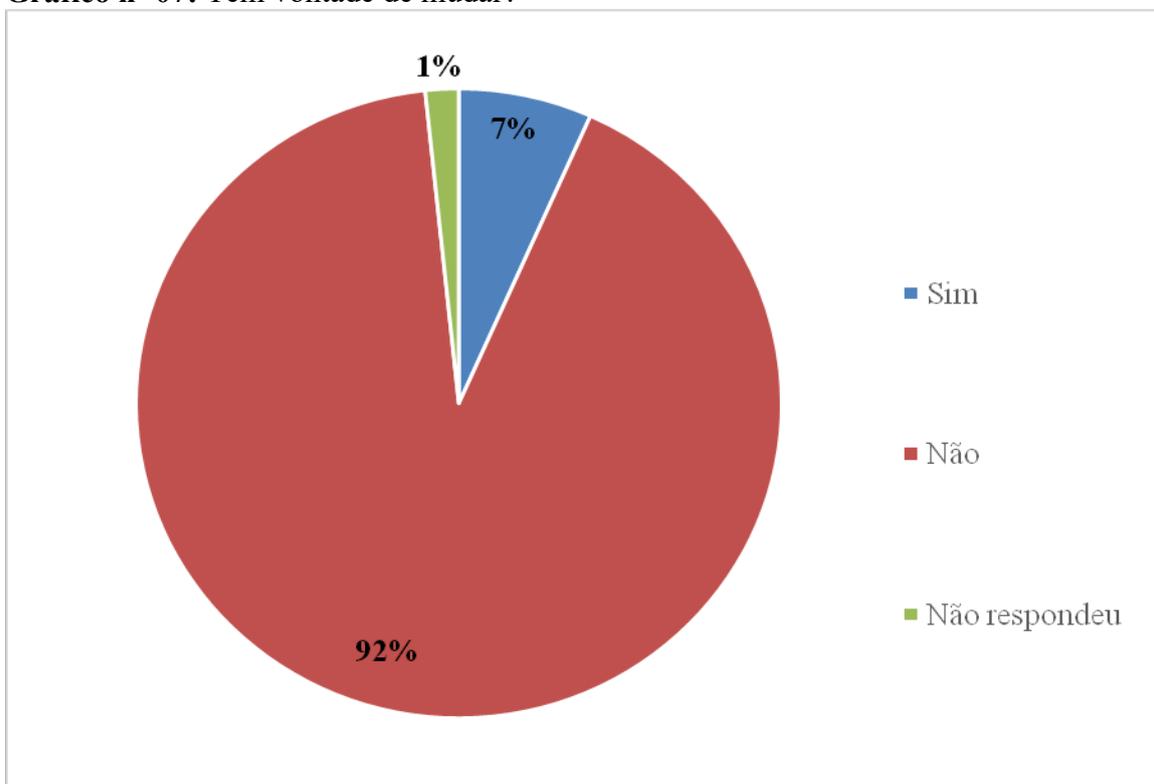
Fonte: Maia, 2017

A pesar das dificuldades enfrentadas, um fator relevante que foi notado no P. A Irmã Adelaide, é que os moradores que residem no local, possuem perspectivas sociais de melhorias na infraestura e dar continuidade à produção agrícola de subsistência. Eles foram quase unânimes em responder que não pretendem mudar do P.A. Ao ser intrevistado, se sente vontade de mudar do Irmã Adelaide, nos respondeu que:

Não não tenho vontade de mudar, a gente já tá com 20 anos, o local que eu mais morei em toda minha vida é aqui no assentamento Irmã Adelaide, eu tenho filho que nasceu aqui eu tenho neto que nasceu aqui, e a gente tá com as raízes aqui, a gente torce pra que cada dia mais melhorias. (Entrevistado nº 40, 03/02/2018.)

Dentre os 60 entrevistados 55 responderam que não pretendem mudar, o que corresponde a um percentual de 92%, e apenas 4 dos moradores entrevistados responderam que pretendem mudar do Irmã Adelaide correspondendo a 7%, como é possível observar no **gráfico 07**. Percebe-se que grande parcela dos assentados não querem mudar do assentamento, isso significa que as perspectivas de continuidade social e econômica do assentamento existem entre os moradores.

**Gráfico nº 07:** Tem vontade de mudar?



Fonte: Maia, 2017

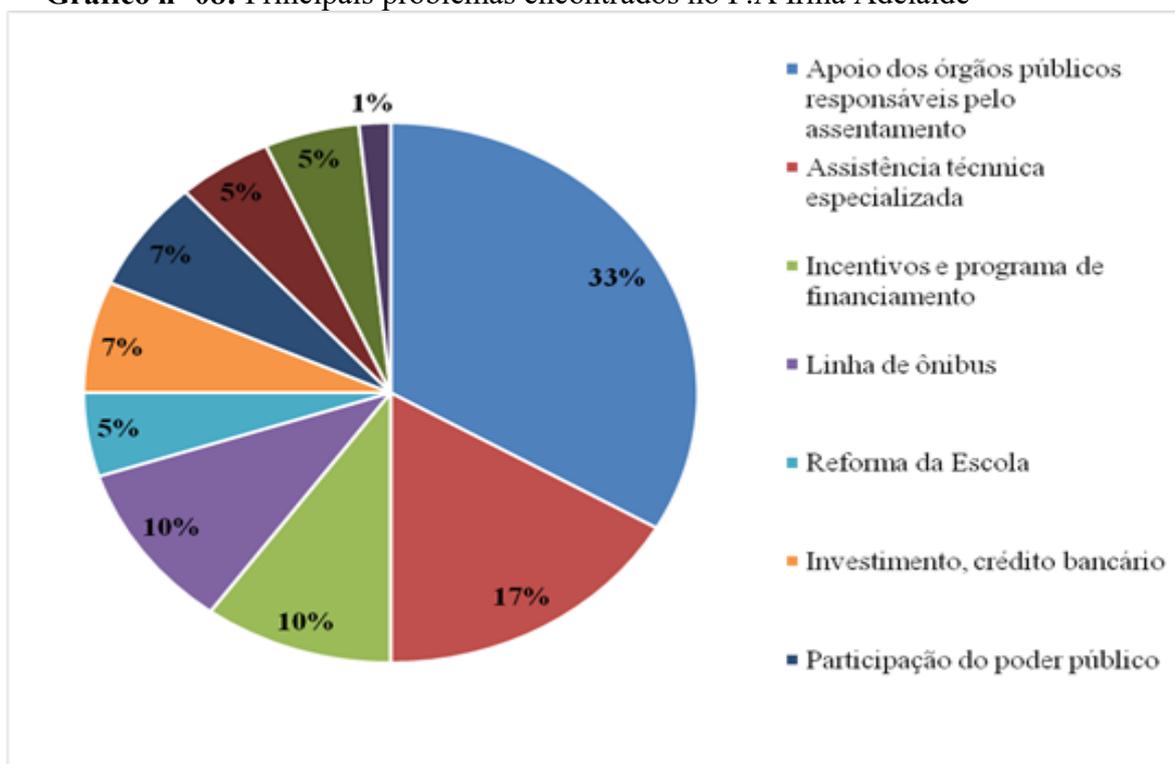
Uma das perspectivas dos assentados é o título definitivo da terra, que para eles é a peça-chave para continuidade e proporcionar-lhes melhorias.

Eu penso que o título é uma boa pela garantia que a gente tem, porque o órgão que nos dá assistência aqui, que era pra ser nosso protetor é o INCRA, e muitas vezes quando acontece alguma coisa que precisa a gente reclamar perante o órgão eles falam que a gente não tem terra, e a gente tendo nossos títulos na mão, é mais uma segurança pra que quando a gente morrer os nossos filhos possam herdar, possa ter uma segurança de herdar, porque a gente não é imortal, a gente ta vivo mas pode morrer a qualquer hora, então isso é uma segurança melhor. (...). (entrevistado nº 40, 03/02/2018.)

O título da terra definitivo dos imóveis, pode gerar um problema, que é a venda do lote para os fazendeiros. com essa possibilidade, os fazendeiros fazem ofertas generosas e podem comprar varios lotes e formar uma nova fazenda.

Dentre as reivindicações dos assentados, no P.A Irmã Adelaide, a pesquisa de campo evidenciou a falta de apoio dos órgãos públicos como uma das principais, correspondendo a um percentual de 33%, a falta de assistência técnica é a segunda reivindicação mais solicitada com 17%, incentivos e programas de financiamento e uma linha de ônibus foram a terceira reivindicação solicitada 10% dos assentados, conforme podemos visualizar no gráfico 08.

**Gráfico nº 08:** Principais problemas encontrados no P.A Irmã Adelaide



Fonte: Maia, 2017

Através dos dados obtidos foi possível constatar que a luta pela terra no P. A. Irmã Adelaide, não é diferente dos demais assentamentos espalhados pelo Brasil, e a pesar de tantas dificuldades os assentados envolvidos nessa pesquisa possuem perspectivas de dias melhores.

Diante do exposto podemos entender que as perspectivas dos assentados do P.A. Irmã Adelaide são de continuar no assentamento desde que tenham melhores condições de se viver.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos levou a entender que as políticas ligadas à questão agrária no Brasil implementada pelo governo militar, tiveram a participação efetiva do grande capital, onde parte do princípio da eficiência econômica e da produtividade agropecuária, que acabam incentivando os grandes projetos econômicos e de “desenvolvimento”, sempre nessa lógica perversa sem levar em consideração o direito a terra que é garantido na constituição federal.

Os Projetos de Assentamentos que são implementados pelo INCRA, órgão Federal responsável em promover a reforma agrária no país para atender uma considerável demanda de pessoas que buscam o seu espaço de trabalho, além de condições para o sustento de suas famílias, surgem como única alternativa para conquistar a posse da terra.

A grande questão é que esse modelo apesar de ser talvez ser a única oportunidade para os camponeses que buscam um espaço para viver de forma digna está muito aquém do que realmente e se propõem. Os Projetos de Assentamentos, implementados pelo INCRA, não fazem o acompanhamento necessário e muito menos dão suporte para os assentados se desenvolverem, no campo. Além de ficarem omissos as grandes demandas de serviços públicos, fato esse que provoca revolta entre os assentados, pois deixam os camponeses presos a sua própria sorte. Esse modelo tem se mostrado ultrapassado, os dados mostram isso, nos últimos anos houve uma grande diminuição do número de P.As, provocando ainda mais o debate sobre a questão da reforma agrária no país, pois ficou explícito que a vulnerabilidade de terras no assentamento é resultado de uma reforma agrária distributiva, que não atende os problemas básicos. O acesso a terra deve ser entendido como uma condição de melhoria de sobrevivência, implantadas pelas políticas sociais do Estado, adequando à capacidade produtiva, no contexto social e econômico local, regional e nacional.

Após análise realizada no P.A Irmã Adelaide foi possível verificar a situação socioeconômica das famílias assentadas, bem como suas maiores necessidades e anseios. Além de identificar e analisar os principais geradores da migração de membros das famílias para áreas urbanas é possível considerar que esse movimento tem se tornado um dos entraves para a produção agrícola nos lotes e principalmente a reprodução social dos camponeses. Pois é a força de trabalho que se torna a mola propulsora do desenvolvimento de qualquer assentamento, sem ela as dificuldades são bem maiores, ao migrarem para a cidade deixam seus espaços vazios, e isso compromete a vida de todos no assentamento.

Mas isso de maneira nenhuma tem afetado a vontade de permanecer e trabalhar na terra dos que permanecem, pelo contrário isso tem sido um grande desafio enfrentado cotidianamente, pelos camponeses do P.A Irmã Adelaide.

A avaliação dos impactos socioeconômicos no P.A Irmã Adelaide se mostra importante, a fim de que seja preservada a capacidade produtiva do assentamento, bem como minimizados os reflexos econômicos e sociais negativos para as famílias.

Nesse sentido, compreender as expectativas e possibilidades dos assentados é importante para a continuidade socioterritorial, uma vez que as experiências de resistência dos que permanecem, com novas formas de uso e novos projetos de espaço no assentamento apontam para a auto-definição do grupo que compõe o Irmã Adelaide.

Esse estudo aponta para a necessidade de continuar os estudos e aprofundar e aprimorar a dimensão dos assentamentos no Tocantins dentro da perspectiva do camponês, desenvolvendo suas práticas sociais e dessa forma resgatar o sonho de uma vida melhor. Na atualidade o grande desafio dos Projetos de Assentamentos do INCRA no Tocantins, é o de depois que receberem a posse da terra, lutar para permanecer na nela.

## REFERÊNCIAS

ABRÃO, Joice Antonello. **Análise dos principais elementos teórico-metodológicos utilizados por Geografia do sudoeste do Paraná**. Francisco Beltrão-PR: UNIOEST. Pós-graduação em Geografia. Dissertação de Mestrado, 2012.

ARROYO, Miguel Gonzales. A Educação Básica e o movimento Social do Campo. . In. ARROYO, M.G, CALDART, R.S, MOLINA, M.C (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa. AGB, 2002.

BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14.724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

ANDERSON, Nels. **Our Industrial Urban Civilization**.New York: Asia, 1964

BARBOSA. Messias Vieira. **Reforma agrária no Tocantins: uma análise da luta e conquista da terra a partir do assentamento Paulo Freire I e II, Rio dos Bois - Tocantins**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Programa Mestrado em Geografia, Porto Nacional-TO: 2016

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **As políticas territoriais e a criação do Estado do Tocantins**. Tese, (Doutorado em Geografia Humana)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/111326.htm). Acesso em: BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: **Escritos sobre a história**. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_.IBGE disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>. Acesso em novembro de 2017.

\_\_\_\_\_.disponível em:  
[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995\\_1996/default.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm). Acesso: novembro de 2017.

\_\_\_\_\_.<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13237-asi-ibge-e-ministerio-do-meio-ambiente-lancam-mapas-tematicos-da-amazonia.html>.

\_\_\_\_\_.<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13237-asi-ibge-e-ministerio-do-meio-ambiente-lancam-mapas-tematicos-da-amazonia.html>

\_\_\_\_\_.<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,distribuicao-de-terras-e-desigual-mostra-estudo-do-ibge,443477>.

BRASIL. <http://www.incra.gov.br/> acesso: outubro de 2017

BRAUDEL, Fernand. Historia e ciências sociais. A longa duração. In: **Escritos sobre a história**. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BURON, Robert. La productivité em société capitaliste, em société marxiste et dans Le Tiers-Monde. **Revue de La mesure de la productivité**, 37, mai. 1964.

\_\_\_\_\_. La productivité em société capitaliste, em société marxiste et dans Le Tiers-Monde. **Revue de La mesure de la productivité**, 37, mai. 1964.

CALDART, Roseli Salet. A Escola do Campo em Movimento. In. ARROYO, M.G, CALDART, R.S, MOLINA, M.C (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CAMARGO, Aspásia. **Verbetes temático – Ligas Camponesas** . Disponível em: [http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_h tm/7794\\_1.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_h tm/7794_1.asp) Acesso em 19/07/2016.  
CARVALHO H M de, **O campesinato no século XXI. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. São Paulo, Editora Vozes, 2005.

CARVALHO, L. H. **As Condições de vida dos assentados da região de Andradina: a realidade e os indicadores de avaliação da política pública de reforma agrária**. Tese de Doutorado. UNESP - Franca, 2013.

COMISSÃO, dos religiosos, seminaristas e padres negros no Rio de Janeiro. **Ouvir o clamor deste povo negro**. Ed. Vozes Petrópolis, 1987.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

DI MÉO, G. **Géographies socialeetterritoiress**. Paris: Nathan, 1998.

DI MÉO, G. **Géographies socialeetterritoiress**. Paris: Nathan, 1998. SPOSITO, Eliseu Severo. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Severo; SAQUET, Marcos Aurélio. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão-PR: UNIOESTE, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos sócio-territoriais e movimentos sócio-espaciais**: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: Revista NERA. Ano 8. Vol.6, 2005.

\_\_\_\_\_. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: **Ocupação como forma de acesso a terra**. Departamento de Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologias – UNESP – Campo Presidente Prudente – São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. novas configurações do campo brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**. V. 3, n.1, Jan/Jun 2003.

GEORGE, Pierre. **Geografia da população**. Difusão Européia do Livro, 1969.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 2. Ed. Petrópolis Vozes, 1990.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Severo; SAQUET, Marcos Aurélio. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão-PR: UNIOESTE, 2004.

\_\_\_\_\_. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Severo; SAQUET, Marcos Aurélio. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão-PR: UNIOESTE, 2004.

HESPANHOL, A.N. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Ines Medeiros; SUZUKY, Júlio Cesar. (Org.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. **Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/221.htm>

HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. **PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais e associações de produtores em municípios selecionados da Região de Presidente Prudente**. Estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 36, nº 5, 2006.

BRASIL. **Jornal Folha de São Paulo** do dia 2 de fevereiro de 2008 e do dia 10/02/08

\_\_\_\_\_. **Folha de São Paulo** do dia 2 de fevereiro de 2008 e do dia 10/02/08

\_\_\_\_\_. **Folha de São Paulo**, 8/06/08. Comentado por Silva (2009).

\_\_\_\_\_. **Folha de São Paulo**, 8/06/08. Comentado por Silva (2009).

BRASIL. **Jornal do Tocantins (24/04/2013, pág. 05)**.

\_\_\_\_\_. **Jornal do Tocantins (24/04/2013, pág. 05)**.

KOTSCHO, Ricardo. **O massacre dos posseiros: conflito de terras no Araguaia-Tocantins**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica – 5. Ed.** São Paulo: Atlas 2003.

LARANJEIRA, R. **Colonização e reforma agrária no Brasil**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1983.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 2. ed. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, S.C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LIRA, Elizeu Ribeiro, **A Gênese de Palmas – A Geopolítica de (Re) Ocupação Territorial da Amazônia Legal – Goiânia**: Kelps, 2011.

MARTINS, José de Sousa. **Os camponeses e a política no Brasil**. Vozes, Petrópolis:1981.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. Edusp. São Paulo. 2000.

\_\_\_\_\_.A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_.O cativo da Terra. 4ª ed. São Paulo, Hucitec, 1990.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A Atualidade do uso do Conceito de Camponês**. Centauro, 2001

MENEZES, Ana Virginia Costa de. O Estado e a agricultura no Brasil. In **O Estado e a organização do espaço – semi-árido sergipano**. Aracaju: Editora da UFS/NPGeo, 1999.

MITIDIERO JÚNIOR. M. A. **O movimento de libertação dos sem terra (mlst) e as contradições da luta pela terra no Brasil**. 2002. 319f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, No. 15 (43), 2001.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento Rural: reforma agrária em migalha**. Niterói: EDUF, 1997.

OLIVEIRA et al. **De migrante a assentado na luta por Reforma agrária**. XII. Encontro da Associação Brasileira de estudos Populacionais. Campina 2002. Disponível em <[www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/gtmigst33oliveiratexto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/gtmigst33oliveiratexto.pdf)> Acesso em 20 jun 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.). **O**

**Campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** Labor Edições, São Paulo: 2007.

\_\_\_\_\_. “A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro”. In: CARLOS, A. F. A. (Org.), **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo, Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. **A geografia das lutas no Campo.** 13. Ed. – São Paulo: Contexto, 2005 – (Repensando a Geografia). 20 de jun.2016.

\_\_\_\_\_. **A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro:** São Paulo: 2003.

\_\_\_\_\_. **Agricultura Camponesa no Brasil.** 4. Ed.- São Paulo: Contexto, 2001 – (Caminhos da Geografia).

\_\_\_\_\_. **Integrar para (não) entregar: políticas públicas e Amazônia.** Campinas; Papyrus, 1988.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa.** Editora UFG. Goiânia, 1999.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira. In: GEPEC – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo. Disponível em: [HTTP://www.gepec.ufscar.br/textos-educacao-do-campo/artigo-a-concepcao-de-educacao-do-campo/view](http://www.gepec.ufscar.br/textos-educacao-do-campo/artigo-a-concepcao-de-educacao-do-campo/view) Acesso em 27/11/2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Cátia Antônia da. “Impulsos globais nas metrópoles da periferia capitalista”. **Anais** do 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Bueno Aires, Argentina, 1997, vol. 1.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Cátia Antônia da. “Impulsos globais nas metrópoles da periferia capitalista”. **Anais** do 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Bueno Aires, Argentina, 1997, vol. 1.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2 ed. 1 reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. Tradução. Myrna T. Rego Vieira.

\_\_\_\_\_. **Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2 ed. 1 reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. Tradução. Myrna T. Rego Vieira.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: Globalização e fragmentação**. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SHIKI, Shigeo. **Sistema Agroalimentar no Cerrado Brasileiro**: caminhando para o caos? In: ORTEGA, Antônio C., SILVA, José G. e SHIKI, Shigeo (orgs). Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro. Uberlândia: UFU, 1997, p. 135 a 166.

SHIKI, Shigeo. **Sistema Agroalimentar no Cerrado Brasileiro**: caminhando para o caos? In: ORTEGA, Antônio C., SILVA, José G. e SHIKI, Shigeo (orgs). Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro. Uberlândia: UFU, 1997, p. 135 a 166.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **O cerrado em disputa**: apropriação global e resistências locais. Brasília: Confea, 2009.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **O cerrado em disputa**: apropriação global e resistências locais. Brasília: Confea, 2009.

SOUZA, Gisele Elaine De Araújo Batista. **Distribuição de terra e renda e consumo alimentar na Amazônia rural: análises a partir da PNAD e POF**. Tese (Doutorado). 2017. 127f. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas, área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente. **Campinas – SP, 2017**.

SOUZA, Gisele Elaine De Araújo Batista. **Distribuição de terra e renda e consumo alimentar na Amazônia rural: análises a partir da PNAD e POF**. Tese (Doutorado). 2017. 127f. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas, área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente. **Campinas – SP, 2017**.

SPOSITO, Eliseu Severo. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Severo; SAQUET, Marcos Aurélio. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão-PR: UNIOESTE, 2004.

TOCANTINS, <http://seagro.to.gov.br/> acesso em: 27/12/2017

